



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MICHAEL ALESSANDRO FERREIRA DOS SANTOS

“A corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda”: a produção de sentidos de corrupção de um grupo bolsonarista durante o pleito de 2022

Salvador, BA
2023

MICHAEL ALESSANDRO FERREIRA DOS SANTOS

“A corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda”: a produção de sentidos de corrupção de um grupo bolsonarista durante o pleito de 2022

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia como requisito para obter o título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alan Delazeri Mocellim

Salvador, BA

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 Santos, Michael Alessandro Ferreira dos
“A corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda”: a produção de sentidos de corrupção de um grupo bolsonarista durante o pleito de 2022 / Michael Alessandro Ferreira dos Santos, 2023.
185 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alan Delazeri Mocellim
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Ciências Sociais. 2. sociologia do conhecimento. 3. Corrupção. 4. Bolsonaro, Jair, 1955-. I. Mocellim, Alan Delazeri. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 300.8

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às memórias do meu pai Antonio Ferreira dos Santos e da minha mãe Josefa Laura Rodrigues, as pessoas que tornaram tudo possível e foram os maiores exemplos de retidão e honestidade. Também agradeço à memória do meu irmão Francisco de Assis Ferreira dos Santos, e Taires pela parceria na vida. Agradeço ao professor Alan Delazeri Mocellim pela orientação desta dissertação. Também agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos concedida para a realização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

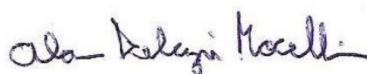
[...] E nossa história não estará pelo avesso assim, sem final feliz. Teremos coisas bonitas pra contar. E até lá, vamos viver. Temos muito ainda por fazer. Não olhe pra trás. Apenas começamos. O mundo começa agora. Apenas começamos

(RUSSO, Renato; VILLA-LOBOS, Dado; BONFÁ, Marcelo).

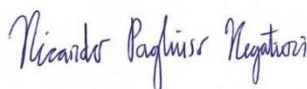
MICHAEL ALESSANDRO FERREIRA DOS SANTOS

“ A corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda”: a produção de sentidos de corrupção de um grupo bolsonarista durante o pleito de 2022.

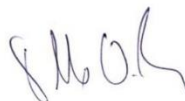
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais e, aprovada em dezenove de dezembro de dois mil e vinte e três, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Alan Delazeri Mocellim (PPGCS - UFBA)
Doutor em Sociologia - USP



Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri (PPGCS - UFBA)
Doutor em Sociologia - USP



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UUV)
Doutor em Ciências Sociais - PUC/SP

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Justificando este trabalho.....	13
Delimitando a pesquisa	14
Hipótese	15
Perspectiva teórica.....	17
A metodologia desta pesquisa	25
CAPÍTULO 1 – UMA GENEALOGIA DO BOLSONARISMO	27
1.1 Extrema-direita e plataformas de redes sociais: a simbiose perfeita	39
1.2 “Quem cabe” e “quem não cabe” no Brasil bolsonarista: pertencimento social discursivo e restritivo	54
1.3 Censuras morais.....	62
1.4 Novíssimas Direitas e Retrotopia	69
CAPÍTULO 2 – A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DA PAUTA ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL	78
2.1 1945 a 1965: O <i>udenismo</i> e a pauta anticorrupção.....	79
2.2 1989: A eleição da “caça aos Marajás”	84
2.3 2005 a 2013: Indícios de uma reorganização à direita	88
2.4 2013 a 2018: Manifestações de rua e a <i>Operação Lava Jato</i>	92
2.5: 2018: A eleição do voto “contra tudo isso que está aí”	98
CAPÍTULO 3 – O GRUPO BAHIA DIREITA E AS SUAS PRODUÇÕES DE SENTIDOS DE CORRUPÇÃO DURANTE E APÓS A ELEIÇÃO DE 2022	102
3.1 Apresentando o grupo Bahia Direita	102
3.2 Uma motociata soteropolitana	112
3.3 Denúncias de corrupção no governo Bolsonaro	127
3.4 Sete de setembro de 2022: expectativa e apreensão.....	142
3.5 O pós-eleição	150
3.6 O oito de janeiro de 2023 e algumas implicações posteriores	161

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....169

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....173

RESUMO

Desde 2013 houve um aumento da participação política de grupos de extrema-direita em vários países da Europa, das Américas do Norte e do Sul, e especificamente no Brasil. Esse fato proporcionou a produção de trabalhos acadêmicos sobre as diversas características desse fenômeno. Sobre esta dissertação, a sua perspectiva teórica focaliza a produção de sentidos como exemplificações de práticas dialógicas e compartilhadas. A pergunta de partida desta pesquisa é: *como são produzidos os sentidos de corrupção em um grupo específico?* Através de uma abordagem qualitativa, esta dissertação buscou compreender como ocorre a produção de sentidos de corrupção do grupo *Bahia Direita* durante e após a eleição de 2022. Para proceder à investigação, foram realizadas pesquisas teóricas sobre as *novíssimas direitas* (Rosa, 2022) e o *bolsonarismo* ao longo da última década. Em paralelo, houve a realização de duas observações participantes em duas manifestações de rua organizadas pelo grupo. As conclusões possíveis apontam para uma produção de sentidos de corrupção que é compartilhada pelo grupo, no sentido de atribuírem ou classificarem como “corruptos” apenas os seus adversários políticos. Há, também, o entendimento de que é possível classificar tal fenômeno a partir de um *desengajamento moral* (Bandura, 2016), porém, sem deixar de reconhecer a agência dos indivíduos e dos grupos.

Palavras-chave: Produção de sentidos; corrupção; bolsonarismo; sociologia do conhecimento.

ABSTRACT

Since 2013 there has been an increase in the political participation of far-right groups in several countries in Europe, North and South America, and specifically in Brazil. This fact led to the production of academic works on the various characteristics of this phenomenon. Regarding this dissertation, its theoretical perspective focuses on the production of meanings as exemplifications of dialogical and shared practices. The starting question of this research is: *how are the meanings of corruption produced in a specific group?* Through a qualitative approach, this dissertation sought to understand how the production of meanings of corruption by the *Bahia Direita* group occurs during and after the 2022 election. To carry out the investigation, theoretical research was carried out on the *very new rights* (Rosa, 2022) and the *bolsonarism* over the last decade. In parallel, two participant observations were carried out in two street demonstrations organized by the group. The possible conclusions point to a production of meanings of corruption that is shared by the group, in the sense that they attribute or classify only their political opponents as “corrupt”. There is also the understanding that it is possible to classify such a phenomenon based on *moral disengagement* (Bandura, 2016), however, without failing to recognize the agency of individuals and groups.

Keywords: Production of senses. Corruption. Bolsonarism. Sociology of knowledge.

INTRODUÇÃO

Entre 1985 e 2018 a redemocratização no Brasil foi sendo consolidada mediante eleições livres, regulares, pela salvaguarda dos direitos políticos de boa parte da população e pela garantia de que os candidatos eleitos seriam empossados. Tal processo foi marcado pela predominância de forças políticas de centro-direita e centro-esquerda (PSDB e PT, respectivamente¹) que dominaram a cena política no país no âmbito do Executivo federal entre os anos de 1994 e 2016².

A partir dos anos 2000 uma movimentação de grupos de extrema-direita foi vislumbrada de maneira mais significativa no debate público. Alguns elementos podem auxiliar na compreensão desse fenômeno, e alguns deles são: a) descrédito da classe política em relação à população, b) frequentes e intensas mudanças no *status quo* e c) um crescente sentimento *antipolítica* foram alguns dos elementos que fomentaram as manifestações de rua no início da segunda década do século XXI no Brasil. Mais precisamente a partir dos primeiros anos da década de 2010, grupos de extrema-direita passaram a ter uma participação mais intensa no espaço público brasileiro.

Essa forma de articulação política passou a readequar antigas reivindicações como uma espécie de reação aos anos de governos de esquerda e/ou centro-esquerda na América Latina, e especificamente no Brasil entre os anos 2003 e 2016³. Nesse sentido, uma figura em especial conseguiu juntar pautas e discursos específicos, e essa figura é o Ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Mesmo que – provavelmente – ele não tenha atuado de maneira intencional para tornar-se o paladino da extrema-direita nacional, é inegável que esse movimento

¹ É importante salientar que se trata de uma classificação arbitrária, baseada nas propostas e, principalmente, na experiência prática desses partidos chefiando o Executivo nacional brasileiro, e ela não pretende encerrar tão complexo assunto.

² Nesse período as eleições para Presidente da República Federativa do Brasil tiveram os seguintes vencedores: Fernando Henrique Cardoso (PSDB/1995-2002; Luiz Inácio Lula da Silva (PT/2003-2010); Dilma Vana Rousseff (PT/2011-2016).

³ Para ilustrar tal afirmação, é possível citar os seguintes governos na América Latina que tinham um viés de esquerda ou de centro-esquerda: 1º e 2º mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL – 2003-2010); Dilma Rousseff (BRASIL - 2011-2016); Hugo Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro (2013-presente) na VENEZUELA; Evo Morales (BOLÍVIA - 2006-2019); Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (ARGENTINA - 2007-2015) e Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018) no CHILE.

encontrou na sua personificação o elemento que faltava para a sua legitimação social, por assim dizer.

Desde o período em que exerceu mandato único como vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1989-1991), depois passando pelos sucessivos mandatos de Deputado Federal (1991-2018) e o seu mandato de Presidente da República (2019-2022), as suas narrativas procuravam enaltecer o período da ditadura militar (1964-1985) como um momento marcado pelo respeito às leis, pela segurança nas cidades, pela eficiência do Estado e pela ausência de corrupção no Executivo brasileiro.

Em que pese a ausência de evidências robustas que corroborem os discursos sobre o período anteriormente citado, as suas falas buscavam reafirmar esse passado como um período mítico, iluminado, regido pelos mais belos ideais de patriotismo, eficiência e altivez. Os discursos do Ex-Presidente da República aludem para o período entre 1964 e 1985 como um momento de necessária intervenção militar para evitar “a implantação do comunismo no Brasil”.

Sobre esse ponto, há o seguinte fato: esse *perigo* nunca esteve perto de acontecer, seja nos anos 1960 seja na segunda década do século XXI. A par de medos e desejos igualmente utópicos e contrastantes, o fato é que o comunismo enquanto ideologia nunca chegou perto de exercer uma dominação política no Brasil; sequer chegou a eleger Presidente ou Vice-Presidente da República, apenas citando os mais altos cargos do Poder Executivo nacional, por exemplo.

Desde 2011 – pelo menos – vários movimentos de rua estavam ocorrendo em vários países da Europa e do Oriente Médio, por exemplo, e essas manifestações indicavam mudanças pendulares significativas nos contextos políticos nacionais, principalmente capitaneadas pela ascensão das mídias digitais, fato esse que será pormenorizado ao longo do próximo capítulo. Voltando a atenção para as manifestações de rua como força motriz importante, temos que:

Embora todas essas ocupações (de praças públicas⁴) tenham sido eventualmente desmanteladas ou esvaziadas, elas forneceram um novo modelo de protesto para ativistas em todo o mundo. Em 2013, a Turquia e o Brasil testemunharam o surgimento de movimentos populares semelhantes, ocupando espaços públicos para protestar contra o autoritarismo e corrupção de seus governos. O mais recente desta série de populares mobilizações foi

⁴ Grifo nosso.

o movimento “Nuit Debout” de 2016 na França, que viu a ocupação da Place de la République em Paris em protesto contra uma nova lei trabalhista, e a desconexão entre elites políticas e cidadãos.⁵ [...] Nos movimentos de 2011-16, dando caminho para a “nova política” do cidadão: uma ideologia emergente do cidadão indignado, que opõe a cidadania auto-organizada contra oligarquias políticas, e busca a recuperação e expansão de cidadania, vista como o fundamento necessário de uma verdadeira democracia⁶ (**Gerbaudo, 2017, p. 2-3, tradução nossa**).

Todos esses movimentos de rua encontraram na junção entre mídias digitais, insatisfação pessoal e social, descentralização das informações e descrédito das instâncias institucionais o elemento fulcral para a sua efetivação política, e, em um movimento para antecipar, argumento que alguns desses pontos serão abordados nos próximos capítulos, não sendo necessário discuti-los neste parágrafo.

Justificando este trabalho

De forma concisa: a articulação de grupos de extrema-direita mostra-se como um fenômeno que precisa ser compreendido, seja porque modificou bases do eleitorado e da política nacional, seja pela proporcionalidade e alcance social das suas demandas. Evidentemente, pela complexidade do fenômeno e a multiplicidade de atores e grupos envolvidos, uma única pesquisa e/ou uma única abordagem jamais dará conta de um fenômeno dessa proporção. Partindo desse pressuposto, todas essas mudanças pelas quais o país passou e continua a passar em tão curto espaço de tempo demandam análises e investigações para se construir o mosaico de tão amplo fenômeno. Desse modo, segundo **Pinheiro-Machado (2019, p. 11)**, “desde as

⁵ Do original: “Though all these occupations were eventually dismantled or evicted, they provided a new protest blueprint for activists the world over. In 2013 Turkey and Brazil witnessed the rise of similar popular movements, taking public spaces to protest against the authoritarianism and corruption of their governments. The latest in this series of popular mobilisations was the 2016 “Nuit Debout” movement in France, which saw the occupation of Paris’ Place de la République in protest against a new labour law, and the disconnection between political elites and ordinary citizens.”. In: GERBAUDO, P. The mask and the flag: populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

⁶ Do original: “[...] in the movements of 2011–16, giving way to the “new politics” of citizenism: an emerging ideology of the indignant citizen, that pits the self-organised citizenry against economic and political oligarchies, and pursues the reclamation and expansion of citizenship, seen as the necessary foundation of a true democracy.”. In: GERBAUDO, P. The mask and the flag: populism, citizenism and global protest. New York: Oxford University Press, 2017.

grandes manifestações de 2013, boa parte dos brasileiros possui uma única pergunta: o que está acontecendo com o país? Muitas pessoas se sentem em um trem desgovernado por causa de transformações profundas que o Brasil sofreu nos últimos anos, sem saber como *dar sentido, viver e combater*⁷ o caos diário”.

Delimitando a pesquisa

A opção de realizá-la em Salvador estava baseada nestes elementos: 1) Salvador é um importante reduto eleitoral do Nordeste brasileiro; 2) a Bahia completou em 2022 quinze anos ininterruptos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT); 3) Salvador é uma cidade que historicamente foi decisiva para as vitórias do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições para o governo estadual da Bahia⁸; 4) um aumento da participação de grupos de extrema-direita na cidade e no estado como um todo, e isso pode indicar uma mudança pendular para a extrema-direita em alguns segmentos dos contextos supracitados. O fortalecimento da extrema-direita em uma cidade que historicamente rejeitou rompantes autoritários pode servir como justificativa analítica e discursiva.

Porém, essa organização da extrema-direita no Brasil contemporâneo chega a uma década de atuação com fôlego, renovação e legitimidade junto a setores específicos da sociedade brasileira, e essa característica pode indicar que ainda é cedo para cravar um enfraquecimento ou mesmo uma retração desse fenômeno em âmbito nacional. São práticas populistas que lançam mão de elementos discursivos para a sua legitimação mediante repetição argumentativa. Desta feita, segundo **Bauman (2017, p. 69)**, “[...] manter o ódio perpetuamente em combustão lenta e incandescente é a melhor receita para o sucesso dos populistas: o ódio dos excluídos e abandonados é minério muito rico, do qual podem ser extraídos suprimentos constantes de um fértil capital político”.

⁷ Grifado originalmente pela autora na referida obra.

⁸ Vide a reeleição de Rui Costa (PT) em 07/10/2018 para o cargo de Governador da Bahia. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-bahia/salvador-ba/governador/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Esta dissertação é composta dos seguintes elementos textuais: uma introdução, três capítulos e as *considerações finais*. No capítulo um foi construído um mosaico argumentativo acerca do *bolsonarismo* enquanto fenômeno político que tem um lastro na história nacional e “dialoga” com experiências similares que ocorrem em outros países; no segundo capítulo a pauta anticorrupção como estratégia de mobilização política foi abordada, passando pelo exemplo da União Democrática Nacional (UDN) entre as décadas de 1940 e 1960 e das eleições de 1989 e 2018.

No capítulo três o objeto empírico da dissertação foi contextualizado. Nesse capítulo, o grupo *Bahia Direita* foi analisado a partir de duas observações participantes e postagens no Instagram. As suas produções de sentido de corrupção foram contextualizadas a partir do referencial teórico definido para esta investigação, e também o contexto posterior ao pleito de 2022 foi analisado, juntamente com a postura política do grupo frente aos acontecimentos políticos mais significativos desse recorte temporal e situacional.

Hipótese

A principal hipótese levantada neste trabalho é a seguinte: através de um processo de *desengajamento moral* (**Bandura, 2016**), a corrupção é encarada pelas pessoas, mais precisamente em contextos de disputas políticas, que é justamente sobre o que trata este trabalho, como um conceito que serve apenas para classificar adversários políticos ou práticas que são associadas a eles. A Corrupção, por si só, não provoca um retraimento do apoio a um dado candidato, a um determinado partido político, tampouco é capaz de enfraquecer consideravelmente uma ideologia política.

A premissa que guia essa hipótese parte de um questionamento e de uma verificação da própria realidade política. Se a corrupção não pode ser definida como uma chave analítica unívoca e que gere consenso, logo, ela pode ter sentidos diferentes de acordo com os sujeitos que a empregam e os contextos que a produziram. A corrupção é um conceito de difícil delimitação exata. Porém, isso não significa afirmar que a corrupção pode, ao mesmo tempo, significar qualquer coisa e também não significar nada. De fato, esta não é a questão aqui delimitada.

Neste contexto de disputas político-ideológicas com o fortalecimento da extrema-direita no Brasil, argumento em favor de outra hipótese que foi levantada e que foi confirmada por este trabalho, e qual seja: a corrupção econômica está, para grupos de extrema-direita e/ou bolsonaristas, subordinada à corrupção moral. Dito de outro modo: a corrupção econômica é tolerável desde que ela sirva a propósitos que essas pessoas julguem “adequados”, “válidos”, “corretos”, etc.

Visto por essa perspectiva, do comportamento das pessoas e das suas produções de sentidos e ações, o *desengajamento moral* pode ser compreendido como uma supressão relativa e relacional de preceitos morais, daquilo que é entendido como um valor a ser resguardado pela pessoa ou pelo grupo ao qual ela está vinculada, mas, que pode ser suspenso em uma dada situação. Tal desengajamento não implica em uma suspensão completa e definitiva de preceitos morais, nem indica que a pessoa não consiga manter certos valores. Implica, assim, em uma relativização das escolhas baseadas em parâmetros morais em função de uma situação que pode “ser contornada” ou atenuada mediante tal desengajamento.

É como se, por exemplo, a pessoa pudesse conviver com a suspeita ou mesmo com a confirmação de que algum político de estimação que ela aprecia está ou estaria envolvido em casos e denúncias de corrupção, mas, que aquilo poderia ser aceito desde que fosse para um “propósito maior”, para um objetivo que, a princípio, não poderia ser alcançado de outra maneira.

Dessa forma, é possível identificar que não raras vezes candidatos e candidatas que enfrentam denúncias substanciais e até prisões decorrentes de processos de improbidade relacionados à corrupção consigam engajar um eleitorado, e assim, manter-se na vida política apesar de máculas nas suas imagens.

No caso específico do movimento político em questão, o *desengajamento moral* é parte fundamental da sua construção argumentativa sobre a realidade, e sobre a construção da sua própria *persona bolsonarista*, por assim dizer. Fatos que poderiam ser definidos como corruptos e que incidam sobre personagens fatídicos de tal espectro político são sumariamente ignorados ou transformados, atenuados mediante uma linguagem eufemística. Isto está no cerne do desengajamento moral.

A escolha de uma perspectiva teórica utilizada predominantemente na psicologia social (e não na sociologia) como aporte para pensar a hipótese central deste trabalho vai ao encontro de uma interdisciplinaridade que encara a ascensão da extrema-direita e de um *tecnopopulismo* (Da Empoli, 2019) como fenômenos

complexos que demandam análises a partir de vários pontos, sejam eles sociológicos, da ciência política e também da psicologia.

Dessa maneira, é possível utilizar o conceito de *desengajamento moral* (Bandura, 2016) para (ao menos) pensarmos como as práticas e as ideias são relativizadas no contexto de grupos bolsonaristas, por exemplo. A ideia é investigar como o *desengajamento moral* pode ser identificado nesse processo de apoio/negação às ideias, práticas e figuras políticas, se o sentido de corrupção pode mudar de acordo com preferências e/ou rejeições pessoais.

Perspectiva teórica

A perspectiva teórica desta dissertação encara o conhecimento como produção social a partir de contextos dialógicos. As pessoas, nas dinâmicas das suas relações históricas e culturalmente circunscritas, elaboram os termos que lhes serão úteis para pensar sobre e a partir das suas vidas os fenômenos que lhes cercam. É importante ressaltar que o substantivo masculino “conhecimento” não é aqui utilizado para referir-se ao conhecimento formal, aquele produzido em instituições voltadas para essa finalidade. A presença de tal termo faz alusão ao arcabouço de informações que as pessoas dispõem e através das quais *leem o mundo*. Todos têm conhecimento, todos leem o mundo a partir de produções de sentidos compartilhados. Para entender e para agir posteriormente houve uma produção de sentidos sobre o que se vê e o que se busca, por exemplo. Dessa maneira:

Todos os complexos fenômenos do mundo social conservam, a saber, sentido particular, mas este é o mesmo que os agentes no mundo social relacionam com suas ações. Somente o agir do indivíduo e seu conteúdo visado de sentido são compreensíveis, e apenas na interpretação do agir individual a ciência social obtém acesso à interpretação daquelas formações e relações sociais, que se constituem no agir de cada um dos atores do mundo social (Schutz, 2018, p. 24).

Assim, é possível caracterizar este enfoque teórico como *construcionista*. O enfoque do *construcionismo* é compreender um discurso para além das suas

características de sintaxe e semântica; essa abordagem visa compreender o próprio contexto que possibilitou as bases para a construção daquele saber. Assim, segundo **Spink e Medrado (2013, p. 22)**, “o sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas - na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta”.

Todo grupo produz sentidos, seja em relação às próprias atitudes e ideias, seja em relação às atitudes e ideias de outros grupos. O que cada grupo enxerga e define como “real”, “factível” ou “coerente” encontra-se inserido no seu próprio arcabouço valorativo e passível de produzir sentidos. Assim, o que é entendido como “real” e “verdadeiro” para um determinado grupo mostra-se como objeto sociológico plausível. Segundo **Berger; Luckmann (2014, p. 11)**, “[...] a realidade é construída socialmente e que a sociologia do conhecimento deve analisar o processo em que este fato ocorre. Os termos essenciais nestas afirmações são “realidade” e “conhecimento”, termos não apenas correntes na linguagem diária, mas que têm atrás de si uma longa história de investigação filosófica”.

[...] Será suficiente definir “realidade” como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria vontade (não podemos “desejar que não existam”), e definir “conhecimento” como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas. [...] O interesse sociológico nas questões da “realidade” e do “conhecimento” justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americano. O “conhecimento” do criminoso é diferente do “conhecimento” do criminalista. Segue-se que aglomerações específicas da “realidade” e do “conhecimento” referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses contextos. A necessidade da “sociologia do conhecimento” está assim dada já nas diferenças observáveis entre as sociedades em termos daquilo que é admitido como “conhecimento” nelas. Além disso, porém, uma disciplina que se chama a si mesma por esse nome terá de ocupar-se dos modos gerais pelos quais as “realidades” são admitidas como “conhecidas” nas sociedades humanas. Em outras palavras, uma “sociologia do conhecimento” terá de tratar não somente da multiplicidade empírica do “conhecimento” nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais qualquer corpo de “conhecimento” chega a ser socialmente estabelecido como “realidade” (**Berger; Luckmann, 2014, p. 11-13**).

É precisamente neste ponto que a abordagem e a problemática desta pesquisa dialogam. Um fato significativo que caracteriza essa conjuntura de mobilizações políticas no Brasil e em outros países é a forma como os discursos e as narrativas passaram a ser elementos presentes em toda discussão política. A própria palavra “narrativa” adquiriu uma definição pejorativa, ora vista como mera “enganação”, ora como “fantasia” ou “delírio”. Para descredibilizar o que o seu adversário está afirmando recorre-se ao termo “narrativa” como cartada certa para encerrar o debate ou apontar inconsistências, nem sempre aparentes, no seu discurso.

Dessa maneira, a “narrativa” pode ser entendida como a capacidade de imposição das “suas versões” dos fatos e dos fenômenos. A “coerência” desse discurso está relacionada ao quão bem “amarrado” e concatenado ele está. Outro ponto importante: a recusa a algumas de suas premissas pode ser utilizada como justificativa para a veracidade do que se diz. Em outras palavras: se o que é dito não é bem compreendido ou encontra resistência é uma prova da sua legitimidade. É com essa premissa que grupos com viés extremista trabalham a sua atuação.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que a linguagem constitui campos restritos de significado. Os campos semânticos específicos atribuem significados também específicos da linguagem, e isso permite a classificação de objetos e a ordenação de rotinas. As rotinas, por sua vez, criam corpos específicos de conhecimento. O que isso pode implicar? Talvez, na percepção de que – quanto maior a familiaridade com uma dada informação e/ou conjunto de informações, maior será a “sensação” de que aquelas informações “são verdadeiras”, constituem um universo simbólico coerente e coeso. No caso das ideologias políticas, quanto maior o “mergulho” nas suas premissas, maior será a sensação de que os seus preceitos são válidos e valiosos, por exemplo.

Nesse sentido, as práticas dialógicas das pessoas são o foco da análise dos processos sociais nos quais elas estão inseridas. É evidente que isso não significa negar as realidades objetivas nem os seus efeitos imprevisíveis nas vidas das pessoas. Certamente que não. O que está posto é que – a nível de compreensão das ideias correntes de um determinado grupo – tudo o que envolve as suas práticas dialógicas pode suscitar um caminho de interpretação possível e lógico.

De acordo com **Spink; Medrado (2013, p. 19)**, “as práticas discursivas são processos marcados por permanências e também diversidades. Possuem

historicidade e são caracterizadas pelos seguintes tempos históricos: longo, vivido e curto. Compreender as práticas discursivas significa situar historicamente as características desse fenômeno. [...] o construcionismo social está interessado em identificar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias”.

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. Como sociólogos, tomamos esta realidade por objeto de nossas análises. No quadro da sociologia enquanto ciência empírica é possível tomar esta realidade como dada, tomar como dados os fenômenos particulares que surgem dentro dela, sem maiores indagações sobre os fundamentos dessa realidade, tarefa já de ordem filosófica **(Berger; Luckmann, 2014, p. 35-36)**.

Há um processo cíclico em que os modos de pensar e as camadas sociais que os produziram se alimentam mutuamente; a camada social (uma classe ou um grupo específico, por exemplo) produz um modo de pensar que se retroalimenta e vira um estilo de pensamento. Um estilo de pensamento é um sistema de pensamento fechado e coerente dentro do seu sistema referencial, e todo estilo de pensamento possui os seus “portadores sociais” (os seus ideólogos).

As ideologias, por exemplo, vão assimilando elementos que podem justificar a sua existência em uma espécie de bricolagem de elementos distintos para a permanência (e a renovação) da sua argumentação. É como se, ao elaborarem elementos lógicos e dialógicos, as ideologias justificassem as suas premissas como um corpus informativo coerente e autocentrado.

[...] É exatamente a multiplicidade das concepções de realidade que produz a multiplicidade de nossos modos de pensamento, e que cada juízo ontológico que façamos conduz inevitavelmente a mais extensas consequências. [...] Se acreditarmos já possuímos a verdade, perderemos o interesse em descobrir as próprias intuições que nos conduziram a uma compreensão aproximada da situação **(Mannheim, 1986, 125-110)**.

Assim, em consonância com o que afirmaram **Berger; Luckmann (2014, p. 38)**, “experimento a vida cotidiana no estado de total vigília. Este estado de total

vigília de existir na realidade da vida cotidiana e de apreendê-la é considerado por mim normal e evidente, isto é, constitui minha atitude natural. [...] A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. [...] a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação”.

Os substratos necessários para a minha experiência cotidiana são apreendidos por mim mediante o exercício da linguagem. Apreendo o mundo e atribuo sentidos através de um processo de socialização, no qual símbolos vão sendo percebidos e associados a certas características. Esse processo está presente nas classificações, das mais básicas às mais complexas. A construção da realidade também passa pela construção da linguagem. Isso não implica dizer que a linguagem seria uma espécie de motor principal de uma mudança social, por assim dizer. Implica em um reconhecimento da importância desse processo social na própria construção da realidade. O que é entendido como “realidade” para um dado grupo em um dado contexto adquire uma legitimação através da linguagem.

A linguagem, que pode ser aqui definida como sistema de sinais vocais, é o mais importante sistema de sinais da sociedade humana. Seu fundamento, naturalmente, encontra-se na capacidade intrínseca do organismo humano de expressividade vocal, mas só podemos começar a falar de linguagem quando as expressões vocais tornaram-se capazes de se destacarem dos estados subjetivos imediatos “aqui e agora”. Não é ainda linguagem se rosno, grunho, uivo ou assobio, embora estas expressões vocais sejam capazes de se tornarem linguísticas, na medida em que se integram em um sistema de sinais objetivamente praticável. As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação linguística **(Berger; Luckmann, 2014, p. 55)**.

Partindo desse pressuposto, ideologias, utopias, formas de pensamento estão em constante proximidade com a produção de sentidos em uma sociedade. A produção de sentidos passa por uma construção argumentativa que pode ou não seguir determinadas lógicas racionais, por assim dizer. Os símbolos, os signos e as ideias presentes vaticinam objetividades que se manifestam através de conjuntos simbólicos comuns de entendimento. Para que uma ideia seja assimilada é necessário que ela tenha passado por um processo de legitimação, e esse processo não seria possível sem a utilização da linguagem.

O pluralismo moderno leva a um enorme relativismo dos sistemas de valores e da interpretação. Em outras palavras: os antigos sistemas de valores e de interpretação são “descanonizados”. A desorientação do indivíduo e de grupos inteiros por causa disso já é tema principal há muitos anos da crítica da sociedade e da cultura. Categorias como “alienação” e “anomia” são propostas para caracterizar a dificuldade das pessoas de encontrar um caminho no mundo moderno (**Berger; Luckmann, 2004, p. 50**).

Para além do exposto anteriormente, segundo **Spink (2010, p. 16)**, “a postura construcionista tende a suscitar objeções de duas ordens: o reducionismo linguístico e o relativismo. Quanto ao reducionismo linguístico, existe sem dúvida uma ênfase na linguagem. Muito embora ninguém que esteja afinado com a postura construcionista afirme que a linguagem é o único produto da atividade humana que gera objetivações, há, de fato, uma tendência a trabalhar com produções linguísticas.

De fato, a ênfase na linguagem utilizada no cotidiano das pessoas não busca encerrar uma compreensão em si mesma, apenas parte do estudo da linguagem, mais precisamente, da construção de sentidos como algo produzido socialmente, em um contexto dialógico”.

A linguagem pode ser entendida como elemento formador e formado pelas relações sociais e, deste modo, não pode ser negligenciado em uma análise de práticas discursivas e de produção de sentidos. Segundo **Berger; Luckmann (2014, p. 93)**, [...], “a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências, permitindo que sejam incorporadas ao estoque já existente do conhecimento, e é o meio mais importante pelo qual as sedimentações objetivadas são transmitidas na tradição da coletividade em questão”.

Toda sociedade tem sua forma específica de definir e perceber a realidade – seu mundo, seu universo, sua organização geral de símbolos. Isso já está dado na linguagem que forma a base simbólica da sociedade. Erigida sobre esta base, e por meio dela, encontra-se um sistema de tipificações preestabelecidas, por meio das quais as inumeráveis experiências da realidade são ordenadas (**Berger; Kellner, 1964, p. 02-03 apud Hamlin, 2016, p. 1**).

De acordo com **Manzoni (2020, p. 186)**, “Ao analisar as bases de significação da vida, Peter L. Berger e Thomas Luckmann apresentam a modernização das sociedades ocidentais como um processo de fragilização dos

acervos sóciohistóricos de sentido. Levando a cabo uma Sociologia do Conhecimento de matriz fenomenológica, os autores interpretam a sociedade moderna saturada por uma pluralidade de sentidos que induziriam os indivíduos a frequentes crises subjetivas e intersubjetivas”.

A realidade social é continuamente construída, desconstruída e reconstruída, num processo histórico em andamento. Os indivíduos que constituem a sociedade são, por sua vez, constituídos pela sociedade. Berger, tal como Mauss, Halbwachs, Parsons, Manheim, Elias, C. W. Mills e Lahire, tem um forte interesse na psicologia sociológica. Para manter a plausibilidade do universo, os indivíduos precisam ser reassegurados pelos seus colegas. Berger chama a base social da manutenção da realidade de “estruturas da plausibilidade”. Elas são especialmente importantes quando definições alternativas da realidade e da identidade estão disponíveis no interior de subgrupos ou, de modo mais radical, quando indivíduos “alternam” de um universo de significados para outro, algo que acontece quando se convertem, “saem do armário” ou ainda quando experimentam um “choque cultural” (**Vandenberghe, 2017, p. 1**).

Trazendo para o objeto desta pesquisa, relacionando-o aos supracitados pontos abordados por Peter Berger e Thomas Luckmann, é possível argumentar que a linguagem é criadora e também criatura de processos de socialização. Por exemplo: se um grupo de extrema-direita estabelece os seus elementos discursivos em comum, implica afirmar que esses meios funcionam como definidores do discurso, como denominadores comuns daquilo que deve ser dito. Em outros termos: aquilo que deve ser dito será apreendido por todos, e todos, assim, acabam partilhando elementos discursivos em comum. Para que os membros falem a mesma língua houve um processo de institucionalização e de legitimação de um discurso. Para ser partilhado por membros de um grupo, um discurso deve homogeneizar aquilo que se quer dizer, de modo que esses elementos sejam vistos em diferentes participantes.

Só entendemos o sentido na medida que incorporamos na análise esse contexto mais amplo de perguntas, respostas e intervenções. [...] Os sentidos da vida cotidiana são o pão-pão queijo-queijo do psicólogo. Não só do psicólogo, mas do sociólogo também. Sentido não é, portanto, propriedade de um referencial teórico único: é a tarefa básica de todos os cientistas sociais. [...] ninguém produz sentido individualmente. [...] Produzimos sentidos o tempo todo. [...] Produzir sentido, portanto, é o que permite lidar com situações e fenômenos do dia-a-dia, do cotidiano (**Spink, 2010, p. 29-35**).

De acordo com **Schutz (2018, p. 29)**, “o mundo social que se constitui e se constrói em nossa vida diária com outros indivíduos é, enquanto objeto das ciências sociais já constituído e construído [...] mesmo o comportamento humano apreendido na simples captura da vida diária é, portanto, investido de sentido e compreendido, ainda que de modo vago e difuso”.

Pois todos nós vivenciamos, no simples imergir do viver, nossas ações como investidas de sentido, e, dentro da visão de mundo natural, estamos “convictos” de que também outros indivíduos vivenciam seu agir como pleno de significado, e de modo exatamente igual a como nós mesmos vivenciaríamos tal agir. [...] Nesses atos de interpretação e de posição de sentido se constrói para nós, em distintos graus de anonimato, em maior ou menor proximidade vivencial, em variadas perspectivas de apreensão que se cruzam, a estrutura de sentido do mundo social, o qual é tanto nosso mundo (a rigor, antes de tudo: meu mundo) como também o dos outros indivíduos. [...] Esse mesmo mundo, que vivenciamos como significativo, também o é enquanto objeto de interpretação das ciências sociais. Apenas com a diferença de que o contexto de sentido no qual a forma científica de interpretação busca inserir esse mundo não corresponde ao do vivo vivenciar, mas ao da observação ordenadora (**Schutz, 2018, p. 27-29**).

Assim, para concluir esta seção, retomemos o exposto nas páginas anteriores com o fito de destacar os seguintes pontos: a) uma pessoa não produz sentido somente a partir da sua própria cabeça na sua trajetória social, embora possa assimilar uma determinada situação com elementos “mais personalizados”; b) viver em sociedade ou em qualquer outra forma de experiência coletiva vai implicar na produção de sentidos, seja para ordenar a própria experiência, seja para ordenar e compreender a experiência “dos outros”.

O sentido se constitui na consciência humana: na consciência do indivíduo, que se individualizou num corpo e se tornou pessoa através de processos sociais. O sentido nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto de referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências. O inverso também é válido: o sentido de experiências – e, como ainda será demonstrado, de ações – será construído em primeiro lugar por especiais realizações “relacionais” da consciência (**Berger; Luckmann, 2004, p. 14-15**).

Desta maneira, vaticino que, se eu vivo, produzo sentido, se produzo sentido, busco ordenar determinadas experiências dentro de um sistema lógico que conserve coerência e responda às expectativas e demandas criadas, não apenas no plano individual, mas, coletivo. O ato dialógico de produzir sentidos sempre busca responder e tornar concisa e coerente a própria experiência, mesmo que isso não seja vislumbrado da mesma maneira por outras pessoas e/ou outros grupos. Esse é o ponto: a produção de sentido busca classificar objetivamente determinados signos para que eles deixem um entendimento coerente para uma coletividade.

A metodologia desta pesquisa

Com o fito de alinhar a proposta teórica aos objetivos elencados, esta pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa. Mais do que utilizar um chavão que, a priori, não quer dizer muita coisa, as próximas linhas têm a intenção de explicitar os passos e todas as etapas da condução deste trabalho. A princípio, a metodologia desta dissertação compreendeu a realização das seguintes atividades: 1) pesquisas teóricas sobre *bolsonarismo*/extrema-direita brasileira contemporânea; 2) pesquisas teóricas sobre *corrupção* no contexto brasileiro a partir do século XX e as suas problemáticas teóricas; 3) observação e acompanhamento do grupo *Bahia Direita* na plataforma *Instagram*; 4) duas observações participantes durante os meses de julho e setembro de 2022; 5) acompanhamento das manifestações reais e/ou virtuais do referido grupo durante o pleito de 2022.

Pormenorizando: o início da escrita deste trabalho ocorreu ao mesmo tempo em que comecei a acompanhar a página do Bahia Direita no Instagram, e tais atividades começaram em abril de 2022. Acompanhei as postagens do referido grupo entre os meses de abril de 2022 e novembro de 2023. Durante esse período, houve tentativas de realizar entrevistas com lideranças do grupo, e tais tentativas foram em vão, não encontraram sucesso e portas abertas para um diálogo mais profícuo, seja presencialmente, seja em meio virtual. Tal caminho metodológico será mais bem delimitado no capítulo três deste trabalho.

No dia dois de julho de 2022 pude acessar, mediante entrevistas semiestruturadas com dois participantes presentes naquela manifestação, discursos

que serviram de base para esta análise, e que foram analisados através de mapas de associação de ideias, nos quais recuperei sequências discursivas para a interpretação. Os mapas de associação de ideias estão presentes no terceiro capítulo deste trabalho, ilustrados com trechos de falas dos participantes.

Após a exposição dos caminhos metodológicos possíveis, antecipo que no capítulo um abordarei o *bolsonarismo* a partir de elementos que compõem a sua genealogia, por assim dizer. Tal movimento possui uma complexidade a partir da multiplicidade dos atores sociais e dos grupos envolvidos. A ideia premente é abordar a genealogia do bolsonarismo enquanto movimento do tempo presente e com “ramificações” em eventos do passado e que ocorrem em paralelo em outros países, e isso será pormenorizado a partir da próxima página, a partir da sua relação com as plataformas de redes sociais, com suas práticas discursivas que privilegiam um pertencimento social restritivo e com a readequação de demandas antigas para o campo da direita.

CAPÍTULO 1 – UMA GENEALOGIA DO BOLSONARISMO

É sempre no passado aquele orgasmo, é sempre no presente aquele duplo, é sempre no futuro aquele pânico (Carlos Drummond de Andrade no poema “*Enterrado vivo*”)

O bolsonarismo, no Brasil, enquanto fenômeno que transcorre no tempo presente enquanto análises ainda estão sendo feitas sobre os seus efeitos e as suas características, reúne muitos elementos, e esses elementos podem ser elencados em uma espécie de genealogia. O uso de tal conceito aqui está registrado, não como consequência argumentativa dos ótimos escritos de Michel Foucault e Friedrich Nietzsche, mas, de modo mais simples: como um conjunto metodológico capaz de reunir elementos que distinguem e definem um dado fenômeno, no caso em tela, o bolsonarismo.

Todas as ideologias políticas buscam mobilizar pessoas para que essas acessem os espaços de poder e, posteriormente, consigam manter-se nessas estruturas. O poder vai ao encontro de uma permanência nas condições de exercício do poder. Agremiações políticas, partidos políticos, grupos e entidades de classe, todos, sem exceção, almejam acessar os espaços de poder político a partir de um conjunto de ideias, de uma ideologia. Ao utilizar o conceito de “ideologia” não estou partindo da explicação elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels na obra *A ideologia alemã* (2007), em que os autores abordavam os valores em voga na Alemanha dos séculos XVIII e XIX, ou como o conjunto de ideias de uma classe dominante, que é, ao mesmo tempo, causa e efeito para sua existência, produtora da justificção da sua própria existência.

O conceito de “ideologia”, utilizado no parágrafo anterior, está em consonância com a explicação de **Mannheim (1986)**, que compreende a “ideologia” como fenômeno produzido em um período específico e por um grupo também específico, de tal modo que todo grupo social produz a *sua* ideologia. As ideologias vão assimilando elementos que podem justificar a sua existência em uma bricolagem para a permanência da sua argumentação.

Quando utilizamos a concepção total de ideologia, procuramos reconstruir todo o modo de ver de um grupo social, e, neste caso, nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstrato podem ser legitimamente considerados como portadores deste sistema ideológico de pensamento como um todo (**Mannheim, 1986, p. 85**).

Sobre o *bolsonarismo* é necessário salientar o seguinte entendimento: literalmente centenas de páginas foram escritas (e talvez outras tantas estejam sendo escritas neste exato momento) sobre esse fenômeno, a partir dos vários olhares da Sociologia, da Ciência Política, da Antropologia e até da Psicologia. Com uma profusão de trabalhos sobre um mesmo fenômeno, é natural que nós façamos a seguinte pergunta: “[...] E quais são as palavras que nunca são ditas?” (parafrazeando um trecho da música *Quase sem querer*, lançada pela Legião Urbana no aclamado álbum *Dois* em 1986); ou, na pergunta feita pela canção *Paula e Bebeto*, de autoria de Milton Nascimento e Caetano Veloso, em que os autores querem saber: “[...] Qual a palavra que nunca foi dita, diga”. Após essas referências musicais, volto a argumentação para o fenômeno aqui analisando, também querendo saber se é possível usar termos novos para contextualizar um fenômeno fugindo das suas explicações já consolidadas?

Reitero o seguinte ponto: não é minha intenção aqui reescrever a história ou classificar o *bolsonarismo* de um modo completamente diferente daquele que outras pessoas já fizeram. A ideia é antes apoiar a minha contribuição no que já foi feito. Feita essa ressalva, podemos voltar ao ponto central deste início de capítulo. Sobre o *surgimento* do bolsonarismo:

[...] O bolsonarismo, que teve início entre 2014 e 2015, se apoiou em outro fenômeno político, cuja trajetória remonta a quase quinze anos: o surgimento de uma nova direita brasileira. Ao contrário da direita envergonhada atuante no país desde a redemocratização, pautada em uma defesa algo hesitante do livre mercado e em um conservadorismo difuso, a nova direita não tem nenhuma vergonha de se afirmar como tal (**Rocha, 2021, p. 9**).

Segundo **Maciel-Baqueiro; Santos (2023, p. 2)**, “O bolsonarismo inclui um grande arco de alianças com grupos de interesses díspares entre si.” Assim, é possível afirmar que o bolsonarismo é, antes de qualquer outra coisa, um movimento heterogêneo. Por mais que à primeira vista haja uma univocidade, também há a

conjunção de alguns elementos díspares. A explicação anterior está em consonância com o que afirma **Avelar (2021, p. 291)**, “[...] o bolsonarismo é uma coalizão, um bloco, um mosaico que se constituiu a partir de elementos heterogêneos e que veio a expressar algo que se gestava como demanda para uma parcela da população brasileira.”

Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010 pela corrupção e também como consequência de rupturas com o status quo social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países. [...] Em 2018, o discurso político vencedor foi construído em oposição à velha política ou ao pemedebismo, nos termos de Nobre, em 2013. Entretanto, diferentemente de suas expectativas naquele momento, a resultante do processo político apontou para a (extrema) direita (**Almeida, 2019, p. 186-195**).

Como o *bolsonarismo*, conforme vimos, é um movimento que tem uma centralidade na figura do líder como um símbolo messiânico que não pode ser contestado ou repreendido, o que ele, Jair Bolsonaro, fala e faz reverbera como indicação obrigatória que deve ser assimilada por todos os seus asseclas, como intimação que veio do cicerone e deve assim ser encarada: como normatização do que deve ser dito e feito.

Assim como a postura do líder, também é possível caracterizar as posturas discursivas do movimento bolsonarista como combativas, sejam discursivamente, sejam em francas ações físicas. No entanto, é importante salientar que tensões e atritos não são propriamente uma novidade no cenário político e social brasileiro. Como exemplo, há o fato de que no recente período de redemocratização do país, período esse que compreende os anos de 1989 e 2022, apenas três Presidentes da República (eleitos) concluíram todos os seus mandatos, e são eles: Fernando Henrique Cardoso (PSDB – 1995/2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT – 2003/2010) e Jair Messias Bolsonaro (PSL/PL - 2019-2022).

Quer dizer, em um intervalo de pouco mais de trinta anos (1989-2022) de eleições regulares, apenas três Presidentes concluíram todos os seus mandatos conquistados através de sufrágio. Tal fato alude para o seguinte ponto: conquistar um mandato e exercê-lo plenamente são situações que nem sempre caminham lado a

lado no Brasil. É bem verdade que tal manifestação ocorre em vários países, e com as mais variadas matrizes ideológicas, mas, como este trabalho aborda uma questão eminentemente nacional, atenhamo-nos ao presente contexto.

Com o resultado do pleito de 2022 já consolidado, o Ex-Presidente da República e natural da cidade de Glicério/SP, figura atualmente como o único Presidente que não conseguiu arregimentar apoio político para a sua reeleição em vinte e cinco (25) anos da Emenda Constitucional nº 16, aprovada em 1997, e que possibilitava a reeleição para os cargos do Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito).

O Ex-Presidente da República não logrou êxito durante o pleito de 2022, mas, de maneira alguma o movimento político encabeçado por ele (por assim dizer) saiu derrotado dessas disputas. Para além da vitória eleitoral de centenas de candidatos(as) situados nesse espectro político, a sua maneira de arregimentar apoios não foi “para debaixo do tapete” do cenário político nacional. Estão aí as suas táticas, seus discursos, suas manifestações. Enfim, todo o seu arcabouço valorativo segue atuante no debate público brasileiro. E, o mais extraordinário: não deu sinais de exaustão.

A breve experiência republicana no Brasil (com seus pouco mais de cento e trinta anos) possui vários episódios de anormalidade democrática. Seja pelo histórico de golpes e tentativas de golpes de Estado no país, seja pela manutenção de uma tradição autoritária, o fazer política através da subjugação, do medo, da proposição de alternativas políticas simplórias, violentas e arreadas para problemas complexos, ou, em outros termos: levar a cabo um fazer político baseado na sociabilidade violenta não é traço recente da institucionalidade ou da sociabilidade brasileira.

O bolsonarismo não estreou tais formas de fazer política. O que pode ser afirmado é que ele acentuou de maneira significativa práticas e discursos políticos que estavam dispersos. As práticas e as ideias não surgiram com ele, mas, foram afloradas a partir dele. A partir da identificação pública de que a partir do início da segunda década do século XXI dizer “sou de direita” não era um motivo de constrangimento e/ou abdicação social, grupos situados nesse espectro ideológico puderam arregimentar fiéis, asseclas e – principalmente – acessar as entranhas do poder político nacional; e, também, essa prática significava o fortalecimento de uma

retórica que pregava a plenos pulmões por uma liberdade (outra vez, supostamente) sufocada, subtraída, renegada.

É como se (de acordo com suas argumentações) – para grupos e atores sociais proeminentes da extrema-direita nacional – houvesse um silenciamento social promovido pela esquerda que – segundo eles – dominava (e ainda domina) diversos setores da sociabilidade brasileira, tais como: a(s) mídia(s) hegemônica(s), os espaços tradicionais de produção do conhecimento, como as universidades e os centros de pesquisa de excelência, a chamada “opinião pública”, entre outros.

Outro fato notável é a intensidade (ou agressividade, inclusive com demonstrações de ataques físicos) das suas manifestações, sejam elas no espaço público ou em ambientes virtuais. Sobre este aspecto, a sua retórica agressiva é uma das características mais difundidas por aquele que foi o maior responsável pelo embasamento da nova direita brasileira desde os anos 1990: Olavo de Carvalho (1947-2022).

Em suas aulas – amplamente assistidas e divulgadas pelas plataformas *Youtube*, *Facebook*, *Instagram* e *Telegram*, por exemplo - o escritor ensinava novos militantes de direita a debater com militantes de esquerda, em uma lógica que visava atacar o emissário da mensagem e não necessariamente o que estava sendo exposto por ele. Essa tática de debate com ataques *ad hominem* foi bem difundida e conquistou adeptos fiéis, e alguns deles até alcançaram cargos de ministros de Estado no governo federal brasileiro a partir de 2019, como são os casos de Ernesto Araújo (2019-2021) e Abraham Weintraub (2019-2020), nos cargos de Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Educação, respectivamente.

Tais personagens encarnaram o “espírito” defendido pelo seu guru: ataques desmedidos e injustificáveis às universidades, aos pesquisadores (principalmente se forem Cientistas Sociais), à mídia, apenas para ficar em poucos exemplos. Toda essa tática baseada na deslegitimação social visando minar a importância desses pesquisadores perante a sociedade civil tinha como foco enaltecer um Anti-intelectualismo, e tal ponto será pormenorizado em tópicos seguintes. Sobre os ataques aos Cientistas Sociais:

Todas as universidades que a gente tem, não brota da terra o dinheiro, vem do imposto. Quando a gente for comprar pão, gasolina para a moto, telefone celular, vem imposto. E esse imposto é usado para pagar salário de

professor, de técnico, bolsa, alimentação, tudo isso. Eu, como brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentistas. Eu não quero mais sociólogo, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro", disse o ministro da Educação, em vídeo publicado pelo perfil "Direita Raiz", no Twitter (**Rezende, 2020, p. 1**).

O disposto na citação anterior foi apenas uma das várias falas nas quais o Ex-Ministro da Educação da gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022) buscou deslegitimar o trabalho de pesquisadores(as) que ele desconhecia (e pelos(as) quais reiteradamente demonstrava desprezo). Ademais, à época, as posturas do então ministro foram encaradas (ou enquadradas) como crimes de responsabilidade na visão de alguns parlamentares.

Deputados e senadores foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tarde da quarta-feira (05/02) pedir o impeachment do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub. O grupo acusa Weintraub de ter cometido crime de responsabilidade ao contrariar princípios definidos pela Constituição para o serviço público — como os da impessoalidade e da eficiência. Weintraub também teria quebrado o decoro em suas manifestações em redes sociais e na Câmara dos Deputados. Uma das subscritoras do pedido é a deputada Tábata Amaral (PDT-SP). No começo do ano passado, ela ficou conhecida ao confrontar o antecessor de Weintraub no cargo, o teólogo Ricardo Vélez Rodríguez. Agora, diz a deputada, o Ministério da Educação está nas mãos de um gestor "muito pior" que Vélez. "Enquanto o Vélez não fez nada, o Weintraub fez o pior Enem que a gente teve últimos anos", resume ela, em referência aos problemas no Exame Nacional do Ensino Médio. "Qual era a nossa principal crítica ao Vélez? A inação. Ele tinha um monte de polêmica, de desmandos, e não fazia nada. Já o Weintraub não fez nada pela educação, mas fez tudo pela sua ideologia (de direita), pelos apoiadores do governo. Fez de tudo na luta contra o fantasma que ele mesmo criou", disse ela à BBC News Brasil. "O Weintraub passou de todos os limites. Na forma como ele lida com os cidadãos, na maneira como conduziu o Enem, na maneira como conduziu a área de alfabetização (do ministério)", diz ela (**Shalders, 2020, p. 1**).

As situações dispostas nos parágrafos anteriores não são meras opiniões do ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, mas, exemplificam de maneira assertiva a forma de pensar de pessoas que compõem o *bolsonarismo*. Para além da estranheza de ver um Ministro de Estado da Educação criticar, mas, mais do que isso, agir para destruir a estrutura educacional do país, isso não feito a esmo, e seguiu um roteiro muito bem elaborado e direcionado.

A ideia de que a legitimação das suas pautas deve passar necessariamente pela tomada dos meios de produção do conhecimento coaduna todo um ideário baseado em uma espécie de guerra cultural, de batalha contra a esquerda e todos os seus “soldados” espalhados em todos os espaços culturais. Se os espaços estão abarrotados de *mini comunistas e imprestáveis*, tomemos, ou melhor, tiremos desses espaços as possibilidades pecuniárias de sobrevivência. Foi dessa forma que ocorreu o disposto nas linhas anteriores a partir do exemplo do Ministério da Educação no mandato de Jair Bolsonaro como Presidente da República.

Se há o pensamento sobre a produção do conhecimento, também há o debate sobre escolarização formal, sobre o papel de escolas e universidades nesse processo. Desde o começo da década de 2010 uma série de medidas contrárias aos moldes do ensino formal no Brasil foram apresentadas por grupos de extrema-direita na forma de projetos de lei, de vídeos e/ou documentários estrategicamente preparados para a defesa de tal pauta, de um reforço do argumento de que caberia à escola “apenas” a função de passar conteúdos (desde que esses assuntos não sejam contrários às crenças dos pais), e que caberia à família uma atitude intransigente sobre qualquer conteúdo ofertado em instituições de ensino que não conformasse o que os familiares já tivessem estabelecido previamente como “aceitável”.

Há, assim, um reforço de um argumento pretensamente “liberal”, de recusa da atuação do Estado “dentro das quatro paredes do lar”. O argumento pode ser sintetizado na seguinte frase: “não quero que o Estado ensine meu filho sobre coisas erradas”. A problemática surge com os seguintes questionamentos: Como definir o que seria “errado” na formação de pequenos cidadãos? Qual seria a métrica, a baliza capaz de assegurar fielmente se o erro estaria nesse ou naquele lugar? Pessoas sem a devida formação acadêmica seriam/são capazes de lecionar sobre os assuntos que desconhecem e/ou ignoram? Essas são apenas algumas questões que tal debate é capaz de suscitar.

Dentre outras coisas, havia uma acusação acerca de uma suposta doutrinação marxista desde os primeiros anos das séries iniciais, ainda na infância, e isso acabaria por corromper a pureza (principalmente moral e intelectual) dos infantes. Sobre a defesa dessa pauta, segue um dispositivo produzido pela empresa de comunicação *Brasil Paralelo* em favor do chamado *homeschooling*:

Os primeiros anos de vida são fundamentais e quase decisivos para a formação do caráter, da personalidade e das virtudes. O que é ensinado às crianças nesta idade pode durar para o resto de suas vidas. “Uma das ferramentas mais úteis na busca pelo poder é o sistema educacional”. (Schlossberg, Herbert, 1993). Muitas pessoas começaram a pesquisar o que é homeschooling, especialmente a partir de 2018, ano que o assunto chegou ao Supremo Tribunal Federal. Antes de entender a polêmica, é preciso saber do que se trata. O homeschooling é um método de educação que defende o ensino domiciliar, supervisionado pela família, em vez do ensino escolar. No homeschooling, a família decide os valores da educação e fornece um ensino personalizado para o filho-aluno. Homeschooling é o termo em inglês para educação domiciliar ou educação em casa. Pode também significar escola em casa, embora não seja a intenção, pois não se trata de imitar a escola em casa, mas de mudar os métodos na busca do mais adequado. A intenção é que os filhos sejam educados em casa, por seus pais ou por instrutores escolhidos por seus pais, e não na escola. O ensino domiciliar é uma prática antiga, não é nova. Antes do surgimento das escolas e da escolarização, os mentores já educavam os filhos dos outros em casa (**BRASIL PARALELO, 2022, p. 1**).

Certamente, esse debate é complexo e mobiliza uma série de direitos e também de deveres, seja no plano individual e particular, seja no plano do próprio Estado como concebe a atual Carta Magna do país, que apregoa a educação como direito universal e dever do Estado e das famílias (**BRASIL, 1988**). Todo o argumento pretensamente “liberal” em favor de uma formação escolar e acadêmica fora das “amarras ideológicas do Estado” esbarra na seguinte constatação óbvia: não seria essa argumentação também uma produção ideológica? Não é um argumento ideológico dizer que apenas outros grupos agem ideologicamente? Pensemos um pouco.

O avanço da extrema-direita no Brasil e em outros países não é obra de uma contingência fortuita. Apenas para usar uma breve contextualização tomando como base as práticas desses eleitores/apoiadores nos Estados Unidos e no Brasil, vaticina **loris (2019, p. 281)**, “[...] em contraste interessante, enquanto no Brasil as classes médias vêm se mostrando como o verdadeiro bastião do conservadorismo político, nos Estados Unidos, a articulação das posições mais retrógradas, sejam elas relativas a temáticas culturais ou mesmo econômicas, tem encontrado terreno mais fecundo entre os segmentos socioeconômicos mais baixos, especialmente entre os segmentos populacionais de matriz étnica branca europeia”.

No exemplo do Brasil, esse trabalho de base focado na mobilização dos afetos, no investimento de “teorias alternativas” para explicar determinadas situações sociais proporcionou a criação de grupos políticos em todos os estados brasileiros

com ampla atuação no debate público (a sua presença ocorre de maneira mais intensa nos estados das regiões sul, centro-oeste e sudeste, é bem verdade. Mas, as participações e as presenças da extrema-direita bolsonarista são observadas em todos os estados do país); mesmo em regiões onde historicamente o Partido dos Trabalhadores (PT) – para citar apenas o exemplo mais significativo – sagrou-se vencedor em algumas das últimas eleições regulares no país para o Executivo Federal (2002, 2006, 2010 e 2014, mais especificamente).

Mesmo em contextos adversos (e que deram votos majoritários aos partidos de esquerda ou centro-esquerda), grupos de extrema-direita fazem-se presentes e alcançam votações expressivas para cargos executivos e legislativos. Nas eleições de 2018, 2020 e 2022, por exemplo, centenas de candidatos foram eleitos emulando uma postura prática-discursiva de extrema-direita em absolutamente todos os estados da federação.

Este fato evidencia de maneira cabal o seguinte ponto: há uma reorganização da extrema-direita em curso no Brasil; esse rearranjo encontrou ressonância na sociedade brasileira e, a despeito de preferências ou rejeições pessoais é um fato contra o qual é impossível ter uma negativa. Sobre tal perspectiva, aos olhos desse rearranjo de extrema-direita:

DE UNS TEMPOS PARA CÁ⁹, tanto no cenário político-cultural norte-americano quanto no brasileiro, assistimos à proliferação de ações persecutórias e mesmo truculentas protagonizadas não só pela extrema-direita, mas, para a surpresa de muitos, pela chamada “esquerda identitária”, que se julga moralmente superior ao resto da humanidade. Aqui, quem quer que não concorde *in totum* com as imbecilidades hoje imperantes, é prontamente atacado com os palavrões agora em voga: homofóbico, racista, misógino, etc. E atacado sem o menor escrúpulo, com desprezo absoluto pela ética e por verdades factuais. Se o atacado quiser argumentar, defender o seu ponto de vista, pior (Risério, 2019, p. 12).

As chamadas “pautas identitárias” são aquelas que provocam mais raiva, ira, desacordo e descontentamento (para utilizar um eufemismo) em grupos de extrema-direita. A argumentação da extrema-direita está ancorada no seguinte ponto: grupos identitários utilizam-se de pautas (até) válidas para impor “goela abaixo” da sociedade costumes impróprios, desvirtuosos, corruptos, de “não cidadãos de bem”,

⁹ Grifo original do autor.

imorais e infames. Para a extrema-direita, as pautas identitárias são meras “invencionices” que tem como ponto fulcral desestabilizar a estrutura política e social como demandas absurdas, pessoais, sem credibilidade e que não merecem ser levadas a sério. Sobre tal ponto:

Identitários não perdem tempo com argumentos e outras bobagens do gênero, desde que andam sempre muito menos interessados em discutir ideias do que sistematicamente empenhados em destruir reputações. E é por isso que berram, alto e mau som, apelando para o que está ao alcance de seus mínimos neurônios, numa carretilha de xingamentos morais absolutamente irresponsáveis, onde “canalha” é das expressões mais leves (Risério, 2019, p. 12).

As chamadas *pautas identitárias* ainda não usufruem de um consenso lógico e argumentativo sobre as suas existências no cenário político e acadêmico do país. Há quem diga que elas atrapalham uma maior organização da esquerda perante setores que não são tão receptivos às suas pautas porque abordam “perfumarias”, “temas inúteis”, “sexo dos anjos” e todo tipo de argumentação baseada em demandas pessoais alçadas à categoria de “ciência” ou de escolhas pessoais travestidas de “objetividade”. Por outro lado, há, também, quem reconheça nessas mobilizações políticas importantes instrumentos de exposição de ideias e de reafirmação de um suposto compromisso historicamente feito pela esquerda com “grupos marginalizados politicamente”. Aqui, neste trabalho, por ainda não ter uma base sólida capaz de prover uma argumentação mais profícua, optei por expor tais palavras nas linhas precedentes sem o intuito de tomar partido nessa ou naquela direção. Assim, é possível voltarmos ao ponto central deste tópico a partir do parágrafo seguinte.

É importante destacar que o fortalecimento da extrema-direita no Brasil, nos EUA e em países da Europa é fruto do tensionamento social contra movimentos de esquerda, ou, melhor dizendo: contra o famigerado e pouco provado “marxismo cultural”.

Conceito central no gênero contemporâneo de manifestos à direita, o marxismo cultural é um termo comum utilizado para menoscar o cânone do pensamento marxista ocidental porquanto propagação de uma conspiração para minar os valores presumivelmente tradicionais do Ocidente. (...) O conceito de marxismo cultural pretende apresentar aos leitores não-

familiarizados com — e presumivelmente desinteressados sobre — o pensamento marxista ocidental aos seus pensadores-chaves, bem como algumas de suas ideias, como uma história pérfida de operações secretas de controle mental cujas nuances podem até ser diferentes, mas as premissas básicas são similares, quando contadas por Anders Breivik (2011) ou Andrew Breitbart (2011). A lenda, repetida frequentemente, conta sobre como um punhado de intelectuais judeus se infiltraram na [Estados Unidos da] América por meio das mentes de sua juventude, culminando na contracultura dos anos sessenta, que é enquadrada como o momento mais difícil da guerra cultural pela preservação dos valores tradicionais americanos. [...] Este conceito conspiratório e, frequentemente, antissemita imagina a influência corruptora e feminizador da decadência europeia como algo que se espalhou, tal como braços de polvo, no corpo político americano particularmente se infiltrando por via da academia (WALSH, 2015) (**Tuters, 2018, p. 32–33, tradução nossa**).

O que norteia esse pensamento? Basicamente, essa forma de articulação político-ideológica-argumentativa defende que o marxismo é uma ideologia que está presente não apenas nas ideias de pessoas que conscientemente a expressam, mas, também foi perpassada socialmente através de “processos sutis” de doutrinação em escolas, universidades e nas mídias tradicionais.

Para aqueles que defendem que o marxismo cultural se expressa desta maneira, os que não estão ao seu lado automaticamente são marxistas inveterados, daqueles que, de maneira caricatural e jocosa, são pintados e identificados com os seguintes símbolos: 1) homem barbudo com boné do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); 2) pessoa que defende uma maior liberalização sexual (das mulheres, na maior parte das vezes) e 3) um aficionado que enxerga “capitalismo em tudo”.

É uma forma maniqueísta de encarar processos complexos, mas, pode ser caracterizado de tal maneira porque a extrema-direita nacional bolsonarista é capaz (como foi) de chamar de “comunista” o Ex-Prefeito de São Paulo entre 2012 e 2016, Fernando Haddad, o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Ex-Governador de São Paulo entre 2019 e 2022, João Dória e até o Ex-Presidente da Câmara dos Deputados entre 2016 e 2021, Rodrigo Maia. Sobre o suposto *marxismo cultural*:

A filosofia dos dias atuais é a filosofia de Karl Marx [1818-1883]. Ele é a personalidade mais forte do nosso tempo. Marx e suas ideias – ideias que ele não criou, desenvolveu ou melhorou, mas apenas combinou num sistema – são hoje amplamente aceitas, até mesmo por muitos daqueles que

enfaticamente se dizem anticomunistas e antimarxistas. Uma quantidade considerável de pessoas são, ainda que sem saber, filosoficamente marxistas, embora usem nomes diferentes para suas ideias filosóficas **(Mises, 2015, p. 23)**.

Essa “percepção”, por assim dizer, não é uma exclusividade do economista da Escola Austríaca. Ela está presente em obras do autor inglês Roger Scruton e do ex-autor brasileiro Olavo de Carvalho, apenas para ficar em dois exemplos significativos para a formação intelectual da extrema-direita na contemporaneidade.

Essa ideia de que o marxismo é uma doença capaz de infectar até aqueles mais imunes ao seu discurso é extraordinária porque pressupõe que a sua capacidade de penetração em corações e mentes é altamente significativa independentemente do quão cômico esteja um sujeito. A utilização da palavra “extraordinária” não significa uma exaltação ou uma concordância com tal pressuposto e está empregada no sentido de algo “fora do comum”, que não é “ordinário”. Assim, segue mais uma afirmação do economista da Escola Austríaca, e que mostra bem como esse modo de pensar não é recente:

As ideias de Marx e sua filosofia realmente dominam nosso tempo. A interpretação dos acontecimentos recentes e da história em livros populares, bem como em escritos filosóficos, romances, peças e assim por diante, são em geral marxistas. A filosofia da história de Marx está no centro. Dela se toma o termo “dialético”, que é aplicado a todas as suas ideias. Mas isso não é tão importante quanto entender o que significa o materialismo marxista **(Mises, 2015, p. 24)**.

Esse complexo movimento de “interpretação da realidade” funciona como uma chave de análise comum, como um denominador comum para manifestações de extrema-direita na contemporaneidade. Mais do que a proposição de outros caminhos políticos, o que está proposto nesse arranjo ideológico é a pressuposição de que o marxismo é uma ideologia travestida de preceito científico pronta para entrar e dominar mentes incautas e desavisadas. Sem o uso de hipérbole, por mais que possa parecer um exagero, não é.

Assim que uma doutrina se torna popular, ela é simplificada de um modo que possa ser entendida pela massa. Marx disse que tudo depende das condições econômicas. Ele afirmou em *A miséria da filosofia* que a história das fábricas e das ferramentas se desenvolvia de maneira independente. De acordo com Marx, todo o movimento da história humana é resultado do desenvolvimento das forças produtivas materiais, as ferramentas. Com o desenvolvimento das ferramentas, a construção da sociedade muda, e como consequência todo resto também muda. Com “todo resto”, ele quis dizer a superestrutura (Mises, 2015, p. 29).

Conforme vimos, para grupos de extrema-direita, a filosofia marxista consegue diluir as suas premissas em um caldo acessível e que pode ser ingerido sem maiores dificuldades. Nos próximos tópicos, alguns elementos característicos do *bolsonarismo* serão abordados com maior acuidade, tais como: a) a emergência da tecnologia e das plataformas de redes sociais como elementos que propiciaram o fortalecimento da extrema-direita em níveis nacionais e internacionais; b) as “novíssimas direitas”, no Brasil, como uma expressão de uma série de reformulações de demandas antigas; c) a mobilização política da pauta “anticorrupção” pela direita e a extrema-direita brasileira desde, pelo menos, a emergência da União Democrática Nacional (UDN) entre as décadas de 1940 e 1960, e como essa mobilização esvazia semanticamente o conceito de “corrupção”, entre outros elementos igualmente pertinentes.

1.1 Extrema-direita e plataformas de redes sociais: a simbiose perfeita

As plataformas de redes sociais mudaram e continuarão mudando nossas formas de relacionarmos-nos com os outros e com nós mesmos. Fato. Literalmente centenas de páginas já afirmaram e atestaram tal argumentação em artigos, periódicos e livros. Em se tratando de política, postagens virtuais no *Facebook*, *Twitter*, *Whatsapp* e *Telegram* têm muito mais alcance do que os antigos panfletos de papel surrados pelo tempo e pelas intempéries, ou, os adesivos em carros ou nas frentes dos portões das residências, por exemplo. Sobre essa forma de comunicação na contemporaneidade:

Até o final do século XX, a maior parte da população era alvo passivo das informações difundidas pela grande mídia corporativa, ao passo que com a emergência da *internet* e, sobretudo, de plataformas digitais, como Youtube, Facebook, Instagram, Twitter, Whatsapp, Telegram, dentre outras formas possíveis que nasceram com a Web 2.0, deixamos de ser apenas receptores desses dados e fatos selecionados por jornais, rádios e canais de televisão [...] (Rosa; Ângelo; Braga, 2021, p. 189).

Essa mudança na forma de relacionar informações, criar, manter vínculos e influenciar nas percepções pessoais não deve ser menosprezada. Estamos vivendo um período histórico em que as plataformas de redes sociais e seus aplicativos estão presentes quase que o tempo todo na maioria das vidas das pessoas: de aplicativos de bancos aos aplicativos de *delivery* de bebidas geladas, apenas para ficar em poucos exemplos significativos.

Os nossos *smartphones* nos possibilitam uma verificação nas nossas contas bancárias, enviar e receber mensagens em poucos segundos, ao passo em que nos oferecem, também, até aplicativos que nos lembram de ingerir uma quantidade adequada de água! Como dito na canção *Índios*, presente no álbum *Dois* da Legião Urbana, “[...] o futuro não é mais como era antigamente”, e, assim como aquela afirmação, as plataformas de redes sociais nos lembram a todo instante que o futuro será cada vez mais incerto e imprevisível, pautado por uma imprevisibilidade que nós, provavelmente, não conseguiremos suportar em um futuro próximo.

Para um cidadão do século XXI, boa parte da vida transcorre no mundo virtual e está ligada às novas tecnologias. Acordamos com o alarme do celular. Consultamos mensagens antes de tomar o café da manhã. Lemos as notícias no *tablet*. [...] Fazemos amor com música que nos chega por um serviço de *streaming* e dormimos com o som relaxante de um aplicativo de meditação. [...] São os outros que me dizem quem eu sou. É o negócio das redes sociais, onde o olhar alheio e o aplauso ajudam a preencher o vazio da minha alma. Nelas, eu consigo criar uma ilusão de conexão sem precisar realmente me importar, me envolver. [...] Qualquer pessoa, sem necessidade de talento, pode se expressar na rede, construir um meio de comunicação, produzir vídeos ou músicas e colocá-los ao alcance de milhões (Bruzzone, 2021, p. 12-13-30-43).

Atualmente, praticamente vários desejos humanos podem ser realizados com poucos toques em um *smartphone* na palma da mão. Por mais que a frase anterior pareça uma propaganda do mais recente modelo de *smartphone*, não se trata

disso. Esse caráter de pedidos/entregas sob medida que as plataformas de redes sociais trouxeram legou à política a seguinte situação: as demandas dos eleitores e as institucionalidades políticas passaram a ser encaradas como meras formalidades que dificultam a realização dos desejos de pessoas e grupos.

Houve uma aproximação maior entre pessoas e seus ídolos políticos, ao passo em que houve uma descentralização do direito à fala, do direito ao pleno questionamento sem “filtros”, ombro a ombro, em condições de uma pretensa igualdade. Tal fato é evidenciado pela emergência cada vez maior da figura do “influencer”, de alguém que almeja a fama e o reconhecimento social sem, necessariamente, entregar “algo de valor” em troca que justifique a sua ascensão. Tal cenário só pode acontecer porque a acessibilidade à internet, aliada às plataformas de redes sociais e suas propagandas cada vez mais agressivas de um estilo de vida que influencia e possibilita a ascensão de pessoas das mais variadas condições sociais, escolares e financeiras proporcionou tais configurações sociais.

Graças à internet e às redes sociais, nossos hábitos, nossas preferências, opiniões e mesmo emoções passaram a ser mensuráveis. Hoje, cada um de nós se desloca voluntariamente com sua própria ‘gaiola de bolso’, um instrumento que nos torna rastreáveis e mobilizáveis a todo momento **(Da Empoli, 2019, p. 96)**.

Essa percepção de rastreamento disciplinar vendido como “liberdade” vai ao encontro do que vaticina **Han (2022, p. 11-17)** ao dizer que “o telefone móvel como aparato de vigilância e submissão explora a liberdade e a comunicação. Nos regimes de informação, as pessoas não se sentem, além disso, vigiadas, mas livres. Paradoxalmente, é o sentimento de liberdade que assegura a dominação. [...] O regime de informação se apodera dos indivíduos, à medida que lhes elabora *perfis de comportamento*”. Assim, na atual conjuntura de regimes informatizados que perpassam todas as esferas da nossa experiência humana, informação é, mais do que nunca, poder.

A forma de relacionamentos sociais mudou com o avanço da internet e a popularização das plataformas de redes sociais. Na política, por exemplo, seria previsível que houvesse uma mudança em algum nível. As plataformas de redes sociais não inventaram os sentimentos humanos sobre os quais apoiaram suas

megaempresas de propaganda e publicidade. Por outro lado, elas souberam capitalizar em cima de algo que já estava aí. Difuso, é verdade. Mas, algo que já existia. Se as plataformas de redes sociais tiveram e têm êxito na sua empreitada de “modular comportamentos humanos” para fins políticos é porque o substrato sentimental tinha uma existência prévia.

As plataformas de redes sociais não surgem do nada, tampouco inventam sentimentos intrinsecamente humanos. Elas jogam e brincam com características bem humanas. Todas, sem exceção, têm muita capacidade de potencializar sentimentos e ações humanas rapidamente. A velocidade com que informações, textos, imagens e vídeos são repassados pode até impedir uma inteligibilidade sobre esse processo. O fluxo de informações é tão intenso que as nossas capacidades e possibilidades de verificação perdem força.

Os *smartphones* e os planos de dados móveis propiciaram maior acesso às informações e às ideias. O problema é: esse acesso não foi acompanhado de um “processo de discernimento”, por assim dizer. Muitas informações produzidas por muitas pessoas diuturnamente fazem com que a percepção sobre essas informações fique turva. É fácil perder-se em uma enxurrada de informações impactantes, principalmente se elas vierem para corroborar ideias preexistentes. Sobre essa capacidade de mobilização social nas plataformas:

[...] Os complôs funcionam nas redes sociais porque provocam fortes emoções, polêmicas, indignação e raiva. E essas emoções geram cliques e mantêm os usuários colados ao monitor. A indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam muito mais atenção e engajamento que os debates enfadonhos da velha política. Os engenheiros do caos estão bem cientes disso. [...] Para os engenheiros do caos o populismo é filho do casamento entre a cólera e os algoritmos (**Da Empoli, 2019, p. 53-60-61**).

Assim, prossegue **Da Empoli (2019, p. 104)**, “no novo mundo, portanto, a política é centrífuga. Não se trata mais de unir eleitores em torno do denominador comum, mas, ao contrário, de inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los – mesmo à revelia deles”.

Abordando especificamente o Brasil, melhor dizendo, o contexto social e político em que ocorreu o pleito de 2018 e a massificação do uso das plataformas de

redes sociais, é preciso citar a corajosa e bem embasada obra *A máquina do ódio*, da jornalista Patrícia Campos Mello. Essa obra abordou relações escusas entre conglomerados de mídia, grupos empresariais, financiamentos legais e ilegais de campanha, e como tudo isso foi “azeitado” pela descentralização inerente às próprias plataformas para influenciar diretamente em resultados nas eleições brasileiras de 2018. Certamente, dezenas de pessoas foram eleitas “nessa onda”, por mais que seja difícil atestar até que ponto as plataformas foram cruciais para tal desenlace. Certamente, as plataformas de redes sociais tiveram, à época, uma participação decisiva, ainda que seja difícil mensurar tal influência de maneira inequívoca. Assim, de acordo com a jornalista:

Mesmo depois que o Whatsapp admitiu que durante as eleições de 2018 a plataforma havia servido, de maneira ilegal, a envios em massa, a vontade de enterrar a história prevaleceu no Tribunal Superior Eleitoral. O TSE não ouviu os repórteres, os donos das agências nem o próprio Whatsapp no início da investigação. Nas “democracias iliberais”, segundo o vernáculo do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de Whatsapp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade – e abafe as outras narrativas, inclusive e sobretudo as reais. [...] Essa é uma das genialidades das redes: tudo é descentralizado (Mello, 2020, p. 16-19-33).

Esse caráter descentralizado e pretensamente horizontalizado na difusão de informações é certamente um dos maiores achados das plataformas de redes sociais, e certamente contribuiu e muito para a sua popularização em dezenas de países, fazendo com que – em vários contextos – elas sejam preteridas em relação às “mídias tradicionais” como “fontes de informação” das pessoas diariamente. Nem todas as pessoas têm tempo e/ou interesse para recorrer às mídias tradicionais para atestar a verificabilidade dessa ou daquela informação. Porém, quase todas as pessoas dispõem de, ao menos, um *smartphone* com acesso à internet, e tal mudança social e cultural foi decisiva para as mudanças políticas que estamos vendo desde o início deste século. Ainda sobre a *bolsonarismo* e sua presença nas plataformas de redes sociais:

[...] Quando se trata de compreender o bolsonarismo, é melhor dirigir o olhar aos milhões de brasileiros para quem o Whatsapp é a internet, brasileiros

cujos planos de dados, em seus telefones populares, não alcançam o Facebook, o Twitter ou o Instagram, mas rodam o Whatsapp com sua dose diária de memes, vídeos e interação linguística com a família, a vizinhança e colegas da igreja ou da escola **(Avelar, 2021, p. 294)**.

Como as plataformas de redes sociais acabam sendo “fontes de informação”, acabam fazendo com que as informações “sejam feitas” por mais pessoas, mesmo sem uma instrução formal para exercer tal atividade. É como se essas novas mídias dessem voz para que várias pessoas pudessem externar suas opiniões no mesmo patamar que um pesquisador sobre um determinado tema, por exemplo. Ora, é claro que o direito à liberdade de expressão deve ser sempre resguardado. O ponto que está em questão é que “opinião” é diferente de “informação”, mas, no contexto do *tecnopopulismo* **(Da Empoli, 2019)** ambas estão em posição de equivalência. O “eu acho” tem o mesmo peso do “eu sei!”. Esse é um ponto importante sobre a ascensão de populismos de extrema-direita neste século XXI, e sobre tal questão recorro, mais uma vez, à obra *A máquina do ódio* **(Mello, 2020)**:

A revolta contra os ditos experts, o desprezo pelos acadêmicos, especialistas ou jornalistas, é uma das características de nosso mundo tecnopopulista, para empregar um termo que aprendi com Giovanni¹⁰ Da Empoli. Trata-se de uma das facetas dos populismos, que privilegiam valores ou concepções de mundo previamente dadas em detrimento de conhecimento **(Mello, 2020, p. 39-40)**.

Esse desprezo pelos intelectuais está na “primeira página do manual” dos populismos modernos: o que eu acho vale mais do que aquilo que eu sei. Isso, somado ao fato de que muitos desses grupos não conseguem acessar os espaços (privilegiados, sim, há que se admitir) de produção do conhecimento como as universidades, por exemplo, contribui para um sentimento atávico por parte desses grupos de que existe uma suposta elite intelectual que quer manter na ignobilidade a “massa de indivíduos”.

¹⁰ Trata-se de grafia presente na referida obra e mantida aqui, com o erro, para preservar a fidelidade ao texto original, já que o ensaísta italiano-francês se chama Giuliano Da Empoli e não Giovanni Da Empoli como está escrito em trecho do livro *A máquina do ódio*, de Patrícia Campos Mello (2020).

Este novo paradigma comunicativo tem como consequência um feroz anti-intelectualismo [...] Professores e intelectuais, assim como políticos, são intermediadores cujo papel é colocado em questionamento [...] É a negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos, o conhecimento e a participação política [...] A academia, neste sentido, produtora da verdade científica e consolidada é vista como um inimigo a esta utilização da mentira transforma-se na base político-eleitoral bolsonarista. A formação científica considera-se não só desnecessária se não também descartável (Gallego, 2020, p. 443-444).

A insistência na defesa do “homem simples”, “chucro, mas, de boa índole” que é enganado “pelo sistema” é um dos maiores chavões políticos da atualidade, ainda que seja utilizado com outras palavras. Conhecimento científico é visto como “frescura”, “viadagem” e “narrativa”, por exemplo. E, como bem salientou Mello (2020, p. 75), “quando um ataque vem do topo da hierarquia, ele funciona como uma autorização”.

Esse ponto talvez seja um “argumento pacificado”: quando líderes praticam determinadas ações, eles estão passando a impressão de que os seus asseclas podem fazer o mesmo. Se os cicerones fazem, os seguidores replicam, seja no “mundo real” ou nos ambientes virtuais. “[...] Linchamentos virtuais funcionam como uma censura informal” (Mello, 2020, p. 82).

O próprio modo de funcionamento das redes sociais atua de forma a não favorecer políticos – e ideias – moderados. [...] No tecnopopulismo, o jogo é outro. O objetivo é identificar temas importantes para cada um e explorá-los em campanhas de comunicação individualizadas (Mello, 2020, p. 121-122).

Nessa nova lógica discursiva, o político que profere coisas que não deveriam ser ditas por ninguém é um “verdadeiro macho”, “não é viado”, “não se curva ao sistema”, e por aí vai. O insulto e a provocação passam a ser a tônica de todos os discursos. Mais do que eventualmente cometer crimes, tais falas colaboram para um sentimento de naturalização de uma forma de sociabilidade que estava em desuso – ou – que não era tão apreciada publicamente por entes públicos no exercício de mandatos. Essa forma discursiva engaja as pessoas, não é vista como uma coisa “morna” e, também, é encarada como força, afinal de contas, se a pessoa está indo “contra o sistema” é porque ela certamente tem algo de útil a dizer.

A lógica empresarial do campo virtual e a arquitetura atual dos algoritmos das redes sociais que transformam a informação em produto mercadológico seccionado em guetos opinativos, possibilitam uma forte captura informativa por parte de grupos antidemocráticos que tem grande poder econômico (Gallego, 2020, p. 452).

Assim, uma outra coisa é comum em todas as experiências de extrema-direita neste início de século: cada contrapeso institucional é encarado como confirmação da “força do sistema”. Como as suas prerrogativas encaram toda e qualquer institucionalidade que resguarda grupos distintos como uma parte de um “sistema escuso, corrupto e esquerdista”, se eles são impedidos de derrubar as estruturas políticas é porque o famigerado “sistema” boicotou a sua participação, brechando as suas ações.

O jogo discursivo ocorre assim: primeiro, há uma prática incondizente com a liturgia dos cargos ou que “apenas” é potencialmente criminosa. Em seguida, há uma reação institucional ou social em relação aos seus arroubos autoritários, e por fim, aquele que atentou contra a estabilidade estrutural diz que é perseguido por um sistema que não o respeita, em um processo cíclico em que, sempre, o líder com arroubos autoritários é vítima de um sistema que não o respeita.

Tal prática é recorrente e foi levada a cabo por Donald Trump ao incitar seus apoiadores a invadir e depredar o Capitólio no fatídico dia seis de janeiro de 2021, e por Jair Bolsonaro, ao dizer que não cumpriria determinações do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, durante as manifestações/comemorações do dia sete de setembro de 2021. Em ambos os casos, os dois líderes pregavam a plenos pulmões que o *establishment* estava contra eles, utilizando de uma reação institucional necessária e plenamente legal em seus favores, invertendo, assim, os polos argumentativos em prol das suas, aí sim, narrativas.

O “golpismo” se tornou assim uma verdadeira ideia-força associada ao modus operandi do populismo reacionário, que não reconhece como legítimas as limitações opostas pela lei às suas condições de sua sobrevivência e reprodução. [...] O populista radical vive de explorar o ódio ao sistema democrático dentro da democracia e em nome dela. Precisa mostrar poder todo o tempo, para estimular a base e intimidar os adversários a tolerar seus crimes. [...] Nos setores mais fanáticos da direita radical, ele adquire o sabor milenarista de realização de uma profecia apocalíptica (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 127-191).

A lógica a partir da qual os líderes populistas externam suas ideias é: se eu não posso fazer tudo o que desejo politicamente, se eu não posso dinamitar as estruturas do Estado ou propor leis baseadas em desejos pessoais é porque há um sistema corrupto que – além de não me respeitar – não respeita “o povo”. Sim, sempre essa entidade é invocada para responder aos desejos mais indizíveis de um político, de grupos ou de ideologias as mais diversas.

Com o fortalecimento das plataformas de redes sociais, e elas tornando-se as maiores pontes, os maiores canais de trocas de informações entre as pessoas, é mais fácil mobilizá-las em torno de algo, principalmente se “esse algo” atende a desejos de reafirmação grupal, por exemplo. A informação necessária para rechaçar, confirmar ou seduzir corações e mentes circula em uma velocidade nunca antes vista, e esse processo, certamente contribui para uma confusão de entendimento entre pessoas e grupos. Por exemplo.:

[...] A infantilização define o comportamento voluntarista das massas digitais [...]. Assombrados por uma máquina incansável de notícias falsas, as massas digitais sacrificam bodes expiatórios como quem troca de roupa todos os dias (Rocha, 2021, p. 16).

Neste sentido, podemos inferir que as plataformas de redes sociais funcionam como replicadores de comportamentos em que as produções de sentidos para os fenômenos atuam como reforços de crenças previamente estabelecidas. No caso do *tecnopopulismo* (Da Empoli, 2019) do início do século XXI, a forma de comunicação é mediada pelo reforço amistoso oriundo das pessoas e dos grupos que enviam mensagens de cunho político. As plataformas de redes sociais quebraram a mediação discursiva entre “quem pode falar sobre um tema” e “quem não pode falar sobre ele”. Basta ter um *smartphone* com acesso à internet, um computador de mesa ou um *laptop* para que qualquer pensamento ou ideia de qualquer pessoa fosse publicada e alcançasse muitas pessoas em pouco tempo, e isso certamente favoreceu ideias políticas fora de um *establishment*, por exemplo.

Há, também, um alcance maior, ou melhor, uma aproximação maior entre as juventudes e as novas tendências tecnológicas, e tal fenômeno também pode ser verificado nos atuais contextos de disputas político-ideológicas. A “fusão” entre

juventude autodeclarada de direita e as plataformas de redes sociais foi significativa em vários países neste princípio de século.

A emergência dessa juventude de direita coincidiu com o advento de um novo e poderoso meio de comunicação que alterou radicalmente a ecologia das relações humanas em todas as suas dimensões, com destaque para o potencial de manipulação política, como se observa no avanço de populismos digitais de direita e até de extrema-direita em todo o mundo. [...] O movimento de uma juventude de direita em ascensão soube aproveitar com irreverência e determinação o universo digital — e isso em todas as suas modalidades, com ênfase para um domínio completo de técnicas de engajamento em redes sociais (**Rocha, 2021, p. 130**).

A partir dessa organização, segundo **Rocha (2021, p. 191)**, “[...] a relação do fenômeno bolsonarista com o populismo autoritário e digital é propriamente incontornável”. O bolsonarismo provavelmente não teria o êxito que teve sem a emergência de plataformas que lhe permitiram chegar a um sem número de pessoas, ao mesmo tempo em que colocava em xeque a própria dinâmica institucional do país. Um elemento comum nas experiências extremadas à direita é a verve antissistêmica que “casou perfeitamente” com a pretensa horizontalidade discursiva das plataformas de redes sociais e a sensação de “terra sem lei” que fóruns, grupos privados e páginas podem proporcionar aos seus usuários.

Na era das *fake news*, desinformações e teorias da conspiração, a realidade, com suas verdades factuais, se nos extraviou. Passam a circular, então, informações totalmente desacopladas da realidade, formando um espaço hiper-real. A crença na *facticidade* foi perdida. Vivemos, assim, em um universo desfactuado. Ao fim e ao cabo, com o desaparecimento das verdades factuais, desaparece também o *mun-do comum* no qual podíamos nos reportar em nossa ação (**Han, 2022, p. 52**).

Tal premissa vai ao encontro do que afirmaram **Rosa; Braga; Ângelo (2022, p. 138)**, “nesse modelo de comunicação onde a forma é mais importante, está incluído a atitude de quem fala. E o simples fato de ser contra o sistema vigente se torna uma forte justificativa para aceitar as ideias impostas”.

A utilização das tecnologias info-comunicacionais também está relacionada com aquilo que passou a ser chamado por diversos atores políticos, sobretudo das novíssimas direitas, de guerra de narrativas, ou seja, de batalhas informacionais que não consideram necessariamente se os fatos difundidos são verdadeiros (**Rosa; Souza; Camargo, 2020, p. 165**).

Na dinâmica da mobilização política nas plataformas de redes sociais, importa menos o que se sabe e mais o que se supõe saber, independentemente da complexidade do assunto. Forma e conteúdo não andam ao lado a lado e, frequentemente, a forma costuma estar muitos passos à frente do conteúdo. A “verdade” passou a ser um conceito maleável de acordo com os interesses de quem fala. Mais do que possibilitar a emissão de despautérios, as plataformas de redes sociais asseguraram a equiparação entre eles e um discurso válido baseado em algo factível e crível. “Opinião” e “verdade” são encaradas como duas faces da mesma moeda discursiva. Qualquer pessoa, leiga ou não, outorga para si uma autoridade argumentativa que não foi verificada e/ou conquistada por nenhum meio de mérito acadêmico, por assim dizer.

O que as plataformas de redes sociais fizeram foi: colocar ao acesso das pontas dos dedos uma possibilidade social de replicar ideias, das mais úteis às mais inúteis, das mais plausíveis às mais incoerentes. Não precisa ter conhecimento para falar sobre um dado tema, basta ter acesso à internet, que qualquer opinião de qualquer pessoa adquira um *status* de “conteúdo”. Essa “quebra” em uma estrutura discursiva entre as pessoas também favoreceu à emergência de discursos “politicamente incorretos”.

A luta contra a ditadura do politicamente correto, a ditadura do marxismo cultural, das feministas e do comunismo são alguns dos gritos de guerra desta direita que já não se envergonha por sair às ruas exigindo a volta dos militares ou por publicar mensagens racistas na Internet (**Gallego, 2020, p. 441**).

Outro elemento que foi capaz de sustentar a emergência discursiva vista anos depois no bolsonarismo foi a obra *Orvil*. O *Orvil* (livro, ao contrário) foi elaborado pelo CIE (Centro de Informações do Exército) como forma de provar “racionalmente” os crimes cometidos por militantes de esquerda que optaram pela luta armada a partir de 1964, mas, mais do que isso: expôs as estratégias da esquerda (ou de parte dela)

para tomar o poder no Brasil. Essa obra abordava o passado, mas, também olhava para o futuro, propiciando insumos intelectuais e discursivos para uma revisão histórica sobre o período de 1964 e 1985 e para a emergência e a vigilância do inimigo comum: a esquerda. Assim:

Na mentalidade bolsonarista o objetivo de chegar ao poder não significa necessariamente propor um projeto nacional *construtivo*, não importa em que direção; na verdade, o propósito real é promover a *destruição das instituições que foram aparelhadas no decurso da quarta tentativa de tomada do poder pela esquerda!* [...] A estrutura mental orviliana comanda a visão do mundo das massas digitais bolsonaristas. Qualquer gesto, por mais absurdo e desumano, é justificável se o objetivo for manter o inimigo à distância **(Rocha, 2021, p. 244-245)**.

Assim, tanto o *Orvil* quanto as dezenas de canais de extrema-direita hospedados no *Youtube* não teriam a capilaridade social que alcançaram sem as plataformas de redes sociais. Assim, segundo **Rosa; Braga; Ângelo (2022, p. 126)**, “[...] no caso brasileiro [...], as novíssimas direitas potencializaram incessantemente o descrédito da verdade, o que decorre da desvalorização de conteúdos de dados e de demais elementos verificáveis através de métodos, teorias e conceitos que configuram um olhar mais próximo da ciência moderna, na medida em que, no lugar da veracidade, passaram a enfatizar apenas a forma e toda a sua capacidade de ser difundida [...]”.

As teorias conspiratórias e *fake news* objetivam deslocar seletivamente certos fatos, potencializando uma alteração ou mesmo a criação de supostas evidências, capazes de beneficiar seus candidatos e deslegitimar seus opositores enquanto adversários democraticamente legítimos, já que representam uma ameaça inimiga. [...] As pessoas passam a incorporar essas informações distorcidas e equivocadas como verdades, justamente porque elas corroboram aquilo que gostaríamos que tivesse ocorrido, configurando, portanto, a busca por uma espécie de auto-verdade **(Rosa; Souza; Camargo, 2020, p. 182-185)**.

Jogar com as noções de “verdade” e de “comprovação” é outra marca desses tempos *tecnopopulistas* **(Da Empoli, 2019)**. A informação não precisa estar alinhada com fatos que comprovem a sua existência ou a sua relevância. Antes de

mais nada, ela precisa cativar a audiência, conseguindo isso, o trabalho de mobilização está feito. Aliás, quanto mais uma informação verídica estiver envolvida em fatos, menos efetividade ela terá, por mais paradoxal que pareça. A junção entre discursos de extrema-direita e mobilização através das plataformas de redes sociais foi possível a partir, dentre outras coisas, do seguinte ponto: uma informação não precisa ser verídica para ser compartilhada em pouquíssimos segundos para centenas de pessoas.

Essa mudança comportamental e relacional foi uma revolução nas relações humanas e impactaria também a política, por mais que algumas pessoas não soubessem como isso lhes afetaria. A política, ou melhor, as relações políticas costumam absorver mudanças comportamentais nas sociedades de maneira muito singular e rápida, e com o surgimento e a mobilização em torno das plataformas de redes sociais não foi diferente.

A lógica visceral e urgente das plataformas de redes sociais não privilegia argumentação racional e embasada, essa, frequentemente, é encarada como encenação *blasé*, inclusive. A difusão de informações em tais plataformas “pegou” porque proporcionou para pessoas de diferentes gerações, de diferentes classes, de diferentes países e escolaridades uma coisa primordial: liberdade. Poder falar algo (por mais que “esse algo” seja um discurso esquálido) resulta em poder, em poder difundir ideias. Para mobilizar afetivamente, ela, a informação, precisa convencer com base em mediações de afetos, sendo assim, o objetivo estará concluído. Sobre esse aspecto presente na sociabilidade através das plataformas de redes sociais:

O caráter geral de *curto-prazo* da sociedade da informação não é benéfico à democracia. No interior do discurso vive uma temporalidade que não se dá com a comunicação acelerada, fragmentada. A racionalidade também requer tempo. Decisões racionais são construídas a longo prazo. [...] Em uma comunicação afetiva, não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com maior potencial de estimular. Desse modo, *fake news*, notícias falsas, geram mais atenção do que fatos. Um único *tuíte* que contenha *fake news* ou fragmentos de informação descontextualizadas é possivelmente mais efetivo do que um argumento fundamentado. [...] No campo de direita, até mesmo teorias conspiratórias são retomadas como *ofertas de identidade*. [...] Teorias da conspiração são particularmente adequadas para a formação do biótipo tribal na rede, pois tornam possíveis demarcações e segregações constitutivas para o tribalismo e sua política de identidade (Han, 2022, p. 25-38).

A citação anterior do autor de *Infocracia* nos diz algo interessante sobre este contexto social e político: este momento histórico em que as plataformas de redes sociais regem as nossas sociabilidades é marcado pela perda dos substratos comuns de entendimento, ou seja, a emergência de informações é maior do que a nossa limitada capacidade de absorvê-las, e os sentidos são cada vez mais diversos para os mesmos fenômenos, não havendo, assim, entendimentos comuns partilhados. A perda de referenciais comuns e a abrangência de diversos contextos que produzem sentidos amplos para as mesmas situações faz com que a própria noção de “entendimento” fique turva.

Dessa maneira, os embates políticos no campo das plataformas de redes sociais tornam-se reafirmações do que se supõe. Dito de outro modo: a ideia é mobilizar uma parte das pessoas em vez de buscar um entendimento entre as pessoas e os grupos distintos. É mais vantajoso mobilizar um grupo ferrenho do que buscar um entendimento entre “os diferentes”, por assim dizer.

Teorias da conspiração prosperam especialmente em situações de crise. [...] A crise narrativa leva ao vazio de sentido, à crise de identidade e à falta de orientação. Aqui, as teorias da conspiração remediavam isso aparecendo como *micronarrativas*. São desenterradas como *recursos de identidade e sentido*. É esse o motivo para que se propaguem tanto, sobretudo na direita, onde a necessidade de identidade é especialmente manifesta. Teorias da conspiração são resistentes às checagens de fatos, pois são narrativas que fundam, apesar de sua ficcionalidade, percepções da realidade (Han, 2022, p. 61).

Assim, crises são encaradas como oportunidades políticas, para além dos discursos dos *coachs* na contemporaneidade, porque desestabilizam estruturas políticas e institucionais. A mobilização política e eleitoral das plataformas de redes sociais por parte de governos, políticos e megaempresas de publicidade e propaganda, como a *Meta* e a *Cambridge Analytica*, por exemplo, foi decisiva para a atual conjuntura política de fortalecimento da extrema-direita, ou, no caso brasileiro, das *novíssimas direitas*.

Para obter engajamento digital, as mentiras – referidas geralmente pelo eufemismo de *fake news* – são propositadamente produzidas e emitidas em linguagem chula, sempre sob a marca da urgência, do deboche e da

violência. [...] A internet seria, nessa perspectiva, o último território de liberdade a ser defendido e a cabeça de ponte para a reconquista do poder pelo povo (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 20).

Dessa maneira, podemos concluir este tópico com o seguinte entendimento: as *novíssimas direitas* (nos termos de Pablo Ornelas Rosa) e o *tecnopopulismo* (nos termos de Giuliano Da Empoli) souberam catalisar as plataformas de redes sociais para projetos bem-sucedidos de dominação política mediada por algoritmos capazes de “ler emoções” e direcioná-las para pautas e demandas pragmáticas. O século XXI será marcado na história da humanidade (parece um exercício de *futurologia*, mas, argumento que esta prática está mais para uma constatação fática) pela emergência de dispositivos que encurtam e encurtarão cada vez mais as distâncias entre as pessoas, e os seus discursos políticos também seguirão tal tendência.

Assim, cada vez mais, a política e a sua representação enquanto prática social e dialógica, dependerá da mobilização de pessoas através da modulação emocional e programática através das plataformas de redes sociais. As estratégias para mobilização social passarão cada vez mais por crivos “algorítmicos”, por assim dizer, para acessar espaços de poder, submergir suas máculas e ascender suas demandas. As plataformas de redes sociais estarão cada vez mais presentes em contextos de disputas políticas, ora como readequação de antigas demandas, ora como criação e explicitação de novas possibilidades de mobilização.

As plataformas de redes sociais, ao mesmo tempo em que trouxeram a ilusão da proximidade e dos contatos mais diretos entre as pessoas e os seus ídolos políticos, fizeram com que os ditos *novos mitos políticos* invadissem o cotidiano sem qualquer cerimônia. Há uma discrepância entre ausência de conteúdo real e onipresença efusiva e arbitrária, que influencia não apenas no portar-se nessas plataformas, mas, também, em como as personalidades das pessoas estão sendo afetadas e moldadas.

As plataformas de redes sociais buscam fisgar a atenção das pessoas pela maior quantidade de tempo possível, e para isso, postagens, comentários, curtidas e *posts* patrocinados não privilegiam qualquer espécie de razoabilidade. O que engaja é a proporcionalidade explosiva de uma postagem. Se um conteúdo é “morno”, ele não vai engajar o seu público pretendido, assim como na política nesta atual

conjuntura. Celulares, *notebooks*, *desktops* e *tablets* não são apenas ferramentas de auxílio e criação tecnológica, são, agora, máquinas de indução de comportamento, tenhamos consciência disso ou não.

Como Lenin sabia muito bem, o segredo dos sistemas de controle é cortar as linhas horizontais de comunicação: em primeiro lugar, no partido, mas também na sociedade em geral (**Sartori, 1994, p. 142**).

Nossas emoções e reações importam neste contexto de difusão de plataformas de redes sociais, com aplicativos de mensagens e todo tipo de ferramentas tecnológicas que, a despeito de outorgarem para si uma liberdade inalcançável e irreal, induzem as pessoas a situações que sugam e “trancam” seus tempos de vida através das muitas horas que elas diariamente dedicam a essas ferramentas de comunicação. Mais do que qualquer outro “bem”, são elas, as nossas emoções, manipuladas, inclusive para fins políticos, como o tema específico deste tópico, que fazem a linha de produção de *likes*, comentários, *follows* e *unfollows* crescerem cada vez mais, e assim, promoverem uma colonização mediante indução a partir da palma da mão.

1.2 “Quem cabe” e “quem não cabe” no Brasil bolsonarista: pertencimento social discursivo e restritivo

A intensificação da participação de grupos de extrema-direita em todos os países em que tal fenômeno é observado, e especialmente no Brasil, pode ser definida pela luta por um sentido de pertencimento e legitimidade, sobre “quem cabe” e “quem não cabe” no país. As manifestações de extrema-direita e de um *tecnopopulismo* (**Da Empoli, 2019**) têm um caráter marcadamente excludente, em que, a partir de certas pechas, pessoas e grupos têm os seus direitos de pertencimento – por assim dizer – negados.

No caso brasileiro, o *bolsonarismo* identifica como o “seu povo” aqueles grupos que, no “polo inverso”, seriam o “antipovo” identificado pelo *lulismo*. A nível de

uma comparação (talvez) grosseira, é possível afirmarmos que as experiências políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Presidente Lula são significativas no sentido de uma construção personalista em torno de uma persona que é líder, símbolo máximo e figura carismática na mesma “santíssima Trindade”, por assim dizer. Assim como no *petismo*, no *bolsonarismo* também há a acolhida “dos seus” e a rechaça “dos de fora”, em um claro movimento identitário e de pertencimento.

Tal ponto não implica dizer que ambos os movimentos seriam os seus justos e óbvios opostos, certamente que não. A argumentação exposta anteriormente serve apenas como maneira de proceder a um entendimento através da explicitação comparativa, sem o intuito de fazer pré-julgamentos ou emitir quaisquer juízos de valor. Assim, é possível voltar ao ponto nevrálgico deste tópico.

A ascensão da extrema-direita em nível global também corresponde aos “lugares de fala e de pertencimento”, sobre as pessoas que cabem e as que não cabem em um projeto de país. Basicamente a ideia premente é: se a pessoa for identificada por uma ideologia que mereça ser desacreditada, ela assim será. Sobre tal ponto:

[...] Essa nova extrema-direita, populista e conservadora, possui características nacionalistas marcantes. Portanto, o nacionalismo ou ultranacionalismo é uma importante ponte para a compreensão do ideário extremista de direita, e, mesmo que alguns partidos se comprometam a avaliar a democracia representativa, sempre conservam uma certa tendência a discursos extremistas, reafirmando a preferência nacional (**Silva, 2022, p. 3**).

O *bolsonarismo* é necessariamente um movimento aglutinador organicamente estabelecido (essa afirmação está assentada sobre vasta bibliografia e não se refere às paixões que alguém possa aludir a quem está escrevendo este trabalho), ademais, nenhum movimento social que adquiere o tamanho que o *bolsonarismo* adquiriu “surge do nada”. De acordo com **Rocha (2021, p. 29)**, “a ascensão da direita no Brasil contemporâneo, dada sua força e alcance, é um fenômeno necessariamente mais orgânico e longo do que transparece nas interpretações dominantes no campo da esquerda. Desconsiderar esse panorama impede que se compreenda o processo político atual”.

Nesse sentido, alguns grupos são caracterizados pelo *bolsonarismo* como indignos de estarem no país, de terem os seus direitos respeitados, por assim dizer, e nesse conjunto de pessoas é possível citar alguns “elementos”, como, por exemplo: a) os intelectuais (definidos como “vagabundos”, “maconheiros”, “improdutivos”, “comunistas”, entre outras coisas), b) as pessoas que fazem parte das comunidades LGBTQIAPN+, c) os esquerdistas de fato, d) políticos de partidos identificados com um fisiologismo do próprio sistema político, e) políticos “moderados”, apenas para ficar em alguns poucos exemplos.

Nessa lógica de merecimento e de pertencimento político, o “outro” não é encarado como um ser legítimo e que merece exercer seus direitos políticos. Não, ele é encarado como um inimigo que atravança o caminho da extrema-direita, que, por obséquio, não se percebe como extrema-direita, ao passo em que outorga para si o título, ou a alcunha, de “direita” ou “direita conservadora”. Se a lógica discursiva fala sobre quem cabe e quem não cabe no país a partir do apontamento das características do “inimigo”, esse “inimigo” não deve respirar o mesmo ar que oxigena os pulmões “dos bons”, “dos dignos”, por assim dizer. Assim, tal ideia está assentada sobre um sistema de crenças.

Olavo de Carvalho, por sua vez, tornou-se parte indissociável do arcabouço de crenças bolsonaristas por meio da promoção dos filhos de Jair Bolsonaro — que são e sempre foram responsáveis por sua comunicação. Antecedente ao próprio líder no contato com as hostes reacionárias, Carvalho foi, por adoção, quem deu àquilo que viria a ser o bolsonarismo uma racionalização de seus sistemas de crenças morais, propondo seu sistema enquanto parâmetro ético. O grande inimigo a ser combatido, segundo o ideário de Olavo de Carvalho, era o marxismo cultural, compósito de crenças identitárias, pós-modernas, humanistas, ou mesmo que se chocassem com sua ordem pensada de mundo (DA SILVA; SUGAMOSTO; ARAUJO, 2021, p. 189). O laicismo seria a arma utilizada pelo marxismo cultural para corromper a sociedade, e estaria especialmente presente na limitação aos discursos de ódio, ao uso e emprego de armas de fogo, e na obediência civil (CARVALHO, 2013, p. 158–173). (Maciel-Baqueiro; Santos, 2023, p. 4-5).

Dentre todos os conceitos utilizados para caracterizar o *bolsonarismo*, certamente chamá-lo de um “sistema de crenças” não foge aos seus aspectos mais significativos e é uma importante escolha terminológica. Segundo Rocha (2021, p. 59), “[...] um sistema de crenças não se define pelo acerto de seus pressupostos, porém, pela coerência interna de seus princípios”.

Esse ponto é interessante porque reforça o seguinte entendimento acerca desse fenômeno: a mera crença em algo se converte em afirmação da veracidade daquilo que se diz defender ou acreditar. Dito de outro modo: basta acreditar em algo para que aquilo seja encarado como verdadeiro, e a tentativa de “correção” da crença dita “equivocada” seria só um exemplo da potência de “forças estranhas” agindo. A crença não precisa provar a si mesma a partir de elementos externos, basta crer na efetividade do seu conjunto discursivo para que ela, dessa maneira, seja justificada.

Por ser um sistema de crenças, o *bolsonarismo* age como movimento contrário à ciência ou aos seus pressupostos mais básicos: não tomar nada como crença irreduzível. Crenças muito arraigadas, frequentemente, têm embates com modelos de conhecimento que não são baseados em dogmas ou em verdades essenciais e irreduzíveis, em que os seus conhecimentos pregam que algo é “assim porque sim”. Essa prática por si só é entendida como anti-intelectual, como ação derivada de crenças previamente estabelecidas, tenham elas validade factual ou não. Isso não significa afirmar que as práticas ou ideias não possuam uma certa racionalidade, apenas para deixar claro a afirmação anterior. Sobre esse ponto:

O anti-intelectualismo é a marca d'água do sistema de crenças Olavo de Carvalho e o ressentimento que o move anda tão à flor da pele que tornaria constrangedor qualquer esboço de análise psicológica. [...] Olavo de Carvalho desempenhou, com rara eficácia, o papel do artífice de um sistema de crenças, cujo caráter binário, maniqueísta mesmo, favoreceu a adesão apaixonada, irracional até, de um número sempre crescente de adeptos ao longo de décadas de pregação, cuja violência verbal somente atrai ainda mais seus acólitos (Rocha, 2021, p. 51-56).

Sobre esse aspecto definidor do *bolsonarismo*, é impossível não citar Olavo de Carvalho. O escritor, que faleceu em janeiro de 2022, não viu o final do governo de Jair Bolsonaro, mas, certamente influenciou (e ainda influencia) muitos de seus asseclas, e as dezenas de pessoas que foram eleitas emulando muitos dos seus discursos e ensinamentos.

No início dos anos 1990 Olavo de Carvalho tinha espaço e respaldo entre importantes veículos de mídia no Brasil como um jornalista provocador e assumidamente conservador, poucos anos após o fim da ditadura militar. Entre 1994 e 1996 escreveu livros que foram a sua “declaração de guerra” contra a

institucionalidade acadêmica do Brasil. Nesse período, é possível citar as obras *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994); *O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César - Ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (1995) e *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras* (1996).

A sua não-aceitação em espaços acadêmicos públicos, aliada à sua perda de espaços em veículos de mídia tradicional, como rádio, TV e jornal, fez com que ele reforçasse a sua imagem de “homem incompreendido”, mas, mais do que isso: de que a academia brasileira era burra e incapaz de compreender e aceitar seus discursos. Sempre que possível, desde os idos dos anos 1990 até o final da sua vida, o escritor reafirmou que a sua pouca penetração na academia brasileira era, na verdade, uma vitória, uma constatação de que os seus escritos eram bons demais para juntar-se ao ambiente corrompido da academia brasileira.

Porém, mesmo excluído dos espaços públicos de difusão do conhecimento científico, ele conseguiu mobilizar seguidores por meio de espaços privados, de centros pretensamente acadêmicos para difusão do seu ideário conservador contra a *parola comunista* das universidades públicas, especialmente das federais. Toda a sua base intelectual girava em torno de uma mobilização para, claramente e abertamente, acessar os espaços que, supostamente, teriam sido negados pela esquerda aos conservadores. As ideias buscavam uma aceitação tácita a partir de uma crença inquestionável. Assim:

[...] No sistema de crenças Olavo de Carvalho, o anticomunismo bolorento é peça-chave do quebra-cabeças, favorecendo a estigmatização do inimigo de sempre, cuja “ameaça iminente” legitima todos os desmandos e todas as arbitrariedades. Este é o elo que reúne a retórica do ódio e a Doutrina de Segurança Nacional [...] (Rocha, 2021, p. 149).

A desqualificação dos adversários ocorre através de hipérboles, acentuando ideias repetitivas de modo a impedir a reflexão dos ouvintes. Tanto o *sistema de crenças Olavo de Carvalho* (Rocha, 2021) quanto o *bolsonarismo*, descendente desse modo de pensar, estão apoiados na Doutrina de Segurança Nacional, um conjunto de dispositivos utilizados com maior intensidade pela ditadura militar a partir de 1964 para dizer “quem poderia” e “quem não poderia” viver no Brasil. Basicamente, era uma afirmação de quem cabe e de quem não cabe no Brasil. O

bolsonarismo, como bom herdeiro dessa “tradição”, está assentado em uma percepção muito clara de pertencimento, de quem estaria apto a estar aqui e quem não estaria apto, quem seria e quem não seria filho dessa *mãe gentil e pátria amada, chamada Brasil*. Essa forma de concatenar ideias tem um caráter arbitrário, pois, a partir das próprias métricas, define pertencimento e subjuga aqueles que identificados e definidos como inimigos. Sobre esse ponto:

A arbitrariedade, na perspectiva da ditadura, justificava-se porque era preciso fazer frente à ofensiva da luta armada, concentrada nos grupos da guerrilha urbana. [...] Na DSN¹¹ da ditadura militar, o opositor do regime era tratado como um *inimigo externo*. Posso ser ainda mais direto: a LSN¹² de 1969 representou um culto à morte do outro, visto como adversário, inimigo a ser eliminado. A mentalidade bolsonarista é a tradução insensata para tempos democráticos da DSN em sua expressão mais violenta, a LSN de 1969. [...] No léxico da direita e da extrema-direita no Brasil de hoje, infiltração traduz-se por hegemonia da esquerda – mantra inescapável que tudo justifica, até mesmo apoiar o bolsonarismo (Rocha, 2021, p. 221-247).

Esse revisionismo do período militar também é um ponto marcante tanto do discurso de Olavo de Carvalho quanto da *novíssima direita* brasileira. O *Orvil*, por exemplo, foi uma resposta ao livro *Brasil: nunca mais*, e era o contraponto intelectual e também a sua justificativa para o ocorrido durante aquelas duas décadas. Esse revisionismo consiste em uma relativização da atuação militar no período, na identificação de possíveis crimes cometidos por militantes de esquerda e a ideia recorrente de que a esquerda teria perdido a batalha bélica, mas, teria ganho a batalha intelectual. Tal argumentação está presente em falas de diversos líderes da *novíssima direita* ao longo da última década.

As acusações de Carvalho contra o Foro de São Paulo como uma organização com tentáculos sobre países da América Latina com o intuito de implementar um comunismo autoritário teve pouca atenção da mídia, fato que o fez empreender uma batalha contra ela. A sua saída do Brasil em direção aos EUA ainda na primeira década dos anos 2000 lhe rendeu efeitos positivos, tais como: a) ele ficou marcado como um pensador perseguido pelo *establishment* político, cultural e intelectual do país, ideia sempre reforçada em seus próprios discursos; b) o

¹¹ DSN é a sigla para Doutrina de Segurança Nacional.

¹² LSN é a sigla para Lei de Segurança Nacional.

empreendimento de um projeto intelectual “independente” das “amarras ideológicas”, entre outros (**Wink, 2021**). Assim:

O anti-intelectualismo é um assunto que se destacou na campanha (de Jair Bolsonaro). Professores e intelectuais, assim como políticos, são intermediadores cujo papel é colocado em questionamento. [...] É a negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos, o conhecimento e a participação política. [...]. É a política dos antagonismos. A rejeição de alteridades se tornou uma força eleitoral irresistível (**Solano, 2019, p. 317-309**).

Segundo **Avelar (2021, p. 295)**, “a coalizão que expressa esses antagonismos que o sistema político fracassou ao representar chama-se bolsonarismo. Sem prejuízo de todas as outras coisas que ele também é, o bolsonarismo foi, para milhões de brasileiros o nome do antagonismo represado. Qualquer antagonismo”.

E, na esteira desses antagonismos, é possível identificar similaridades “aqui e acolá”, como, por exemplo, entre Plínio Salgado e Olavo de Carvalho. Plínio Salgado e Olavo de Carvalho podem ser citados como exemplos de líderes de movimentos que outorgavam para si as alcunhas de “conservadores”, ao mesmo tempo que rejeitavam ferozmente a classificação de “extremistas”. Por exemplo: com o Integralismo já havia uma preocupação com a suposta doutrinação e dominação comunista nas mídias, nas escolas e universidades, fato esse que foi vislumbrado décadas depois nos discursos e nas palavras de Olavo de Carvalho (**Wink, 2021**).

“Direita” foi um vocábulo inassumível em primeira pessoa durante muito tempo. Já nos anos 1990, Olavo de Carvalho percebe isso e passa a gritar que era de direita. Como não apareciam outros candidatos para ocupar o rótulo, ele o moldou por conta própria, alimentando um vitimismo, adubado em um solo real, mas exacerbando-o em uma hipérbole alucinada e conspiratória, na qual até Bill Clinton era agente de Pequim (**Avelar, 2021, p. 320-321**).

E, nesse processo de construção da autoimagem de alguém de direita no início do século XXI no Brasil, um elemento foi primordial: o meme. De acordo com **Avelar (2021, p. 330)**, “o meme não apenas se valida pelos laços de confiança entre

os sujeitos, mas ele reforça esses laços, porque, junto com o que se convencionou chamar fake News, também circulavam nesses grupos frases de autoajuda e ânimo empreendedorista, mensagens religiosas, pequenas peças de saber popular, macetes, receitas, mandingas e muita, muita trollagem puramente cômica, do gênero palhaçada de internet, especialmente em vídeos e memes.”

Se as linguagens dão um panorama mais amplo do cenário da direita contemporânea, é também possível identificá-la pela mobilização de alguns motes retóricos, tais como uma perspectiva profundamente crítica da história nacional, a redução de todo o debate político ao campo da moral, a reivindicação de uma compreensão privilegiada da realidade e a afeição por teorias da conspiração **(Chaloub; Lima; Perlatto, 2018, p. 12)**.

Dessa maneira, para tornar coesa e concisa a argumentação deste tópico, podemos afirmar que o debate, na falta de um termo mais preciso, “proposto” pela extrema-direita na contemporaneidade sobre um projeto de país está assentado nas discussões sobre pertencimento e relevância, sobre “quem cabe” e “quem não cabe” no Brasil. Assim, com um discurso que emula a citada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elege as pessoas e os grupos que podem outorgar para si as alcunhas de “brasileiros legítimos”, de “exímios patriotas”, por assim dizer.

Nesse sentido, os grupos formados pelos autoproclamados cidadãos de bem se veem em uma espécie de cruzada contra os desordeiros (nesse grupo podem estar incluídos os seguintes atores sociais: militantes de esquerda, grevistas, indígenas, não-heterossexuais, entre outros). [...] o extremista se considera o verdadeiro “excluído”, “ameaçado”, “perseguido” e “acuado”, alterando, estrategicamente, a posição de “autoritário/opressor/agressor” para a de “democrático/oprimido/vítima”, situação que criaria empatia com o seu público pelas emoções do medo e do ódio e autorizaria medidas de exceção **(Morais, 2019, p. 166)**.

Nesse jogo de disputas político-ideológicas, faz-se necessário, para o extremista, não definir a si mesmo como tal. Ele, antes de qualquer outra coisa, acusa os seus adversários políticos com inúmeros gracejos, e certamente, “extremista” está na lista de termos aprazíveis. Assim, segundo **Sartori (1994, p. 165-166)**, “o extremista o é porque não tem dúvidas; já sabe, e confia no que sabe. Formulado ao

contrário, se o extremista visse os prós e os contras, a complexidade e multilateralidade das questões, não seria um extremista”.

1.3 Censuras morais

A censura moral de espetáculos, músicas, filmes, séries e exposições de peças, por exemplo, pode ser caracterizada como um traço marcadamente definidor do conjunto de preceitos da extrema-direita. Tal traço não está circunscrito a um dado período e, frequentemente, retorna de tempos em tempos. Em artigo publicado em 1987 sobre a *nova direita* surgida após o fim da ditadura em 1985, o ex-professor Antônio Flávio Pierucci (1944-2012) abordava alguns elementos que, à época, definiriam o que era esse movimento e qual seria o caráter de novidade dessa organização política.

Curiosamente, ou não, a censura moral de espetáculos e demais manifestações artísticas era uma das práticas prediletas tanto da *nova direita* assim por ele classificada, quanto das *novíssimas direitas* que emergiram e têm uma participação política ativa na segunda década do século XXI. Mais de trinta anos separam os dois períodos históricos. Porém, alguns elementos, como o supracitado, permaneceram. Trazendo o autor para argumentação, em suas palavras:

A censura moral de espetáculos, principalmente dos programas de TV, é medida fundamental na salvaguarda dos bons costumes e na preservação da família (patriarcal, *por supuesto*), na defesa dos valores tradicionalistas, enfim, no que estou chamando de autodefesa cultural (Pierucci, 1987, p. 29).

O exposto na citação anterior parece uma exegese da extrema-direita brasileira da segunda década do século XXI, tamanha é a semelhança discursiva presente nos dois períodos históricos. No Brasil “destes tempos”, com o fortalecimento de um discurso assim definido, podemos citar a censura à exposição com temática *queer* que ocorreu em Porto Alegre em 2017. De acordo com **Sperb (2017, p. 1)**, “pintores mundialmente reconhecidos como Alfredo Volpi e Cândido Portinari estavam

entre os 85 artistas da exposição “Queermuseu – cartografias da diferença na arte da brasileira” que deveria estar aberta ao público até 8 de outubro, no Santander Cultural, em Porto Alegre. Porém, neste domingo, o local fechou as portas para a visita após protestos, incluindo do MBL (Movimento Brasil Livre), contra a mostra que tinha como objetivo valorizar a diversidade sexual através de temáticas LGBT.

Segundo o Santander, a exposição recebeu muitas críticas. “Entendemos que algumas das obras da exposição Queermuseu desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo”, disse o banco em nota na tarde deste domingo. “Pedimos sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra”, afirmou o Santander.

O MBL comemorou o encerramento da exposição como uma “vitória da pressão popular”. O MBL do Rio Grande do Sul chegou a chamar o Santander de “vergonha dos gaúchos” e pediu que os correntistas do banco, que mantém o centro cultural, encerrem suas contas em protesto.

Segundo o MBL, algumas obras expostas fazem apologia à pedofilia e zoofilia. Em um vídeo com mais de 400.000 visualizações, desde o último sábado, integrantes do MBL visitam o Santander Cultural e dizem que “só tem putaria, só tem sacanagem” que é “reconhecida como arte”. “Há pouco tinha crianças olhando essa ‘arte’ escarnecendo a Cristo”, diz o blogueiro Felipe Diehl no vídeo. “O curador dessa obra, Gaudêncio Fidelis, esse cara deveria estar preso”, acrescenta Diehl. “Olha o Satanás no meio”, diz Rafinha BK, outro blogueiro do MBL. “Isso aqui é praticamente prostituição infantil”, diz outro simpatizante do movimento apontando para uma obra alusiva ao meme “Criança Viada”, conhecido entre a comunidade LGBT.”

A persistência na defesa de valores tradicionais e tidos como “imutáveis” mostra-se como traço recorrente na direita brasileira tanto em meados da década de 1980 quanto nestas primeiras décadas do século XXI. Àquela ocasião, por intermédio de um artigo publicado em 1987, o ex-professor Antônio Flávio Pierucci (1944-2012) apresentou ao público um conjunto ideológico do fenômeno que naquela época recebeu a alcunha de “nova direita”.

Mudou-se o século, mas não as práticas e, principalmente, as ideias. Argumentar que os costumes estão sendo corrompidos, que os *valores morais* (por mais imprecisos que sejam esses conceitos) estão sendo suprimidos em função de uma suposta supremacia ou – nos termos comumente utilizados por pessoas de extrema-direita – em função de uma *ditadura gayzista* estão distantes de qualquer

verificação crível. Censuras morais funcionam, basicamente, como censuras comportamentais. O que se pretende condenar quando se está apregoando em função de uma determinada moralidade são as práticas que não são legitimadas socialmente no agir de pessoas e grupos. Assim:

As cruzadas morais envenenam os próprios valores que buscam defender, pois ao discurso da defesa se alterna seguidamente e se mistura o discurso da frustração, da impotência, da ambiguidade proveniente da cumplicidade com os mecanismos estruturais diluidores dos velhos valores que se quer preservar. [...] A contestação do progresso, ou pelo menos a desconfiança em relação ao progresso, é cada vez mais um indicador muito rombudo para distinguir entre esquerda e direita. [...] Se o nome “esquerda” remete imediatamente para os mundos da mudança e da justiça social, da generosidade e do desinteresse, da solidariedade e do igualitarismo, a palavra “direita” alude às paisagens da permanência e do arcaísmo, da conservação do passado e da recusa da mudança, do egoísmo e da injustiça, da manutenção das hierarquias e do compromisso com a desigualdade, ou pura e simplesmente lembra a repressão, a tortura, a guerra suja, a morte (Pierucci, 1987, p. 30-35-36).

O exposto no artigo citado anteriormente bem poderia estampar comportamentos políticos de grupos de extrema-direita em meados de 2023, mas são elementos presentes em discursos elaborados há mais de trinta anos. É um fato notório essa semelhança e essa recorrência de elementos centrais em discursos com um distanciamento temporal tão significativo. É como se, ao menos significativamente, os elementos conservassem o mesmo cerne.

Neste sentido, é mais uma tentativa de extirpar qualquer possibilidade de “avanço social” com base em práticas e políticas redistributivas e/ou compensatórias, ou que primem por uma promoção de grupos historicamente marginalizados. O ímpeto de reagir às mudanças é mais vigoroso do que a vontade de conservar. Há, sobremaneira, um esforço hercúleo em agir de modo reativo, não para propagar uma conservação, mas, para solapar qualquer tentativa de “avanço”. E, assim, um reacionarismo ideológico e prático é o termo mais condizente para caracterizar o agir mais extremado do polo ideológico à direita.

No Brasil metropolitano de hoje, para não dizer no Brasil urbano, há um acúmulo de tensões de toda ordem extremamente propício à arregimentação de cruzadas moralistas. Eis por que a nova cara da extrema direita no Brasil

urbano é o que é: despolitizada. Despolitizada a ponto de não lhe restar como via de ancoragem nas massas senão a demagogia do moralismo. [...] A nova direita prima, portanto, por diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras. Crise moral (Pierucci, 1987, p. 43-45).

Momentos de grande tensionamento na ordem social podem favorecer o surgimento de retóricas e de práticas autoritárias. A sensação generalizada de “desordem” pode inculcar sentimentos de repulsa a grupos e práticas sociais determinadas. Sentimentos de medo e perda de protagonismo frequentemente foram mobilizados para ações políticas ao longo de todo o século XX e neste início de século XXI. Quando práticas e grupos são caracterizados como “ruins” e “negativos” em essência, a repulsa às suas práticas e aos seus membros ocorre de maneira “menos problemática” (o uso de tal expressão faz-se presente aqui com a maior acuidade que foi possível).

Falar de uma direita no país não significa a referência a um projeto de organização institucional na forma de um partido conservador. Ao contrário, a direita brasileira nunca conseguiu se instituir com êxito em um único partido. Ela é fragmentada e seus quadros disputam eleições proporcionais em múltiplas legendas. A direita se organiza na temporada pós-eleitoral para coordenar as suas ações, a partir da formação de bancadas legislativas, que fazem lobbies por interesses específicos, como a Bancada Ruralista, a Bancada da Bala, a Bancada Evangélica. (Teles, 2016, p. 100).

Essa fragmentação observada em partidos de direita no Brasil (talvez) tenha contribuído para um adiamento da manifestação das forças ditas conservadoras que verificamos atuando no país há quase uma década. A sua institucionalização em torno de um único grande partido não logrou êxito; porém, a manifestação atual toca em um ponto nevrálgico: a cruzada moral em torno de comportamentos “desviantes e inadequados”. Com isso, pautas baseadas em tolher comportamentos e avanços conquistados através de leis ganharam força e legitimidade, principalmente projetos de leis contrárias ao aborto, aos direitos sexuais de grupos LGBTQIAPN+ e direitos reprodutivos de mulheres, por exemplo. Desse modo, personagens são criadas para evidenciar qualidades almejadas e outras são criadas para evidenciar defeitos a serem repelidos. Assim:

A ‘política de valências’ necessita de desenhar um personagem-símbolo, portador de qualidades tais como a integridade e a competência, que solucione um problema específico. Por isso, neste modelo, o personalismo é uma heurística mais importante que a preferência partidária. A personalidade alegórica ativa o voto e aciona a participação não-convencional. **(Teles, 2016, p. 108-109).**

A partir do exposto anteriormente, a fim de concluir esta seção, vaticino que sentimentos como “reconhecimento” e “ressentimento” também podem ser identificados no exemplo da extrema-direita brasileira no atual contexto. A insistência em “caçar as bruxas” a todo momento em detrimento de proposições claras e úteis para o país, ou, melhor dizendo: a ausência de propostas claras para uma institucionalidade efetiva no país, ao mesmo tempo em que buscam “lacrar” nas plataformas de redes sociais diuturnamente parece ser o seu *modus operandi* mais significativo, e isso certamente tem os componentes de ressentimento e frustração.

Não há a proposição de projetos de lei que visem o “bem comum” ou que atentem para problemas estruturais urgentes. O que há é a preocupação exacerbada em mobilizar um eleitorado através da repetição de situações (muitas delas irreais) que confirmem suas crenças e reforcem a sensação de medo e instabilidade constante. Dessa maneira:

Em maior ou menor grau, as experiências do reconhecimento e do ressentimento abrangem todas as esferas da vida social numa complexa dialética. [...] A partir do momento que vivemos numa sociedade de indivíduos se torna inevitável lutar pela própria existência, e as contingências da luta definem uma sociabilidade que contem, lado a lado, componentes de reconhecimento e de ressentimentos. [...] Por trás do ressentimento se situa sempre uma memória mítica de fatos, valores e sofrimentos, que é imposta aos indivíduos como verdade. **(Leis, 2002, p. 07-09).**

No artigo intitulado *Sobre o ressentimento dos argentinos*, Héctor Leis fala sobre esse sentimento como uma dificuldade de estabelecimento de responsabilidades pessoais e coletivas. Argumenta também sobre o peronismo e a profunda mudança mental que ele ocasionou, propondo equalizar (na falta de um termo mais preciso) uma igualdade “na marra” à sociedade argentina das primeiras décadas do século XX. Para o autor, essa forma de populismo manifestou seus traços

tanto em governos à esquerda quanto à direita. Feita essa digressão, avancemos um pouco.

Por mais que o trabalho anteriormente citado não aborde a extrema-direita argentina e a brasileira, é possível identificar traços desse comportamento ressentido aqui no Brasil, na mais recente organização da extrema-direita. Como exemplos mais tangíveis, há a exaltação a um passado mítico, uma crítica sobre uma suposta perda de protagonismo social (mais precisamente que acometeria pessoas do gênero masculino, brancos, etc), e um movimento de transferência de responsabilidade social e pessoal pelos “fracassos” (faço questão do uso das aspas, até para não preconizar uma problematização da própria ideia de “fracasso”), entre outras características aludidas ao fato.

E, se pretende recriar um passado mítico e puro, certos movimentos políticos evocam – é claro – um nacionalismo para tingirem com as cores da sua bandeira nacional os seus feitos e as suas ideias. É como se a tônica fosse exaltar seus feitos (mesmo que eles nunca tenham existido) em detrimento do que possivelmente tenha sido feito pelos seus opositores. Se há a referência a uma “identidade nacional” também há uma referência ao “povo” que reproduz essa identidade e é por ela definida. Assim:

Um *ethos* nacionalista subentende um sentido de solidariedade e obrigação, não apenas em relação a determinadas pessoas ou a uma única pessoa numa posição de mando, mas também em relação a uma coletividade soberana que o próprio indivíduo forma com milhares ou milhões de outros indivíduos, coletividade essa que está, hic et nunc, organizada num Estado — ou que, de acordo com as crenças das pessoas envolvidas, assim virá a estar no futuro — e o apego pelo qual é mediado, através de símbolos especiais, alguns dos quais podem ser pessoas. Esses símbolos e a coletividade que eles representam atraem para si fortes emoções positivas do tipo usualmente chamado “amor”. A coletividade é vivenciada e os símbolos são representados como algo separado dos indivíduos em questão, algo superior e mais sagrado do que eles. As coletividades que geram um *ethos* nacionalista são estruturadas de tal modo, que os indivíduos que as formam podem vivenciá-las — mais especificamente, vivenciar seus símbolos carregados de emoção — como representantes deles próprios. O amor de um indivíduo pela sua nação nunca é apenas amor por pessoas ou grupos de pessoas a que se refere como “eles”; também é sempre o amor de uma coletividade a que o indivíduo se refere como “nós”. Seja o que mais possa ser, é também uma forma de amor-próprio. A imagem que um indivíduo faz da nação de que forma parte é também, portanto, um componente da imagem que ele tem de si mesmo, a sua “auto-imagem”. A virtude, o valor e o significado da nação também são os dele próprio (Elias, 1997, p. 143).

Todo esse conjunto comportamental e ideológico consiste em uma representação de um antagonismo bem definido. No caso do *bolsonarismo*, de acordo com **Avelar (2021, p. 348)**, “ao expressar o antagonismo represado, o bolsonarismo também se cacifou para expressar a revolta contra o descaso petista ao povo sublevado em 2013 — mesmo que todas as demandas daquele povo tenham sido sufocadas de forma ainda mais perversa pelo bolsonarismo, com o seu desmonte dos sistemas diplomático, educacional e ambiental brasileiros, seu endurecimento penal, policial e miliciano, e seu projeto autocrático de poder construído em torno da figura de Bolsonaro.”

Esse antagonismo represado foi estimulado por um forte sentimento *anti-establishment*, e esse sentimento encontrou nas lições de Olavo de Carvalho um elemento importante de legitimação social. Desta feita, ainda que o bolsonarismo não seja um “filho legítimo” de Olavo de Carvalho, suas ideias expressas e registradas em centenas de milhares de exemplares de seus livros serviram de base intelectual para tal movimento. Tal movimento pode ser verificado durante o período eleitoral de 2018.

Apesar de rejeitar o rótulo de "guru do bolsonarismo", o filósofo Olavo de Carvalho aumentou em mais de três vezes a venda de seus livros durante e após a campanha eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro presidente da República, em comparação com o mesmo período do ano anterior. De setembro a dezembro de 2018, foram vendidas 51,9 mil cópias das obras do escritor - em 2017, esse número tinha sido de 17,1 mil, de acordo com dados obtidos pelo Estado com a Nielsen Bookscan e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). A partir do período das eleições, os livros de Carvalho geraram rendimento bruto de mais de R\$ 3,2 milhões. O montante das vendas nestes quatro meses equivale ao dinheiro arrecadado nos 15 meses anteriores. O principal título que puxou esse aumento foi O mínimo que você precisa para não ser um idiota, que correspondeu a 42% das obras do filósofo adquiridas entre setembro e dezembro de 2018. Junto com a Bíblia e as memórias do estadista britânico Winston Churchill, o best-seller de Carvalho estava na mesa de Jair Bolsonaro em vídeos divulgados pelo então candidato aos seguidores na internet. **(Monnerat; Sartori, 2019, p. 1)**.

Concluindo este tópico, podemos afirmar que a censura moral (ou as “censuras morais”, como diz o título desta seção) parte de ressentimentos, noções de pertencimento, perseguição aos “desertores” ou “diferentes” e mobilização de uma sensação de perda de protagonismos sociais, culturais, políticos e também materiais.

Embora este trabalho não seja direcionado para uma análise da influência de grupos evangélicos no direcionamento de pautas caras ao *bolsonarismo*, mais

precisamente pentecostais e neopentecostais, e a sua estreita relação com figuras ilustres do *bolsonarismo*, tais como Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, Damares Alves, Nikolas Ferreira, entre outros. A postura de alguns líderes religiosos influentes e poderosos no país, a exemplo de Silas Malafaia, Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares, mais conhecido como missionário R. R. Soares e Valdemiro Santiago, mais conhecido como Apóstolo Valdemiro, pode confluir para uma influência na existência de pautas morais e religiosas porque são pessoas que têm uma capilaridade social significativa entre setores da sociedade brasileira, por mais que alguns grupos, inclusive mais alinhados à uma esquerda partidária e acadêmica, costumam a aceitar e reconhecer tal “simbiose”.

1.4 Novíssimas Direitas e Retrotopia

Quando falamos de algo novo estamos fazendo uma demarcação temporal ou situacional entre dois períodos ou duas formas específicas de ser e estar, pensar e agir, etc. Para que algo novo passe a existir, um algo velho deixou de existir ou foi superado em alguns pontos. Em relação aos fenômenos políticos, frequentemente ocorre o seguinte fato: uma readequação de antigas pautas. A novíssima direita que capitalizou apoio entre a primeira e a segunda década do século XXI readequou algumas demandas a partir das possibilidades geradas com as mídias digitais, por exemplo. No caso brasileiro podemos afirmar que:

[...] Em contraste com o elitismo aristocrático da direita tradicional, a nova direita passou a se organizar em uma rede descentralizada composta de diversos grupos, movimentos, organizações, partidos, políticos, intelectuais e militantes. É uma rede que reúne desde direitistas antigos até pessoas comuns e jovens oriundos da classe média, e mesmo das classes populares, que passaram a se importar com o que acontecia no cenário político nacional nos últimos anos (Rocha, 2021, p. 10).

É possível classificar essa virada à extrema-direita como um movimento que compreende a reformulação de demandas antigas. Além de um anticomunismo arraigado, exacerbado e declarado, a urgência em se fazer ouvir é um traço definidor

desse movimento. O mais importante, nesse caso, não é o que ocorreu, mas quais são as suas possibilidades de ações futuras. Mais importante do que conservar é reformular, mais importante do que aceitar é substituir.

As novas manifestações contra os valores da democracia liberal estão ancoradas na ideia de que a representação política tradicional não consegue expressar a vontade popular. [...] Essa forma de representação que recusa as instituições e os atores que se interpõem entre o povo e o representante é aquilo que chamamos de populismo. [...] Para o reacionário, uma vez que nada sobrou no presente das belas tradições do passado, é necessário operar uma ruptura com a ordem presente para restaurar um mítico passado perdido, considerado verdadeira era de ouro. Ele age assim movido não por um anelo de conservação da herança passada, mas por uma utopia regressiva de restauração **(Lynch; Cassimiro, 2022, p. 13-14-74)**.

Essa postura está baseada em uma proposição de que é necessário destruir para depois construir algo em cima de um ideário dito conservador. Todo esse discurso está presente nas falas de Olavo de Carvalho (1947-2022) e de Steve Bannon, um dos estrategistas da campanha de Donald Trump à Presidência dos EUA em 2016, por exemplo. A força pragmática que deve guiar tais movimentações políticas está assentada na seguinte ideia: tudo o que aí está, em níveis institucionais, deve ser substituído porque não atende mais aos “anseios e necessidades do povo”, por assim dizer. É como se, por exemplo, as estruturas políticas e institucionais estivessem corrompidas e devessem, forçosamente, deixar de existir. Assim:

[...] Essas novíssimas direitas – formadas a partir de distintas concepções extraídas de tradições conservadoras e liberais – se diferem daquilo que Pierucci (2000) chamou de novas direitas, tendo em vista que se caracterizam, sobretudo, por enfatizar mais a forma que o conteúdo, priorizando mais a emoção que o próprio fato, além de se articularem pela internet de uma maneira jamais vista [...]. [...] As novíssimas direitas nascidas no contexto das jornadas de junho de 2013 que culminaram com o golpe/impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2013, recorrentemente associam quaisquer defesas de direitos sociais por parte das instituições estatais com práticas políticas das esquerdas, como se houvesse uma espécie de conspiração internacional de extraordinário alcance político [...] **(Rosa; Braga; Ângelo, 2022, p. 131-132)**.

De acordo **Rocha (2021, p. 17-20)**, “[...] a nova direita é nova em comparação com a direita atuante desde a época da redemocratização, pautada pelos marcos do pacto de 1988. [...] a nova direita emergente passou a apostar na substituição de seu substrato progressista por um novo amálgama de ideias: o ultraliberalismo-conservador. [...] No que diz respeito à nova direita brasileira surgida nos anos 2000, tal processo se deu a partir de uma reação ao pacto de 1988 e suas consequências sociais e institucionais, cujo desenvolvimento ao longo do tempo foi percebido como a consolidação de uma “hegemonia cultural esquerdista””.

O trecho citado no parágrafo anterior foi extraído da obra *Menos Marx, Mais Mises*, da autora Camila Rocha. A autora também compreende a emergência dessas novíssimas direitas como um movimento refratário à atuação da direita política que atuou no país logo após a ditadura militar em 1985, e que perdurou até o início dos anos 2000. É possível caracterizá-las da seguinte maneira: a direita tradicional que atuou no cenário político brasileiro a partir de 1985 até meados dos anos 2000 tinha um caráter mais ligado à própria institucionalidade do país para preservar as suas estruturas em um jogo de alternância legítima do poder.

As novíssimas direitas que emergiram por volta do início do primeiro mandato da Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff tinham uma outra visão da estrutura estatal do Brasil. Para elas, toda a estrutura, isto é, os órgãos de governo, as instituições de Estado, o sistema público educacional, de justiça, a mídia, ou as mídias tradicionais estariam lotadas de comunistas, subversivos, e seria necessário promover uma refundação de todas essas estruturas, além, claro, de limitar certos direitos constitucionais porque, para as novíssimas direitas, o texto constitucional aprovado em cinco de outubro de 1988 tinha “direitos demais” e foi feito para promover uma espécie de “dominação suave” de um ideário de esquerda no Brasil.

Para essa fatia do espectro político brasileiro, a substituição do pacto social inaugurado com a Constituição Federal de 1988 é condição *sine qua non* para a sua efetiva legitimação social, porque ele representaria uma hegemonia de um discurso político à esquerda. A ideia era, e ainda é, propor uma refundação da estrutura estatal do país, revogando e/ou suprimindo aqueles pontos constitucionais que – para essa parcela política – seriam o caminho para a implantação do socialismo ou do comunismo em terras brasileiras. Por mais que o que está sendo abordado neste trabalho seja primordialmente o contexto brasileiro, ele se assemelha a algumas experiências de mesmo cunho ideológico em outros países. Assim:

Não estamos diante de um fenômeno regional ou nacional. [...] candidatos de extrema direita ganham eleições capturando o sentimento de frustração e desesperança e se apresentando com discursos de renovação. [...] A extrema direita seduz porque comunica com aspectos emocionais. Num momento mundial extraordinariamente complexo, em que a maioria das pessoas sente uma evidente insegurança existencial, a comunicação afetiva é um potente motor político (Solano, 2019, p. 308-320).

Essa mobilização de valores e de afetos passa – necessariamente - pela exaltação de um passado (ou melhor, de uma parte dele) glorioso, apartado de causas e ideais degradantes que eclodiram na modernidade, por mais imprecisa que essa definição possa ser, mas é esse o espírito da novíssima direita mundial. Estar agarrado a um passado mítico fortalece o discurso de uma degradação decorrente da modernidade, das mudanças experimentadas no *status quo* de vários países através de variadas e diversas mobilizações por direitos políticos, reprodutivos, sexuais, civis, etc. É como se fosse um olhar no retrovisor não apenas como um movimento contemplativo, mas, como um movimento que impulsiona o impedimento de inúmeras mudanças. O ímpeto de retroagir ou de impedir mudanças é maior do que o de contemplar o passado e os valores que ele legou, por exemplo.

O passado fornece um local de construção muitíssimo conveniente e, de muitos modos, mais atraente e tentador para tais zonas de conforto. [...] o que eu chamo de retrotopia é um derivativo do já mencionado segundo grau de negação – a negação da negação da utopia. [...] a retrotopia deriva seu estímulo da esperança de reconciliar, finalmente, segurança e liberdade, feito que nem a visão original nem sua primeira negação tentaram alcançar – ou, se tentaram, fracassaram (Bauman, 2017, p. 65-13-14).

Esse conforto serve como um acalento, algo que diz que a jornada impeditiva está correta e deve ser mantida. Esse olhar em retrospectiva invariavelmente é carregado de idealizações, de acontecimentos marcados pela hipérbole, pela extravagância na sua suposta importância. Quando o olhar em retrospectiva atende aos desejos do presente, em uma espécie de *de volta para o futuro*, ele invariavelmente está marcado pela idealização e pelo engano ou autoengano, afinal, é mirar para trás para acertar no presente.

A retrotopia pode ser entendida como o exercício de uma utopia do passado, e por ser utópico, necessariamente esse exercício cria uma visão idílica de um tempo que não existiu na totalidade, de práticas que não existiram na totalidade, de perseguições políticas que não existiram na totalidade, enfim, ela está amparada em uma visão retrospectiva que não guarda coerência com pragmatismo observável. O passado é mais admirável no reino da fé que no dos fatos (Lowenthal, 1997, p. 134-5 apud Bauman, 2017, p. 60).

Por isso que argumentamos que é possível correlacionar tal argumentação com a ascensão de grupos de extrema-direita no Brasil ao longo dos últimos dez anos. As suas demandas são baseadas em um retorno ao passado de respeito, altivez, ordem, moralidade, e assim, fincam uma divisão clara entre a (já desgastada) díade *nós vs eles*. O mote que há nesse espectro político é o retorno a um passado, mesmo que esse passado nunca tenha existido como é defendido em suas argumentações.

Em um contexto de organizações contemporâneas com práticas quase que “tribais” (o uso desse termo se dá de maneira arbitrária, não remontando à nenhuma tradição antropológica que, por certo, consumiu inúmeras páginas a fim de classificar tal forma de sociabilidade), por exemplo, reforça uma sociabilidade baseada na confiança mútua em um ideário comum, ao mesmo tempo em que oferece aos seus membros uma sensação de pertencimento e de autovalor através do ato de fincar uma divisão clara entre “eles” (os “bons”) e os “outros” (os “ruins”). Dessa forma:

Uma vez que a divisão entre “nós” e “eles” tenha sido implementada segundo essas regras, a proposta de qualquer encontro entre os antagonistas já não é mais sua mitigação, porém a aquisição/criação de novas provas de que a mitigação é contrária à razão e está fora de conversa (Bauman, 2017, p. 53).

Assim, a ascensão das novíssimas direitas representa uma *retrotopia*, uma utopia de um passado inexistente a fim de servir de subsídio para ações no presente e no futuro. A *retrotopia* compreende esse olhar para um passado com o intuito de repetir no presente algumas características suas. Essa forma de proposição política também inaugurou novas maneiras de olhar para essa problemática, para, também, readequar antigas formas de análise. Assim:

A ascensão de Bolsonaro representa, sobretudo, a quebra completa do modelo com que uma disciplina, a ciência política, tentava entender a realidade brasileira a partir de um conceito, o presidencialismo de coalizção. [...] Deveria ser pacífico na bibliografia mais séria que o triunfo bolsonarista não se reduz a uma violação de regras eleitorais ou a um golpe jurídico. O bolsonarismo não é a história de um erro, não é o relato de uma alucinação nem a experiência de uma miragem coletiva. Ele não é a expressão do emburrecimento de 57 milhões de pessoas e não é compreensível com as categorias derivadas da falsa consciência (Avelar, 2021, p. 287-290).

De acordo com **Silva (2022, p. 12-9)**, “a frustração popular com a ‘política tradicional’ foi amplamente reforçada pela campanha de negação do caráter político-institucional da candidatura de Bolsonaro à presidência. [...] Populismo, portanto, se reflete em questionamentos da ordem institucional por intermédio da construção de um ‘povo’ agente histórico”.

Após a redemocratização em 1985 e as negativas em torno do período militar (1964 a 1985), a direita no Brasil procurou desvincular a sua imagem a esse momento histórico, e não raras vezes procurou intitular-se “de centro”. Partidos mais alinhados a pautas de direita – como PSDB e PMDB (atual MDB) - tentavam construir uma alternativa política baseada em preceitos liberais, como a diminuição da estrutura do Estado, menor interferência desse na economia e mais espaço para a iniciativa privada e – também – privatizando órgãos da estrutura estatal.

No entanto, como uma reação ao período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve na chefia do Executivo nacional (2003-2016), a extrema-direita atual passou a “dizer o seu nome” de maneira mais aberta no debate público brasileiro. Antes motivo de vergonha e receio, agora, essa prática significa uma emancipação, demarcação corajosa, vigorosa e legítima de participação social.

Isso implica afirmar que a reorganização da extrema-direita contemporânea tem nas chamadas “pautas morais e antiesquerda” os seus maiores pilares formativos. Isso pode ser evidenciado como uma negação da legitimidade da existência do “outro”. Se o “outro” é alguém que não segue o que eu acredito (que “certamente” é o correto), não partilha comigo as mesmas experiências e expectativas sociais, a sua imagem vai refletir alguém que não pode existir, ou que não teria direito à uma existência digna. Por exemplo: se a minha existência é a única baseada em pilares corretos, quem não vive sobre esses mesmos pilares pode ser definido como um “não-ser”, alguém que certamente não pode gozar das mesmas prerrogativas que eu – normal e adequado – tenho direito.

No mundo todo, e não foi diferente no Brasil, a nova direita surfou na insatisfação latente, direcionando-a e organizando-a para o lado do autoritarismo e do conservadorismo. A direita soube canalizar a revolta melhor do que a esquerda, e um dos motivos pelos quais isso tem ocorrido é que ela chega à disputa com um arsenal de recursos financeiros e tecnológicos muitas vezes inescrupulosos, como a máquina de fake News da Cambridge Analytica, empresa de Steve Bannon que desempenhou um papel decisivo no Brexit, na Inglaterra, e na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. [...] Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por manifestações pró-impeachment de caráter nacionalista, antipetista e contra a corrupção. Inaugurou-se uma era de manifestações verde-amarelas e festivas nos finais de semana, fundamentalmente marcadas pela presença das elites brancas brasileiras. [...] Manifestantes, que iam para as ruas com a camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), protestavam contra a corrupção ao mesmo tempo que levavam o cachorro para passear, bem como os filhos, junto com suas babás. Havia quem tomasse espumantes nos bairros de elite e até aparecesse nas colunas sociais dos jornais do dia seguinte. Inaugurou-se a era da indignação com glamour. Somam-se a isso cartazes ufanistas, homofóbicos, misóginos e pobrefóbicos, que davam o tom de um evento da política do mal. [...] aqueles atos, para muitos, eram uma oportunidade para dizer que não estavam contentes com os rumos da política nacional (Pinheiro-Machado, 2019, p. 24-73-75).

O *modus operandi* das novíssimas direitas consiste em buscar ocupar os espaços onde haveria uma suposta disputa pela narrativa oficial, e esses espaços seriam as instituições educacionais e de Estado, principalmente. Segundo **Cepêda (2018, p. 59)**, “[...] é ação estratégica para a direita organizar-se para intervir no ambiente universitário e na disputa intelectual, quer seja para mostrar sua face, quer seja para enfrentar seu principal oponente – a esquerda”.

[...] de forma geral, podemos perceber a (re)organização simbólica do discurso da extrema-direita brasileira atual com base na convergência entre distintas culturas conservadoras, tais como: (i) a compreensão do indivíduo como investimento e como empresa, (ii) a propriedade privada como direito sagrado, (iii) o acúmulo de riqueza como principal índice de liberdade e de progresso individual, social e espiritual, (iv) a família cristã como fiadora dos valores morais, (v) a rigidez corporativa/hierárquica como princípio da organização social, (vi) a (re)aproximação entre Estado e Religião como garantia de hegemonia política dos grupos dominantes e (vii) o uso da violência como condição estruturante da ordem e do progresso (Morais, 2019, p. 156).

Todos esses elementos constituem readequações de demandas e pautas políticas que já foram abordadas no passado por grupos de direita no Brasil. Desta maneira, segundo **Gerbaudo (2017, p. 64, tradução nossa)**, “em um mundo marcado

por níveis extremos de desigualdade econômica e política, o movimento das praças identificou o conflito central da sociedade como aquela entre a cidadania e a oligarquia, entendida como o poder concentrado das elites econômicas e políticas, responsáveis por privar a democracia de sua substância.”

Assim como ocorreu em outros países e também no Brasil, esses movimentos de contestação da classe política e dos seus substratos capazes de prover mudanças sociais foram colocados à prova com movimentos que tomaram as praças como exemplificação da posse do espaço público em prol de uma legitimidade pragmática. Com a ascensão da extrema-direita nos espaços de poder institucional no Brasil, o subgrupo da direita militar foi um dos que alcançaram maior protagonismo, principalmente com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. Assim:

A direita militaresca outorgou constelações de sentido à posteridade, assim como a posteridade tratou de rearranjá-las em formatos condizentes com as modificações sócio-históricas pertinentes. Nem tudo se perde, nem tudo se preserva, lição básica das ciências naturais, mas também de sociologia **(Fernandes; Messenberg, 2018, p. 6)**.

Isso quer dizer que um dos maiores elementos presentes no espectro da direita brasileira desde o contexto da redemocratização do país nos idos dos anos 1980 ainda está presente e conseguiu arregimentar apoio e legitimidade popular, como exemplo, a candidatura e consequente vitória de Jair Messias Bolsonaro e Hamilton Mourão para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Brasil nas eleições regulares de outubro de 2018. A vitória de dois candidatos oriundos das Forças Armadas, mais precisamente do Exército brasileiro, pode fornecer elementos para a compreensão desse fenômeno e o alcance da sua influência no contexto brasileiro.

Por fim, para concluir este tópico, podemos afirmar que o arranjo político-social que culminou na ascensão das novíssimas direitas, mais notadamente em torno da figura de Jair Bolsonaro, representa uma utopia do passado, melhor dizendo: uma utopia de uma parte de um passado idílico, imaginado como perfeito e austero, porém, vivido como imperfeito e, em certos pontos, caótico. As novíssimas direitas no Brasil representam aquilo que nos termos de **Bauman (2017)** seriam a *retrotopia* em seu

estado mais identificável: uma utopia do passado, um avanço sempre de modo a retroceder.

Por fim, para concluir este primeiro capítulo, retomemos alguns pontos explicativos da formação do bolsonarismo, argumentando que (a) a extrema-direita brasileira, assim como a europeia e a estadunidense, soube canalizar os seus esforços para uma mobilização popular de suas pautas enquanto a esquerda nacional ignorou vários sinais de que estava ocorrendo uma mudança pendular na “balança político-ideológica”; (b) o pertencimento e a legitimidade de “quem é cidadão de bem” e “quem não é cidadão de bem”, que pode, em um outro sentido, ser percebido na frase “eu sou brasileiro de verdade”, é um outro elemento do bolsonarismo; (c) as plataformas de redes sociais foram cruciais para gerar o engajamento e a retomada das ações da extrema-direita a partir da década de 2010 em vários países diferentes, apenas para ficar em alguns exemplos que penso que podem contribuir para um entendimento mais apurado sobre esse fenômeno político.

A extrema-direita atua para segregar, para delimitar quem pode e quem não pode acessar certos espaços. Porém, tal prática não é restrita ao extremo do lado direito do espectro político e também pode ser vista no seu polo oposto. No próximo capítulo, a mobilização da pauta anticorrupção como uma prática que tem longa história na nossa trajetória política será abordada, passando pelos exemplos mobilizados pela União Democrática Nacional (UDN) entre as décadas de 1940 e 1960, as eleições presidenciais de 1989 e 2018 e o fatídico exemplo da *Operação Lava Jato*. Sem antecipar o que será abordado a partir da próxima página, é possível destacar que a mobilização da pauta anticorrupção não parte desse elemento para buscar a sua legitimidade social, mas, de outras questões que serão pormenorizadas daqui por diante.

CAPÍTULO 2 – A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DA PAUTA ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Nós nunca nos realizamos. Somos dois abismos – um poço fitando o Céu (Bernardo Soares, um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa, em “*Autobiografia sem fatos*”)

A mobilização política da pauta anticorrupção não é nenhuma novidade no Brasil, pelo contrário, é uma *marca indelével* e tradicional de movimentos de direita e extrema-direita. Das investidas contra Getúlio Vargas no início dos anos 1950 à Marcha da Família com Deus pela Liberdade para a deposição de João Goulart e contra a iminência da “implantação do comunismo” em 1964, passando pelo exemplo recente da *Operação Lava Jato*, apenas para ficar em alguns poucos exemplos, que observamos a mobilização política de tal pauta. Tal mobilização busca, através de um apelo moral e muitas vezes falacioso, colocar-se acima de outras pautas e conferir aos seus partícipes um ar de “superioridade moral”, por assim dizer.

A constituição da corrupção como um problema social e central tem longa história em nosso país. Usada reiteradamente desde os inícios da República, a denúncia de corrupção reaparece em momentos-chave: no segundo mandato de Getúlio Vargas, no golpe de Estado contra João Goulart, no início da democratização, desvelando práticas corruptas durante a ditadura militar e, desde a redemocratização, com as denúncias de corrupção de representantes na Presidência e no Congresso (Koerner; Schilling, 2015, p. 75 *apud* Alcântara et al, 2020, p. 350).

Entre a primeira e a segunda década do século XXI a pauta anticorrupção foi “tomada de assalto” por movimentos de extrema-direita que outorgavam para si a legitimidade de apresentação e de discussão sobre esse tema. Com a presença do Partido dos Trabalhadores (PT) na chefia do Poder Executivo por mais de uma década ininterrupta, pela primeira vez a direita nacional pôde organizar-se como força de oposição significativa, e de quebra, culpar o citado partido por todas as mazelas históricas do país, aquelas que ocorreram durante seus mandatos e aquelas que ocorreram décadas antes do seu surgimento. Sobre esse ponto, tomando como base

as mobilizações da pauta anticorrupção durante as manifestações de 2013, há o seguinte entendimento:

O marco anticorrupção se instalou em um contexto marcado por uma série de outros fatores que incluem a incapacidade do próprio governo federal de imaginar uma resposta a Junho que escapasse do automatismo da reforma política, da tagarelice anticorrupção e do punitivismo mais exacerbado (Avelar, 2021, p. 249).

Assim como diversos conceitos que expressam valores e visões de mundo, “corrupção” responde e – de certo modo - tranquiliza a quem fala. Afinal de contas, o “corrupto” é, ou deve ser, sempre o outro, não quem emite o discurso. Quem verbaliza os termos “corrupção” ou “corrupto” jamais fala de si e dos seus congêneres (essas “qualidades” são sempre dos “outros”). A gênese dessa postura política pôde ser vista em diversas situações políticas no país: nas eleições presidenciais de 1989 e 2018 para citar apenas dois pleitos nesse intervalo temporal. Vinte e nove anos separaram essas duas eleições. No entanto, a temática anticorrupção foi o elemento mobilizador de uma parte considerável do eleitorado nacional nos dois momentos históricos.

Por mais louvável que seja a mobilização política da pauta anticorrupção, o que ocorre no Brasil é que sob esse pretexto, vários “Cavalos de Troia” trazem consigo entreguismo, moralismo religioso, liberalismo econômico e anticomunismo, que pode ser entendido como *antiesquerdismo*. Assim, a mobilização da pauta anticorrupção tem uma longa trajetória política no Brasil, principalmente porque é um trunfo político utilizado em momentos-chave da nossa história republicana e é, principalmente, utilizada por grupos e figuras políticas identificadas mais à direita do espectro político como forma de arregimentar apoio político duradouro através de uma pauta que mobiliza valores e preceitos morais.

2.1 1945 a 1965: O *udenismo* e a pauta anticorrupção

O *udenismo* foi uma forma de fazer política no Brasil, e que ocorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1965, com práticas políticas da União

Democrática Nacional (UDN); e consistia em uma oposição fervorosa ao então Presidente Getúlio Vargas, que comandou o país durante esse período. A União Democrática Nacional (UDN) não tinha uma capilaridade social que lhe conferia superioridade política, tampouco conseguia mobilizar um eleitorado fiel às suas pautas.

As suas posturas políticas eram elitistas e o seu caráter era um tanto quanto *blasé*. A União Democrática Nacional (UDN) não era afeita à ideia de uma democracia ampla, geral e irrestrita, por assim dizer, pois acreditava que alguns homens iluminados seriam guias melhores para o povo, esse, inculto e desinteressado nas questões políticas. Assim, a saída “encontrada” para a sua ascensão política foram a pauta anticorrupção e a mobilização eleitoral de um moralismo religioso. Essas foram as estratégias para arregimentar um eleitorado que não era muito afeito aos conceitos de mão invisível do mercado (Smith, 1996) ou liberalismo econômico, por exemplo.

Desde a oposição liberal a Vargas reunida no “Manifesto dos Mineiros”, passando pela sua principal manifestação histórica, a UDN, o discurso anticorrupção sempre ofereceu ao liberalismo a oportunidade de uma crítica convincente ao Estado. Para ela, a gestão de um Estado interpretado como gigante e ineficiente, em um país cuja sociedade é não só subdesenvolvida, mas presa das estruturas de dominação oligárquicas, só poderia ser operada por meio da manutenção de práticas de cooptação, cuja principal manifestação é a corrupção. Esse discurso, que de alguma forma esteve presente desde sempre na vida política brasileira, foi incorporado pelos tucanos quando na oposição aos governos petistas (Chaloub, 2014 *apud* Lynch; Cassimiro, 2022, p. 172).

Fazendo uma contextualização e baseando-se em exemplos históricos de deturpação do combate à corrupção para fins políticos, segundo Manfredini (2015, p. 1), “Vargas foi bombardeado por uma virulenta e sistemática campanha que juntou partidos da oposição e a mídia (então representada por rádios e jornais) sob o mote da luta contra a corrupção. Foi o estridente jornalista Carlos Lacerda, principal opositor do presidente (e que a partir de então se tornaria o emblema mais nítido do golpismo frente às instituições democráticas), quem criou a expressão “mar de lama”, até hoje usada por seus seguidores. Para surpresa de todos, Vargas tomou uma inesperada e dramática decisão política: suicidou-se e, com isso, aplacou o ímpeto dos conspiradores.

Dezesseis anos depois, nas eleições presidenciais de 1960, a sensação foi o ex-governador paulista Jânio Quadros, que centrou sua campanha na luta contra a corrupção, razão pela qual seu símbolo era uma vassoura. O jingle que se espalhou Brasil afora começava assim: “Varre, varre vassourinha/Varre, varre a bandalheira...”. Venceu as eleições com quase seis milhões de votos, praticamente o dobro da soma dos dois outros concorrentes.

Em ambas as situações, não era exatamente a corrupção que estava em jogo, embora fosse inegável sua existência em maior ou menor grau (mas não um “mar de lama” como bradava Lacerda contra Getúlio). O que estava em jogo eram interesses inconfessáveis das elites conversadoras¹³, alinhadas, sobretudo, às pretensões hegemônicas dos EUA, que se opunham ao programa nacionalista e popular de Getúlio e, em 1960, desejavam impedir a vitória do também nacionalista Marechal Henrique Teixeira Lott, que tinha, entre outros apoios, o que Partido Comunista do Brasil, então sob a sigla PCB. Este era, como se dizia antigamente, o busílis de ambas as situações”.

Se é possível afirmar que a corrupção, ou a mera menção aos fatos assim caracterizados, frequentemente são utilizados como pretextos pra difamar desafetos, opositores, detratores, etc, uma tese que vaticina a impossibilidade de precisar os vastos sentidos atribuídos a ela mantém-se atual; afinal: práticas ilícitas podem ser utilizadas e justificadas para se coibir um (suposto) mal maior, e encontram no (valoroso) combate à corrupção o chamariz social que toda causa almeja.

No seu início, como bem salientou **Benevides (1980, p. 13-14)**, “a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas. [...] Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime”.

A própria definição e a caracterização da UDN não são tarefas fáceis, tendo em vista a multiplicidade de atores envolvidos, as diversas tendências políticas (ocasionadas, inclusive, pela permanência de comunistas e liberais entre as suas fileiras), e diversidade programática, entre outros elementos. Com a proximidade com a tomada do poder pelos militares em 1964, a UDN “reposicionou” a sua estratégia política, enaltecendo e justificando tal fato.

¹³ Para manter a grafia original do autor e ser fiel ao trecho citado, optei por manter a palavra “conversadoras”. Creio que a intenção do autor era escrever a palavra “conservadoras”.

Para a UDN, as forças do mal estavam soltas. Sua missão, o exorcismo; seu objetivo, a defesa da propriedade, contra a ação do Estado; sua bandeira, a manutenção da ordem cristã e ocidental (**Benevides, 1980, p. 86**).

Esse discurso que ecoou em meados dos anos 60 do século XX é bastante semelhante ao discurso da extrema-direita brasileira neste início do século XXI: a justificação de uma cruzada moral contra o mal personificado, e esse mal seria representado pela esquerda. A menção à corrupção como maior chaga nacional foi uma estratégia encabeçada há décadas por lideranças políticas como o jornalista Carlos Lacerda, por exemplo, importante figura da UDN e que popularizou a ideia de um “udenismo” (arregimentar um combate à corrupção como forma de moralizar o discurso político encurralando opositores, tendo ou não uma justificação legal para isso).

Em sua primeira nota oficial logo após a queda de Goulart, a UDN se congratula com as Forças Armadas pela “vitória contra a ameaça da ditadura comunista e contra a subversão dos ideais cristãos”, propondo-se a continuar “na luta contra a inflação e o câncer da corrupção e do empreguismo”. (3/4/64, Arquivo UDN). Na ação das Forças Armadas a UDN apontava a realização de seu próprio programa, enraizado nas antigas teses anticomunistas e moralistas. [...] A relação da UDN com as Forças Armadas não deve ser vista apenas em termos do apego às candidaturas militares para a presidência da República e à intervenção “salvadora” no processo político, mas sobretudo pela ótica de uma certa concepção de nação, de segurança, e de “moralidade” (onde o udenismo certamente se acomodava) que se consubstanciaria no arcabouço de 64 (**Benevides, 1980, p. 94-107**).

É um fato notório que o discurso do combate à corrupção seja quase sempre uma justificativa política para ações que possam ser vistas como autoritárias, travestidas no discurso de um “pulso firme”. Assim como na destituição de João Goulart em abril de 1964 e na destituição de Dilma Rousseff em abril de 2016 (seguida pelo seu afastamento definitivo da Presidência da República em agosto de 2016), a justificativa moral para tais fatos seriam a corrupção generalizada da parte do governo federal, expressamente representada pela figura do Ex-Presidente e da Ex-Presidente e as supostas conivências com tais práticas.

O decorrer dos anos e as exposições de fatos posteriores mostraram que as duas figuras em questão não estavam envolvidas em esquemas escusos, para usar

um eufemismo, ao contrário de muitos daqueles que bradaram contra as suas ações e as suas pessoas. Esses fatos também fortalecem uma tradição antipartidária, antipolítica tão em voga no país que pode até – de maneira jocosa – ser confundida como um esporte nacional, por assim dizer.

No Brasil a tradição antipartido, na vertente autoritária ou liberal, é amplamente conhecida. Esta aversão ao caráter necessariamente “partidário” das organizações políticas permanentes se combina com as ideias elitistas da UDN em torno do “passado dos homens de bem”, da “autoridade moral” e da visão do poder como “sacrifício pelo bem público” e não como objetivo de pugnas políticas (**Benevides, 1980, p. 111**).

Ao mesmo tempo em que organizações partidárias não gozam do maior prestígio institucional da nação – por assim dizer – há, também, uma ideia de que acessar espaços de poder político ainda é algo inalcançável para a maior parte das pessoas no Brasil. Até certo ponto, essa ideia não está totalmente equivocada. Há certos entraves políticos, sociais e econômicos para que parcelas significativas da população possam ver-se representadas nas casas legislativas por todo o país. Voltando para o caso do udenismo:

[...] É possível identificar, sem rigor excessivo, um certo perfil parlamentar do udenista - que aí se distingue do pessedista, por exemplo - pela insistência num padrão de intervenção no Congresso caracterizado pelos seguintes pontos: o combate histórico ao getulismo, a denúncia constante da corrupção administrativa, a oposição à ação estatal na economia, a ênfase nos “aspectos subversivos” de uma política de massas (greves, movimento sindical politizado, aumentos de salário mínimo, etc.) e o combate ao comunismo, sob suas variadas formas, reais e supostas. [...] Se o legalismo udenista deita raízes e se expande no conservadorismo - a reação à mudança - o moralismo também recorrerá à visão de fundo autoritário, no sentido de identificar, nos valores morais dos homens públicos, a “explicação” para o comportamento político (**Benevides, 1980, p. 128-207**).

Dessa maneira, movimentos políticos mais alinhados à direita ou, mais precisamente, à extrema-direita brasileira sempre insistiram nos seguintes pontos: 1) denúncia constante e repetitiva da corrupção praticada apenas por membros de partidos de esquerda; 2) denúncia de implantação do comunismo através de ações

mais sutis, imperceptíveis; 3) culpabilização do Estado como promotor de desigualdades, não como instrumento capaz de atenuá-las, entre outros.

O elitismo dos bacharéis (udenistas¹⁴) os leva a aceitar a representação do líder carismático, caso ele não afronte os mais importantes pilares da sua visão de mundo. [...] Trata-se de um liberalismo de elites virtuosas, capazes de dar sentido para o mundo amorfo das massas. Para além da defesa de pautas políticas concretas, importa a afirmação de uma visão da política e do mundo. [...] A afirmação da incapacidade do povo brasileiro para o exercício consciente do voto, antigo tema do pensamento liberal e das elites políticas brasileiras, ganha força após a derrota - surpreendente para os udenistas - de Eduardo Gomes para Dutra em 1946 e torna-se quase onipresente nas falas do partido depois do retorno de Vargas ao poder em 1950 (**Chaloub, 2019, p. 282-285**).

No caso brasileiro é possível afirmar que manifestações políticas alinhadas mais ao lado direito do espectro político – desde o supracitado exemplo da UDN – viam com desconfiança a capacidade de gestão popular, ou, dito de outra forma: não acreditavam na capacidade plena da maior parte do eleitorado em fazer “escolhas políticas boas” (desde que essas sejam feitas em função de parlamentares ou de chefes do Executivo de direita).

Esta breve menção a certos aspectos da extinta UDN teve como propósito trazer à baila a questão de que a pauta anticorrupção não é um fenômeno recente ou inédito; possui raízes históricas antigas, presentes em vários momentos da história brasileira. A utilização da cartada anticorrupção mostrou-se como uma estratégia certa de arregimentar apoio popular para causas outras, como uma espécie de cavalo de troia, em que pautas são trazidas escondidas sob um “argumento maior”.

Em suma: tal prática é um traço marcadamente populista, que transita entre os espectros políticos à esquerda e à direita, mas, que foi “arregimentado institucionalmente”, assim, por partidos à direita no Brasil.

2.2 1989: A eleição da “caça aos Marajás”

¹⁴ Grifo nosso.

Na eleição de 1989 os discursos contra a corrupção, os marajás e os privilégios da classe política foram levados a cabo por candidatos com um discurso *outsider*, de renovação, de frescor em um momento de reabertura democrática, principalmente por aquele que saiu vitorioso naquele pleito: Fernando Collor de Mello.

Fernando Collor de Mello, assim como Jair Messias Bolsonaro, eram figuras pertencentes ao *establishment* político do país há vários anos, mas, comportaram-se politicamente nas duas eleições presidenciais em que venceram como se fossem *outsiders*, pessoas de fora do jogo e da vida política. No caso do político carioca, seu pai, Arnon Afonso de Farias Melo (1911-1983), tinha sido governador de Alagoas entre 1951 e 1956, além de ter protagonizado um fato sórdido: o assassinato de um colega no Senado Federal durante sessão em 1963, portanto, há sessenta anos completados em 2023. Para contextualizar esse fato, segundo matéria do jornal *O Globo*:

O relógio da Casa marcava as 15h quando Arnon de Melo subiu na tribuna e tomou a palavra, visivelmente exasperado. Alguma coisa muito grave estava para acontecer, mas ninguém imaginava o que seria. "Senhor presidente, permita vossa excelência que eu faça meu discurso olhando na direção do senhor senador Silvestre Péricles de Gois Monteiro, que ameaçou de me matar, hoje, ao começar meu discurso". Foi tudo muito rápido. Nem bem o pai de Collor iniciara a sua fala, e seu arquirrival já havia começado a marchar decididamente e com expressão furiosa na sua direção. Quando chegou perto da tribuna, com o dedo em riste, gritou: "Filho da puta!" (**O GLOBO, 2023, p. 1**).

Esta cena, digna de um *Faroeste Caboclo*¹⁵, em que as contendas só podem ser resolvidas no sacar as armas e na velocidade de um tiro, mostra que o sobrenome "Collor de Mello" já tinha longa tradição política no Brasil quando ocorreram as eleições em 1989. Ainda sobre o sórdido fato, prossegue a matéria de **O GLOBO (2023, p. 1)**, "no mesmo instante, Arnon sacou sua arma e disparou. Foram dois tiros, mas ele não atingiu Péricles, que havia se atirado no chão e puxara seu revólver. O pânico estava instalado, muita gente corria para se proteger, enquanto outros senadores tentavam apartar o duelo. Silvestre se arrastava entre as poltronas, tentando fazer pontaria. Foi quando o parlamentar paraibano João Agripino se lançou

¹⁵ Título de uma canção lançada pela banda Legião Urbana em 1987 e composta pelo cantor e letrista Renato Russo.

sobre ele e conseguiu tomar-lhe a arma. Ouviu-se mais um tiro. A campainha do Senado soava em disparada, misturando-se à gritaria. Quando o presidente da Casa reassumiu o microfone dizendo "Basta!" e pedindo que removessem os dois rivais do plenário, alguém gritou: "Há um ferido, excelência!"

Consternados, os presentes constatavam o senador acreano José Kairala (PSD) no chão, baleado no ventre. Pobre Kairala. Comerciante de 39 anos, elegera-se suplente do ex-governador José Guimard, ocupava a cadeira dele desde julho de 1963, substituindo o titular, que estava de licença. Aquele 4 de dezembro era seu último dia no Senado e ele tinha levado mulher e filhos para sua despedida. Acabou recebendo o segundo disparo de Arnon, ao se jogar sobre Péricles para evitar seu revide. Enquanto o plenário se acalmava, Kairala se esvaía. Ele foi levado ao hospital e operado, recebeu todo o estoque de sangue em transfusões, mas morreu às 20h05 (**O GLOBO, 2023, p. 1**).

Após essa breve contextualização, voltemos ao ano de 1989. Naquele momento histórico, a persona de Fernando Collor de Mello representava uma alternativa *jovial, descolada, honesta, bonita* (sim, esse foi um dos maiores motivos alegados por dezenas de milhares de eleitoras e eleitores para darem seus votos de confiança no supracitado político) e que levaria o país ao futuro após décadas de atraso gerado pelo período em que os militares deram as cartas em Brasília por quase vinte e um anos ininterruptos.

O então candidato vendia uma imagem de si mesmo como uma alternativa culta, como um *homem que sabe usar talheres* e sentar à mesa, que seria capaz de lidar e dialogar com líderes mundiais e trazer dinamismo e modernidade à nossa economia em frangalhos após anos sucessivos de planos econômicos fracassados. Não é necessário contextualizar a economia brasileira logo nos primeiros meses da gestão de Fernando Collor de Mello, o primordial é salientar que o país mergulhou em um período de recessão econômica e de desalento.

Collor elegeu-se pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), rebatizado Partido Trabalhista Cristão (PTC). Logo após a sua posse, em 1990, foram noticiadas as primeiras denúncias de corrupção (**Guerra, 2017, p. 201**).

Fazendo um paralelo entre as eleições de 1989 e 2018, tanto Fernando Collor quanto Jair Bolsonaro foram vitoriosos nos respectivos pleitos estando em partido menores, com pouca ou nenhuma projeção relevante a nível nacional, o primeiro pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e o segundo pelo, hoje também extinto, Partido Social Liberal (PSL). Em ambos os exemplos a mobilização da pauta anticorrupção deu a tônica das duas campanhas. Porém, o que também foi visto em ambos os exemplos é que essa estratégia política foi rapidamente desmobilizada conforme os seus mandatos foram acontecendo.

O primeiro Presidente da República eleito após o fim da ditadura militar elencou como seus principais inimigos a corrupção e as “mamatas dos marajás”, alegando que “o grosso” da população jamais teria acesso a esses privilégios. No que tangia aos privilégios, eles existiam e eram desfrutados pelo próprio candidato. Ademais, o que ficou marcado desse exemplo específico é que a proibidade pode ser utilizada como recurso falacioso e fantasioso, requerido apenas para desnudar possíveis máculas e desvios em desafetos, jamais para falar de si mesmo ou “dos seus”. Fernando Collor de Mello elencou como seus principais inimigos a suposta ineficiência do Estado brasileiro e a corrupção. No entanto, o seu único mandato (incompleto) como Presidente da República ficou marcado por uma inércia em várias questões administrativas e por escândalos de corrupção que contribuíram para o encurtamento do seu mandato.

Após essa breve contextualização da mobilização da pauta anticorrupção durante a eleição de 1989, podemos avançar um pouco na argumentação, indo para as eleições de 2018 e o ponto em comum entre as duas eleições e os seus dois vencedores: ambos eram figuras do *establishment* político e conseguiram “vender” as suas imagens como se ambos fossem *outsiders*, pessoas que não estavam inseridas em contextos de disputas políticas. Apenas para pontuar as experiências dos dois candidatos à época das suas vitórias para o cargo de Presidente da República: em 1989, Fernando Collor de Mello já havia sido nomeado prefeito de Maceió em 1979, tendo renunciado ao cargo de prefeito da capital alagoana em 1982, mesmo ano em que conseguiu êxito no pleito para deputado federal, e posteriormente foi eleito governador de Alagoas em 1986.

Em 2018, Jair Bolsonaro já havia exercido um mandato como vereador pela cidade do Rio de Janeiro entre 1989 e 1991, e desde 1991 ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados, em Brasília, mediante seguidas vitórias eleitorais em

processos legítimos. Os dois líderes tinham vasta experiência política quando lançaram as suas candidaturas ao Palácio do Planalto, contrastando com as suas próprias campanhas eleitorais, que insistiam em colocá-los na *prateleira* dos desconhecidos, dos *outsiders* que desconheciam os meandros das estruturas políticas. Ambos conheciam os *caminhos do poder*, tinham vasta experiência em grandes campanhas eleitorais, no entanto, conseguiram apoio pregando contra tudo aquilo que fingiam desconhecer.

2.3 2005 a 2013: Indícios de uma reorganização à direita

Fazendo uma breve digressão, mais precisamente, para o período do segundo mandato do Presidente Lula (PT), entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010, para contextualizar como, já a partir daquele momento, havia uma movimentação à direita para deslegitimar o governo de outrora e para capitalizar politicamente em cima da pauta anticorrupção. De acordo com **Rocha (2021, p. 87-88)**, “foi justamente na esteira do impacto do mensalão que foi fundado o primeiro movimento relacionado à nova direita, ainda em 2006, o Movimento Endireita Brasil (MEB), liderado por Ricardo Salles, que posteriormente se tornaria ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro. A intenção do grupo, formado por jovens advogados, era promover uma campanha pelo impeachment de Lula por causa do escândalo”.

[...] É possível dizer que o auge do lulismo, entre os anos 2006 e 2010, coincidiu com o auge do fenômeno da direita envergonhada, e até mesmo quem não se reivindicasse explicitamente de direita enfrentou dificuldade em organizar manifestações antipetistas/antilulistas em meio ao auge do lulismo sem ser menosprezado ou ridicularizado no debate público. [...] É possível dizer que os textos e livros críticos à esquerda e ao PT que circulavam na época, logo após o mensalão, ainda que não tivessem sido escritos por membros da nova direita, prepararam o terreno para sua chegada à esfera pública tradicional, inclusive adiantando o uso de um tom mais agressivo” (**Rocha, 2021, p. 91-109**).

Nesse período, vários jornalistas e escritores passaram a gastar muita tinta em textos, jornais impressos e revistas argumentando em desfavor do governo da

ocasião, tentando – sem sucesso – demolir a sua imagem e legitimidade. É importante salientar que nesse período já estava em gestação um movimento político que apareceria com força poucos anos depois. Mesmo que tal movimento tenha começado de maneira difusa e confusa, não demorou muito tempo para que houvesse uma percepção de que não apenas os manifestantes de ocasião, mas, também o governo federal e a classe política como um todo deram respostas igualmente atabalhoadas. Ainda sobre a mobilização da pauta anticorrupção realizada à direita do espectro político brasileiro naquele contexto social e político:

[...] Em 2009, o jornalista Reinaldo Azevedo, que também escrevia na *Veja*, lançou, pelo mesmo grupo editorial, *O país dos petralhas* e, no mesmo ano, *Máximas de um país mínimo*. Em 2010, quando Lula atingiu seu auge em termos de popularidade, foi a vez de Merval Pereira, colunista do jornal *O Globo* e comentarista político do canal de televisão a cabo *GloboNews*, publicar, novamente pelo Grupo Editorial Record, o livro *O lulismo no poder*. Além de livros sobre política contemporânea, os leitores de não ficção, ao fim dos anos 2000, também demonstraram predileção por narrativas históricas. [...] Assim, foi publicado pela editora Leya em 2009 o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch, jornalista e admirador das teses do economista austríaco Ludwig von Mises. A obra logo se tornaria um best-seller e o primeiro de uma série de guias “politicamente incorretos” que foram sendo publicados nos anos seguintes sobre os mais diversos temas” (Rocha, 2021, p. 109-110).

Todas essas manifestações e todas essas obras foram *servindo de adubo*, de ração para fomentar o fortalecimento da extrema-direita nacional a partir da segunda década do século XXI. O que foi plantado no início daquele período pôde ser colhido, também, a partir de 2013. Tal fato parece consolidar-se na menção a tais obras e autores durante as mobilizações do início da década passada. Nesse ínterim, o ainda inexpressivo politicamente Deputado Jair Bolsonaro já transitava com certa frequência e recebia um apoio igualmente significativo. Já em algumas manifestações de rua, entre alguns figurões de partidos mais tradicionais como PSDB e PMDB, por exemplo, ele (que não era de nenhum dos dois partidos) era um dos poucos políticos que saíram às ruas e não eram hostilizados naquelas manifestações. Algo estava mudando nessa fatia do eleitorado e esse sentimento seria percebido e capturado em breve logo após o início do mandato da Presidente Dilma Rousseff (PT) em 2011. Assim:

[...] A partir de 2011 Bolsonaro passou a encampar uma ofensiva aberta contra o PT e a esquerda e a flertar com Olavo de Carvalho e a nova direita emergente. [...] O ano de 2011 inaugurou um novo ciclo de protestos no país em meio ao qual forças políticas e demandas das mais diversas passaram a se expressar nas ruas. [...] Já em 2012, os protestos contra a corrupção convocados pela internet ocorreram em várias capitais brasileiras em outro feriado cívico, 21 de abril, Dia de Tiradentes. [...] Naquela época a indignação contra a corrupção expressa pela maior parte dos manifestantes aparecia invariavelmente conjugada ao mau uso do dinheiro público e à demanda de que uma fatia maior do orçamento fosse destinada para educação. No entanto, o tom mais propositivo e menos alarmista das manifestações iria começar a mudar a partir de agosto do mesmo ano, quando teve início o julgamento do escândalo do mensalão no STF e frustrações antigas com o PT começaram a vir à tona com mais força (Rocha, 2021, p. 132-139-141).

Essas manifestações já durante o segundo mandato do Presidente Lula (PT) foram, digamos, o “balão de ensaio” do que seria visto com mais força e intensidade em meados de 2013 no Brasil: manifestações contra a classe política (e mais precisamente a cúpula do Poder Executivo) Por exemplo: na década anterior, mais precisamente em 2007, um movimento também pregava contra a classe política e “tudo isso que está aí” (frase bastante semelhante às ouvidas durante a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018), e esse movimento era o “Cansei”.

Esse movimento ocorreu na capital paulista e reuniu pessoas de vários segmentos sociais: artistas, apresentadores e apresentadoras, cantoras, políticos e também empresários. Todos com o mesmo sentimento expresso pelo nome do movimento: “cansei”. De acordo com **Azevedo (2007, p.1)**, “a concentração para o protesto começou por volta das 12h. Subiram ao palco montado na praça, entre outros, o empresário João Dória Jr., a apresentadora de TV Hebe Camargo, o ator Paulo Vilhena, a cantora Ivete Sangalo, o humorista Carlos Alberto de Nóbrega, o ex-nadador Fernando Scherer, o presidente da OAB de São Paulo, Luiz Flávio Borges D’Urso – que encabeça o movimento, ao lado de sindicatos patronais. D’Urso e artistas discursaram sobre o objetivo do movimento, caracterizado como apartidário desde seu surgimento. Às 13h, foi feito um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do voo 3054 da TAM e também em protesto à onda de impunidade que, segundo os organizadores do movimento, assola o Brasil. Também foi realizado um culto ecumênico. O cantor Agnaldo Rayol encerrou o protesto cantando o hino nacional. Ao final do ato, a multidão puxou o coro de ‘Fora Lula’ e ‘Lula, ladrão, vai para a prisão’”.

Ainda citando como exemplo o ocorrido com o “Movimento Cansei”, por mais que houvesse uma aura de movimento antipolítico, todos sabiam – principalmente quem estava presente na referida manifestação – que o movimento estava indo às ruas contra o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Era como se o caos que pairava no ar no sistema aéreo brasileiro (com o perdão do trocadilho) fosse culpa exclusivamente de escolhas e da gestão do Governo Federal. Ainda na referida manifestação um grito de guerra ecoou nos ares da capital paulista: “Lula, ladrão, vai para a prisão”. Por volta de 2016, com a iminência da condenação à prisão do (então) Ex-Presidente Lula (PT), em manifestações contra a Ex-Presidente Dilma Rousseff (PT) e a favor do seu Impeachment, essa frase foi atualizada para “Lula, ladrão, seu lugar é na prisão”. A repetição da utilização de uma frase em dois momentos distintos e em dois movimentos políticos “diferentes” alude para o seguinte fato: há uma semelhança entre ambos, ainda que não seja possível dizer que houve uma continuidade inescapável entre as duas manifestações.

A recorrência quase que *ipsis litteris* dessa frase evidencia que o alvo das duas manifestações era o mesmo, apesar dos quase dez anos que separaram tais eventos. Esse fato mostra a proximidade ideológica entre os dois movimentos políticos e contra quem eles estavam cerrando fileiras. Para essa direita nacional que emergiu a partir do segundo mandato do Presidente Lula (PT) por volta da virada do ano 2006 para o ano de 2007, depois, arregimentando pessoas a partir de 2013, mas, “tomando corpo” mesmo a partir de 2015, O Presidente Lula (PT), a Ex-Presidente Dilma Rousseff (PT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a esquerda nacional seria, sem exceção, corrupta. Os discursos eram, guardadas as devidas proporções, os seguintes: Lula (PT) é corrupto, o Partido dos Trabalhadores (PT) *idem*; e, por conseguinte, todos aqueles que os apoiam também são. Há, para esses discursos, um entendimento tácito de que uma coisa é perniciosa porque é uma sequência da anterior.

O uso eleitoral do discurso de combate à corrupção não é um acontecimento recente na história política da maior parte dos países ocidentais. O que talvez seja um fenômeno atual é a forma como nesse início de século XXI essa narrativa passou a ser utilizada simultaneamente por candidaturas que se consagraram vitoriosas em diferentes localidades. Bolsonaro no Brasil, Trump nos Estados Unidos, Obrador no México [...] **(Rodrigues, 2019, p. 1)**.

Voltando especificamente ao Brasil, “em literalmente todos os casos a classe média conservadora foi usada como massa de manobra para derrubar os governos de Vargas, Jango e agora Lula-Dilma e conferir o “apoio popular” e a consequente legitimidade para esses golpes sempre no interesse de meia dúzia de poderosos. A corrupção e sua vagueza conceitual é sempre o mote que galvaniza a solidariedade “emocional” das classes médias, que se imaginam moralmente superiores às outras classes, e confere respeitabilidade moral e política a esses assaltos à soberania popular” (Souza, 2015, p. 257 *apud* Rodrigues, 2019, p. 1).

O conceito de corrupção não se reduz apenas a seus aspectos econômicos, uma vez que deve ser analisado como um fenômeno político. Como fenômeno político, o conceito de corrupção tem uma natureza flexível e plástica, porque é um conceito normativamente dependente. (FILGUEIRAS, 2008). Por ser um conceito normativamente dependente, ele está relacionado à disputa sobre a interpretação das regras e princípios que estruturam a vida pública e, por consequência, apontam o que é e o que não é corrupção (Filgueiras, 2011, p. 15).

2.4 2013 a 2018: Manifestações de rua e a *Operação Lava Jato*

Em diversos momentos da nossa história política houve a mobilização de um discurso “anticorrupção” para – entre outras coisas – mitigar avanços em direitos sociais e solapar do poder antigos e novos desafetos. Talvez o exemplo recente mais significativo seja o da *Operação Lava Jato* e a sua emergência no cenário nacional a partir do início do ano de 2014.

A despeito de uma efusiva argumentação mais simpática à citada Operação, críticas e acusações também recaem sobre ela na mesma intensidade. Para além de uma operação de investigação, houve uma instrumentalização de estruturas de Estado para coagir, constranger e promover a ascensão política de pessoas que, aproveitando-se da notoriedade e da aceitação popular da Operação, puderam eleger-se e, de fato, ter poder político.

Como foi observado em anos posteriores, mais notadamente com a emergência da chamada “Operação vaza jato”, liderada por jornalistas do site *The Intercept Brasil*, em meados de 2019, e que expuseram conversas e estratégias de

acusação de procuradores federais e juízes durante a condução dos trabalhos da *Operação Lava Jato*, houve uma mobilização através de posições políticas e de Estado para direcionar andamentos investigativos dessa operação, e esses direcionamentos tinham um caráter de intervenção política, de intervenção nos rumos políticos do país e em uma dada percepção política e social por parte da *opinião pública*.

Nesse jogo de disputas políticas, também fomentada pela própria operação, a referida operação de investigação e alguns importantes veículos de mídia tradicional funcionaram de maneira alinhada, como parceiros que convergem os mesmos discursos e os mesmos interesses. Assim:

[...] a instrumentalização da Operação Lava Jato pela imprensa, controlada por poucas famílias alinhadas a setores do capital nacional, sujeita a própria operação a condenar, independentemente da presença ou não de provas, aqueles que escolhe como alvos. [...] Isso implica no fato de que um importante instrumento de combate à corrupção pode, ele mesmo, ser acusado de cometer corrupção. A corrupção é um problema sistêmico que precisa ser enfrentado, mas nem todo instrumento é válido para enfrenta-la, como o caso brasileiro demonstra **(Guerra, 2017, p. 169-172)**.

O trecho citado anteriormente, presente na obra *Poder e corrupção no capitalismo* **(Guerra, 2017)**, mostra como a *Operação Lava Jato* foi utilizada como um instrumento de interferência política voltada para desenvolver uma determinada mentalidade, e que ela também buscava os seus próprios interesses, e esses interesses, por vezes, escondiam intencionalidades escusas. Feita esta breve, porém necessária, digressão, voltemos para o início das atividades da operação de investigação.

Iniciando as suas atividades em março de 2014, a *Operação Lava Jato* foi construída em cima de uma ideia de moralização política e social e de limpeza (por isso a menção ao local onde automóveis são higienizados), argumentando que haveria um “mar de lama” (nos termos do jornalista Carlos Lacerda para referir-se ao governo do Então Presidente Getúlio Vargas, pouco antes do suicídio desse último em agosto de 1954) no cenário político e nacional, e que só um processo de limpeza ampla, geral e irrestrita seria capaz de *colocar o país nos trilhos do desenvolvimento*.

Catapultada ao “estrelato midiático” poucos meses após as grandes manifestações políticas que ocorreram no país com a pauta anticorrupção em meados de 2013, a *Operação Lava Jato* caiu nas graças da mídia e muitos dos seus personagens tornaram-se figuras ilustres do imaginário popular, e até frequentavam alguns programas de auditório, como foram os casos dos famigerados “Japonês da Federal”, do ex-juiz e atual senador da República, Sérgio Moro e do jurista e ex-deputado federal, Deltan Dallagnol.

É importante frisar que a pauta anticorrupção esteve presente desde o início das atividades de investigação da operação. Mais do que atuar investigando figuras significativas da política e do empresariado nacional, a operação também atuou, conscientemente ou não, para deslegitimar a política enquanto instrumento de sociabilidade legítima. É um *fato curioso* que o combate à corrupção seja sempre um trunfo para desencadear movimentos políticos, tenham eles um embasamento legal ou não. No caso da *Operação Lava Jato*:

A operação comporia sua imagem a partir da semelhança entre a limpeza dos automóveis (ou dos aviões, no caso) e a suposta limpeza da política por meio das operações político-judiciais. Essa metáfora foi o fundamento da conversão de Lava Jato em nome próprio e seria um componente nada desprezível da legitimidade que ela adquiriu. [...] a narrativa jornalística sobre a Lava Jato transformou em protagonistas da notícia procuradores e juiz que eram, eles mesmos, em muitos casos, a única fonte da matéria. Além disso, o conteúdo era vazado sempre segundo a conveniência acusatória dos procuradores e do próprio juiz, convertido, ele mesmo, em instância acusatória (Avelar, 2021, p. 228-265).

A perspicaz argumentação de Idelber Avelar, presente no livro *Eles em nós* (2021), nos mostra como a fatídica operação investigativa converteu-se em nome próprio, em símbolo pop, *cult*, em uma situação novelística em que toda semana algum fato novo e surpreendente viria acalantar a população cansada de experimentar as mazelas legadas por sucessivos casos de corrupção. Os envolvidos, os responsáveis pelos trâmites legais da operação, começaram a experienciar e gostar dos holofotes, tal qual o Narciso da mitologia grega, aquele que ama o seu próprio reflexo em um movimento autocontemplativo de regozijo e prazer.

Ainda que fosse nas entrelinhas, a *Operação Lava Jato* contribuiu para fortalecer um entendimento social de que a recorrente menção aos casos de

corrupção estaria de mãos dadas com o regime democrático, e que apenas líderes de “pulso firme” seriam capazes de dirimir esse mal, e é possível correlacionar tal discurso com o fortalecimento da imagem de Jair Bolsonaro como um candidato viável à Presidência da República na eleição de 2018.

Com a retórica de “pulso firme” contra a corrupção (em uma alusão à Ditadura militar de 1964 a 1985), vai sendo difundida na sociedade uma ideia de que a democracia seria benevolente com escândalos de corrupção, e que apenas práticas autoritárias seriam capazes de dar cabo desse mal. Argumento recorrente, mas não condizente. Sobre o exposto em linhas precedentes, é preciso fazer um adendo:

É uma tolice supor que a Lava Jato foi um instrumento do bolsonarismo, como se existisse bolsonarismo em 2014. Mas é visível que, em termos formais, retóricos, o bolsonarismo herda da Lava Jato uma concepção de antagonismo que só consegue formulá-lo como antinomia, ou seja, como polaridade na qual o único horizonte possível é a alimentação do outro. O jogo começava a ficar perigoso **(Avelar, 2021, p. 238)**.

É necessário compreendermos (como as citações anteriores nos explicam), que é incorreta qualquer associação tácita entre junho de 2013 – Lava Jato – bolsonarismo, como se esses fenômenos desembocassem um no outro de maneira autômata, inescapável. Fugindo das explicações simpáticas ao *establishment* petista que vigorava à época (e que deu as caras novamente com a terceira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022) e da hagiografia de Sergio Moro, explicar que aspectos “herdados” não devem ser encarados como desdobramentos inefáveis e inquestionáveis. A prudência acadêmica deve falar mais alto do que a paixão ideologicamente inebriante. Feita essa breve – porém necessária – digressão, voltemos ao argumento exposto dois parágrafos atrás. Assim:

Elogiável sob todos os aspectos, a luta contra a corrupção, elevada a um paroxismo irrefreável, como nos mostra nossa história política, sempre serviu de cobertura aos intentos conservadores, até porque de fácil compreensão pelo senso comum despolitizado, útil para arregimentar massas, encobrendo convenientemente outros objetivos. O golpe militar de 1964 também foi perpetrado sob o mesmo manto da anticorrupção. [...]O combate à corrupção, no Brasil e no mundo, é sob todos os títulos meritório, obrigação ética dos governos. Mas, a partir desse justo combate, utilizá-lo com fins de luta

política, de aniquilamento de adversários, muitas vezes atropelando normas do Direito, vai uma distância abissal (**Manfredini, 2015, p. 1**).

Este tópico do trabalho também abordará os acontecimentos políticos das manifestações de 2013, então, vamos a eles. Faço referência ao ano de 2013 como uma importante demarcação de um período histórico que nos ajuda a compreender o que ocorreu na conjuntura política nacional nos anos seguintes, culminando na destituição da Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff em 2016 e na eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Esses acontecimentos não podem ser entendidos na sua totalidade sem o contexto que emergiu a partir do décimo terceiro ano do século XXI. Afirmar tais pontos não implica dizer que a história foi ocorrendo de maneira a desenrolar-se como um novelo de lã, certamente que não. Sobre aquele período:

[...] A série de medidas jurídicas e judicializantes que se seguem a Junho devem ser entendidas muito mais como uma captura do espírito de Junho do que uma consequência dele. Nessa captura do aparato jurídico-estatal, que canaliza os anseios das ruas de Junho para as operações “anticorrupção” da Lava Jato, cumpre papel decisivo uma outra intervenção, anterior, do estado penal, a brutal criminalização de manifestantes de Junho, pouco tratada na bibliografia. [...] Esse caráter ao mesmo tempo único, no sentido de singular, e múltiplo, no sentido de não unívoco, é dimensão essencial dos protestos que se estenderam pelo Brasil a partir de 13 de junho de 2013. Reconhecer essa duplicidade passa a ser, então, um dos desafios para compreendê-la (**Avelar, 2021, p. 229-241**).

É um fato interessante que, até bem pouco tempo atrás, da ebulição de manifestações que tomaram conta do país no final do outono daquele ano, o país estava, de “certo modo”, vivendo uma estabilidade política em relação às manifestações de rua. De acordo com **Abreu (2016, p. 94)**, “[...] até o momento em que ocorreram as manifestações públicas de 2013, o que se observava no Brasil era um processo crescente de aceitação tanto das políticas de inclusão social, quanto das ações governamentais direcionadas ao reconhecimento dos direitos das minorias”.

Até aquele momento, o mandato da Ex-Presidente Dilma Rousseff (PT) mantinha bons níveis de aprovação popular, as suas propostas políticas eram levadas a cabo nas disputas com o Congresso Nacional, e o país estava, dentro do que se pode chamar de uma “normalidade”, andando, avançando e consolidando políticas

públicas postas em prática desde os dois mandatos do, à época, Ex-Presidente Lula (PT). Como o exercício de *futurologia* costuma punir quem dele tenta apropriar-se para fins políticos, o cenário político mudou drasticamente e rapidamente com as manifestações de 2013, e tal mudança teve um “papel formativo” para os jovens à época. Desse modo:

[...] As manifestações de junho de 2013 certamente tiveram um papel formativo para jovens que eram de direita ou passaram a se perceber como tal. Afinal, antes disso, os atos de rua organizados pela militância da nova direita em formação eram pequenos, dado que, desde a redemocratização, os movimentos de massa no Brasil costumavam ser liderados pela esquerda (Rocha, 2021, p. 146).

O que ficou marcado a partir daquelas manifestações pode ser entendido como a legitimação de discursos que negavam a política e a sua capacidade de “gerar consensos”. É como se o pacto social brasileiro estivesse em vias de esgarçar-se, quebrando-se em mil pedaços, cada qual representando uma demanda específica e uma crítica *idem*. Esse contexto propiciou condições favoráveis para o surgimento e o fortalecimento de retóricas antissistêmicas e que viam na figura da Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff e no Partido dos Trabalhadores (PT) os maiores responsáveis pela corrupção que estampava revistas e jornais, e que era retratada nos principais telejornais do país como uma chaga nacional de proporções inimagináveis, *sui generis*. Entretanto, é importante salientar que:

[..] tanto no debate acadêmico quanto na opinião pública, é comum entre os estudiosos a constatação de que o conceito de corrupção é particularmente polissêmico. [...] como tudo mais, corrupção, é, também, objeto de discurso (Xavier, 2017, p. 120-144).

Entre as principais demandas, a pauta anticorrupção deu o mote de muitas ações de quem estava nas ruas naquele outono/inverno de 2013. Nesse momento, corrupção e política passaram a ser encarados como sinônimos. Com a massificação da argumentação de que a corrupção estava ocorrendo “como nunca antes”, este

termo, e também o termo “política”, adquiriram sentidos semelhantes, como se ambos significassem a mesma coisa.

Junto a essas demandas, surgiram radicalismos que tentavam subverter a ordem política através de discursos e práticas belicosas. “Em relação ao radicalismo de direita, a tendência é excluir grupos que ameacem não apenas a ordem sociopolítica, mas principalmente a moral, os bons costumes e a tradição, valores bastante idealizados nesse espectro” (Dibai, 2018, p. 67). Assim, para concluir este tópico:

As manifestações de Junho de 2013 abriram a Caixa de Pandora do sentimento antissistêmico, que, por si só, tornou-se, se não um agente político, seguramente uma agência política de força incomum (Rocha, 2021, p. 194).

Assim, para concluir esta seção, vaticino que a associação imediata entre junho de 2013, *Operação Lava Jato* e bolsonarismo não é automática e não é isso que esta argumentação pretende provar. Antes, é preciso termos em mente que esses movimentos contemporâneos, embora ocorressem em um curto espaço de tempo, não são pais e filhos legítimos. Porém, penso que aqui cabe a famosa conjunção adversativa “mas”, e a usarei sem melindre.

Mas, é certo que não devemos encarar esses fenômenos como se eles fossem romances de lã desenrolando-se sem cuidado, a esmo. Embora seja possível afirmar que a emergência de um não é o “passo óbvio” seguinte, mas, que práticas e discursos foram partilhados e “reaproveitados” nesses três fenômenos. O bolsonarismo, enquanto fato, por volta de 2016 e 2017, “herdou” bandeiras que foram levantadas a partir dessas duas situações anteriores, como a pauta anticorrupção e a deslegitimação total da política.

2.5: 2018: A eleição do voto “contra tudo isso que está aí”

No contexto em que ocorreu a eleição de 2018 a classe política estava enfrentando um processo de desgaste e de perda de legitimidade social: o (à época) recente processo de *Impeachment* enfrentado pela Ex-Presidente Dilma Vana Rousseff em 2016 e a emergência da Operação Lava Jato em 2014, por exemplo, fizeram com que a palavra “corrupção” ficasse em voga como um conceito elástico que serve tanto para denunciar quanto para proteger, usado à exaustão, “ao gosto do cliente”, de acordo com o momento e o fato.

Nesse ínterim, a mobilização da pauta anticorrupção ganhou musculatura e esteve forte nas eleições municipais em 2016 e nas eleições estaduais e federais em 2018. Toda essa incessante mobilização fez com que os candidatos que se colocassem em favor dessa pauta fossem agraciados com mandatos ou, no mais das vezes, com a simpatia de parte do eleitorado ao qual direcionava seus discursos, no chamado “voto anticorrupção”.

Ao falarmos dessa eleição não poderíamos deixar de falar do voto, do argumento quantitativo que confirma quem ganha e quem perde uma eleição. O “voto contra a corrupção” não é novo, e é um momento marcante em todas as eleições no Brasil. Usar a palavra-chave “anticorrupção” é tão recorrente que, às vezes, parece um mantra utilizado sem muito critério, tanto pela vagueza conceitual, quanto pela mobilização moral que tal argumento suscita.

Isto posto, surge um questionamento: a partir de quais situações “recentes” a extrema-direita nacional outorgou para si a primazia do discurso de combate à corrupção? Talvez, alguns elementos possam auxiliar nesse movimento de compreensão. O primeiro deles dialoga com um sentimento de frustração gestado ao longo de quase uma década e meia (2003-2016), período em que o comando do Executivo nacional esteve nas mãos do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo vencido quatro eleições seguidas para a Presidência da República.

Nesse período, o maior partido que representava a direita nacional, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ficou com a segunda colocação em todas as eleições. Para além de uma postura combativa comum em quem está na oposição política, o que marca essa virada à extrema-direita é a sua agressividade contra todos aqueles definidos como “comunistas” (mesmo contra aqueles que nunca foram comunistas ou que já tenham até demonstrado ojeriza contra essa ideologia) e, principalmente, contra o Partido dos Trabalhadores (PT), definido e encarado como a

reencarnação do mal na Terra, como o maior responsável pelas mazelas históricas do país.

Por mais poderoso que seja, um único partido não é capaz de provocar todas as mudanças (e aqui não utilizo esse termo como uma espécie de sinônimo para “evolução”) em um país, principalmente em um país como o Brasil, que possui um sistema político complexo e peculiar, por assim dizer. Por isso que, partindo de um exercício lógico, não faria sentido arguir que um determinado partido político, seja ele qual for, seria capaz de comandar todas as estruturas políticas em um país que nunca viveu a experiência de ser comandado por um partido único.

Mobilizando o eleitorado a partir da imagem de “homem simples que fala o que pensa, mas é honesto”, Jair Bolsonaro logrou êxito na eleição de 2018, principalmente por ter mobilizado categorias como “ladrão” e “corrupto” para referir-se aos seus maiores adversários: os candidatos Fernando Haddad (PT) (chamado de “poste do Lula”) e Ciro Gomes (PDT), chamado de *coronelzinho agressivo e falastrão*. Como colocava-se como a alternativa legítima e “diferente dos ladrões do PT”, por estar em um partido que (à época) era pequeno, mas, fazia parte da fisiologia mais tradicional do Congresso Nacional, o então candidato Jair Bolsonaro explorou ao máximo sua imagem de suposto “homem de fora da política”, mesmo sendo Deputado Federal por quase trinta anos em 2018, já que o seu primeiro mandato como deputado federal teve início em 1991 e ele não perdeu nenhuma eleição para o Poder Legislativo desde então.

Assim como no exemplo de Fernando Collor de Mello, Jair Bolsonaro também era uma figura do *establishment* político, mas, que forçava uma posição e uma condição de alguém que era um indesejável a ele, alguém que iria “expor as sujeiras do sistema” porque não estaria vinculado ao que seria o *modus operandi* basilar: realizar acordos escusos para a sua perpetuação no poder. Porém, assim como o primeiro, o segundo também não conseguiu manter tal imagem por muito tempo depois que o seu mandato presidencial começou.

Todo o clima social de indignação, frustração, medo, apreensão e incerteza foi sedimentando um caminho para que a eleição de 2018 fosse uma das mais tensas, se não a mais tensa, até aquele momento da história política do país. Após um doloroso processo de *Impeachment* (independentemente de preferências e/ou rejeições pessoais, penso ser inegável afirmar que tal processo costuma abrir feridas que custam a cicatrizar na estrutura política de um país), o Brasil realizou eleições já

no ano de 2016, para cargos legislativos e executivos em nível municipal, e preparava o terreno para as eleições de 2018.

Deste modo, é possível depreender que a eleição de 2018 foi marcada por vários momentos de negação. Por exemplo: 1) a negativa em relação à classe política de um modo geral; 2) a negativa em relação aos sistemas de realização e fiscalização da eleição; 3) a negativa em relação aos candidatos opostos (quem votou em Fernando Haddad, votou porque não queria a vitória de Jair Bolsonaro, e o contrário também é verdadeiro); 4) a negativa em relação ao legítimo pertencimento social de outros grupos, daquelas pessoas “do lado de lá”, dos opositores, encarados como inimigos que não merecem existir e partilhar suas demandas.

Desta maneira, ratifico que o esforço presente na elaboração deste capítulo foi o de elencar elementos importantes da literatura sobre as mobilizações da pauta anticorrupção sem moralizar o debate ou focar em casos particulares, assim, deixando em aberto possibilidades de investigações futuras sobre tão amplos fenômenos. Assim, compreendemos que a mobilização da pauta anticorrupção por parte de um grupo pode minar o apoio aos seus opositores se ela for “bem usada” como recurso acusatório insistente e latente.

Especificamente no caso brasileiro, o que ocorreu desde o exemplo da União Democrática Nacional (UDN), passando para o período da ditadura militar e mais recentemente, com a *Operação Lava Jato* e o *bolsonarismo*, é que o argumento de um combate à corrupção é encampado por figuras mais à direita do espectro político brasileiro como forma de arregimentar apoio político e garantir legitimidade social, mas, mais do que isso: o que está em jogo não são apenas disputas discursivas em um combate pelo “título” de mais puritano, e o que ocorre a partir do suposto combate à corrupção é a assunção de outras pautas que estão escondidas sob tal prática, sob o louvável argumento do “combate à corrupção”.

A mobilização da pauta anticorrupção como prática discursiva funciona como um elemento que atua legitimando e chancelando práticas sociais de grupos que, ao passo em que identificam seus adversários como seres moralmente inferiores, também “serve” como elemento altamente acusatório do qual é difícil escapar. Mais do que uma mobilização supostamente moralizante do discurso político, a mobilização da pauta anticorrupção é recorrente porque funciona, porque consegue promover uma pretensa e suposta separação entre pessoas e grupos, e isso, tratando-se de disputas político-ideológicas, costuma funcionar muito bem.

CAPÍTULO 3 – O GRUPO BAHIA DIREITA E AS SUAS PRODUÇÕES DE SENTIDOS DE CORRUPÇÃO DURANTE E APÓS A ELEIÇÃO DE 2022

- Antes de tudo os olhos têm de se adaptar – É preciso que as nossas pupilas se alarguem imensamente, como as dos gatos, para que possamos enxergar o que queremos descobrir (Thomas Mann no livro “*A montanha mágica*”).

3.1 Apresentando o grupo Bahia Direita

Desde os mandatos de Jaques Wagner (PT), que duraram entre primeiro de janeiro de 2007 e trinta e um de dezembro de 2014, passando pelos mandatos de Rui Costa (PT), que duraram entre primeiro de janeiro de 2015 até trinta e um de dezembro de 2022, passando pelo – ainda em vigor – mandato de Jerônimo Rodrigues (PT), iniciado em primeiro de janeiro de 2023, o Partido dos Trabalhadores (PT) consolidou uma hegemonia no estado da Bahia, pelo menos ocupando a cadeira de governador de Estado, ainda que tal dominação não seja verificada nas eleições para a sua capital, Salvador, por exemplo.

Dessa maneira, as forças de uma *direita mais tradicional* (aqui compreendida pelos partidos PSDB e PMDB, atual MDB, por exemplo) e as *novíssimas direitas*, para usar a terminologia de Pablo Ornelas Rosa para classificar a reorganização à direita que já dura exatamente uma década no Brasil, puderam arregimentar uma oposição e, pela primeira vez em décadas, situar as suas pautas contra um partido de centro-esquerda que comandava o governo do Estado mediante vitórias legítimas nos pleitos que vem disputando desde outubro de 2006. Certamente, tal fato ensejou uma postura mais combativa em alguns grupos que se colocavam como oposição àqueles que estavam ocupando a cadeira de governador no Palácio de Ondina.

Agora, abordando a formação do grupo *Bahia Direita*, é possível afirmar que ele tem uma atuação no estado da Bahia desde meados de 2017. O grupo é majoritariamente formado por eleitores do Ex-Presidente Jair Bolsonaro (cujo mandato presidencial ocorreu entre primeiro de janeiro de 2019 e trinta e um de dezembro de 2022). O grupo é fortemente influenciado pela bibliografia do escritor Olavo de

Carvalho (1947-2022), as bandeiras do grupo convergem todos os elementos que constituem um *exímio exemplar de grupo bolsonarista*, podendo ser assim classificado através dos seguintes elementos: 1) uma defesa incondicional dos “valores tradicionais, religiosos e conservadores”; 2) a ampla defesa do armamento pessoal como direito sagrado e inalienável; 3) uma defesa do liberalismo; 4) uma culpabilização prévia de quaisquer que sejam as ações do Estado; de mercado em oposição ao Estado e a sua postura intervencionista na economia; 5) a defesa das forças de segurança pública e 6) uma ojeriza de intelectuais e pesquisadores, entre outros elementos constitutivos da sua cosmovisão.

Existem figuras de destaque no grupo, como o Deputado Estadual Diego Castro (PL) e o Deputado Federal Capitão Alden (PL), ambos eleitos para os seus respectivos cargos na eleição de outubro de 2022. Por mais que exista um movimento programático em torno de lideranças do partido, é inegável que as suas pautas orbitam o universo discursivo e representacional da figura de Jair Bolsonaro (que está impossibilitado legalmente de concorrer em eleições no momento da finalização deste trabalho após ter sido declarado inelegível em ação julgada no Tribunal Superior Eleitoral no ano de 2023).

É possível afirmar que a organização do grupo também sentiu o baque que o processo de inelegibilidade de Jair Bolsonaro em junho de 2023 causou em diversos grupos fundados a partir da sua *persona*. Com a atual impossibilidade legal de ter o Ex-Presidente Jair Bolsonaro concorrendo nas próximas eleições regulares (esperadas para os anos de 2024, 2026, 2028 e 2030), o seu senso de pertencimento ficou abalado, pois, a figura central para a qual todos os esforços eram demandados estava fora, pelo menos legalmente, das disputas por cargos eletivos.

No entanto, mesmo não contando com a efetiva participação de Jair Bolsonaro como um candidato legalmente habilitado para concorrer em eleições regulares nos próximos anos, o grupo não deixou de levar adiante o seu legado discursivo e prático, defendendo as mesmas pautas, com uma postura contrária aos mesmos temas e tentando arregimentar o maior número de pessoas que conseguir, mesmo sem a figura de Jair Bolsonaro como a *alma mater* “da coisa em si”.

Houve, ainda assim, um rearranjo da postura do grupo para manter coesa a sua unidade discursiva e para reafirmar reiteradas vezes que a impossibilidade de contar com o Ex-Presidente da República como seu candidato não colocaria em xeque a legitimidade de ação do próprio grupo e de outros que orbitam em torno da figura e

das palavras de Jair Bolsonaro. Isso, *per si*, significaria que eles estariam travando uma batalha contra o mal e que a postura adequada a se fazer seria levar a cabo as pautas e as posturas de outrora. A seguir veremos uma postagem na página oficial do grupo sobre um dos seus elementos políticos prediletos: a privatização dos serviços e dos órgãos públicos.

Postagem 1: Celebrando a venda da empresa Eletrobras no ano de 2022.



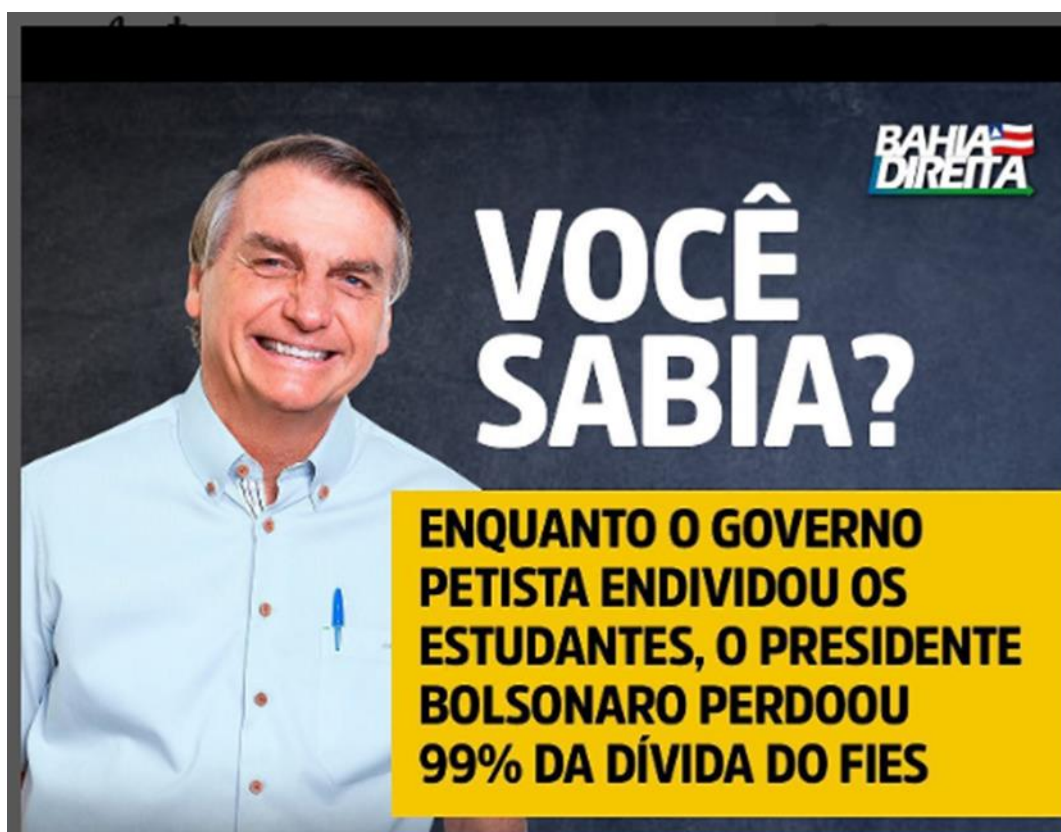
Fonte: Bahia Direita/Instagram, 2022.

De caráter efusivo, a publicação reforça um suposto papel negativo do Estado, enquanto enaltece o setor privado. A defesa da privatização de empresas e serviços em detrimento dos serviços públicos e das instituições públicas é uma das maiores bandeiras dos grupos de extrema-direita no país. A Eletrobras (assim como outras grandes empresas brasileiras, como os Correios e a Petrobras) é alvo do

interesse do setor privado há décadas e é vista por parcelas da população brasileira como uma empresa onerosa e pouco rentável, o que pode contrastar com o sempre presente interesse privado em adquiri-las.

Insistir em uma suposta ineficiência geral do Estado é sempre um traço argumentativo das experiências à direita no Brasil, e isso ocorreu com a mobilização política da União Democrática Nacional (UDN) durante as décadas de 1940 e 1960, com a eleição de 1989 e a ideia de “modernização do país” que viria com um amplo processo de privatização das empresas públicas, passando pela *Operação Lava Jato* e com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. O que todos esses exemplos têm em comum é a sua defesa do privatismo como ação que fortaleceria a economia nacional. A seguir, uma outra postagem do Bahia Direita no Instagram, mas, desta vez, sobre supostos incentivos e investimentos na educação superior pública, outro elemento que gerou muita discórdia e balbúrdia nos quatro anos do mandato de Jair Bolsonaro.

Postagem 2: Afirmação de um suposto apoio aos estudantes universitários mediante perdão de dívidas adquiridas durante financiamento estudantil pelo FIES.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

Desde o início do seu mandato, o Presidente Jair Bolsonaro enfrentou resistências de setores ligados à educação formal no país, tanto no âmbito público quanto no âmbito privado. Essa ojeriza residiu no fato de que, seguidamente, o governo federal durante o seu mandato (2019-2022) frequentemente diminuía investimentos nos Institutos Federais de Ensino Superior, nas Universidades Públicas Federais, na Educação Básica, bem como, classificava toda a sua estrutura e as suas atuações como “balbúrdia”.

Baseando suas ações nas premissas do escritor Olavo de Carvalho (1947-2022, ver capítulo 1 desta dissertação), o setor educacional durante o mandato de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República agia de modo a sufocar as atividades mínimas e basilares das universidades e dos institutos federais mediante estrangulamento financeiro. Assim, propor um aceno (ainda que supostamente forçado) às partes dessa categoria em um ano de eleição para o Executivo nacional pode ser entendido como uma aproximação “falsa”, “eleitoreira” e “irreal”.

Voltando a argumentação para a atuação do grupo, ele está presente nas plataformas de redes sociais *Facebook*, *Telegram*, *Twitter* e *Instagram*. Em junho de 2022 (período em que a aproximação com algumas lideranças do grupo foi tentada pela primeira vez) a sua página oficial no *Instagram* contava vinte e quatro (24) mil seguidores. Porém, em junho de 2023, a mesma página do grupo na plataforma *Instagram* contava cerca de vinte e sete (27) mil seguidores. Entre os temas defendidos pelo grupo, destacam-se os seguintes: a) defesa da família tradicional, conservadora e heteronormativa (composta e/ou chefiada por marido e mulher), b) defesa do armamento individual, c) a garantia da propriedade privada como direito inalienável, d) a criminalização do comunismo, e) a liberdade de expressão total e absoluta. Tais pautas são vistas como elementos formativos da personalidade dos membros e – em hipótese alguma – podem ser negociados ou abdicados.

Os temas não são constitutivos apenas de práticas políticas, são representações de um *dever ser* elevado à esfera política. Dentre esses pontos, o fortalecimento de um sentimento de comunhão grupal, em que as premissas e os dogmas devem ter validade universal, inclusive para aqueles que não partilham/professam a mesma fé, também é um ponto nodal, por exemplo. Há, assim, um conformar-se à estrutura para, desta maneira, formar uma espécie de “massa homogênea” indivisível. Esse processo compreende uma massificação dos indivíduos para que o que está sendo partilhado tenha validade geral e não seja descredibilizado.

Assim, as sociedades modernas massificam mais do que individualizam; difundem ideias homogêneas e gerais. As sociedades de massa produzem homogeneidade e exigências médias, em que há uma exigência coletiva baseada em qualidades médias. A massificação é uma propriedade dos grupos na modernidade. **(Ortega y Gasset, 2016).**

Esse ponto pode ser conjugado com o grupo e a sua defesa de um passado mítico e glorioso (exceto aquele passado povoado por seres políticos de “camisetas vermelhas” ou que ostentam bonés e camisetas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo). Parafraseando **Ortega y Gasset (2016)**, a massa pode desprezar o passado, mas, enaltecer o que ela pensa hoje sobre o passado ou – mais precisamente – um recorte bem alinhado desse passado.

Esse “homem-massa” cultiva a semelhança e rejeita a diversidade e a diferença. Ele frequentemente hostiliza o pensamento especializado. Outro ponto importante: ele equipara “opinião” e “conhecimento” como se ambos estivessem em um mesmo nível de importância e profundidade. Dessa maneira, as suas crenças são elevadas à categoria de verdade inquestionável, tendo embasamento ou não. Assim, a massificação do comportamento necessita de espaços comuns de entendimento e partilha de valores e visões de mundo.

Abordando espaços privilegiados de comunhão de valores, é possível evidenciar como exemplo as igrejas evangélicas como espaços privilegiados para uma sociabilidade inclusiva. Dentro de grupos bolsonaristas (e com o grupo aqui abordado não é diferente), esses espaços servem como segurança ontológica, como portos seguros aonde é possível atracar sem medo sempre que a necessidade for um imperativo contumaz. Assim:

A adesão a igrejas evangélicas pode vir a produzir, e com frequência produz, efeitos de ganho de respeitabilidade, abandono do álcool ou da violência doméstica, usufruto de redes de suporte para a reinserção no mercado de trabalho (no caso de ex-presos) e até menor probabilidade de vitimização em mãos da polícia **(Avelar, 2021, p. 307).**

Os elementos anteriormente citados fazem parte de um “pacote” que pode ser entendido como um conjunto ideológico coeso, no qual, grupos de direita de diferentes partes do país compartilham entre si. Esses elementos não constituem

palavras a esmo ou mera retórica, são, fundamentalmente, características definidoras do que é ser um membro desses grupos.

A coesão discursiva é outro ponto importante. “Falar a mesma língua”, promover as mesmas pautas e, não menos importante: combater os mesmos inimigos produz um sentimento de pertencimento e de legitimação das suas atitudes. Desse modo, dizer que a organização de grupos de extrema-direita produz “apenas” as suas “pautas de costumes” acaba sendo um reducionismo interpretativo da questão. As chamadas pautas morais e comportamentais certamente têm um lugar de destaque nas suas atuações públicas; porém, essa forma de organização não pode ser resumida apenas a este elemento. Por exemplo:

[...] A narrativa de um país em crise, de uma nação que perdeu sua essência, onde grande parte dos seus habitantes não mais se reconhecia no país dos seus pais e que queria, portanto, ter o “seu país” de volta, deixa de ser um discurso marginal de extremados não representativos da maioria da população e passa a se colocar como real opção política no centro (mainstream) da narrativa e dos debates políticos. (loris, 2019, p. 271).

Assim como visto em outros grupos de extrema-direita com projeção nacional ao longo dos últimos dez anos (por exemplo: MBL, Vem pra Rua, entre outros), o *Bahia Direita* reafirma seu compromisso através das pautas supostamente liberais, antiaborto, “pela família”, “pela pátria”, contra a esquerda (mais notadamente o Partido dos Trabalhadores). O Partido dos Trabalhadores (PT) é encarado como o principal nome da esquerda sul-americana e também como sinônimo de corrupção. Nessas construções argumentativas, “esquerda”, “corrupção” e “PT” são sinônimos, e dessa forma, o discurso anticorrupção passa invariavelmente pelo combate ao seu maior expoente: o Partido dos Trabalhadores.

Desse modo, compreender como corrupção é um conceito que acaba servido como uma espécie de guarda-chuva, no qual diferentes (e até contraditórias) produções de sentidos coabitam o mesmo espaço é tentar chegar perto da ideia de um discurso mobilizado para a ação. Classificar o outro como um *corrupto* em potencial é diferencia-lo de si, é atribuir a ele um estigma, uma classificação pejorativa. É, assim, enfatizar o olhar sobre o outro e desviar o olhar da cobrança sobre si mesmo.

Quando pessoas ou grupos colocam uma pecha e/ou um símbolo distintivo negativamente mobilizado sobre os outros aquilo está, entre outras coisas, estabelecendo uma diferenciação valorativa, moral, social e até política, afinal, acaba sendo mais fácil “combater” um “inimigo” quando todos os males do mundo estão inscritos no seu agir, no seu pensar e nas suas práticas discursivas. Na página seguinte teremos outra postagem do grupo na plataforma *Instagram* e a sua consequente contextualização.

Postagem 3: Celebrando a atuação da Polícia Rodoviária Federal após uma apreensão de drogas no ano de 2022.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

A característica da publicação exaltação a atuação das forças de segurança pública contra o tráfico de drogas. A exaltação e a proximidade com a

atuação das forças de segurança pública é um dos pontos mais significativos da extrema-direita no Brasil. Implicitamente e também explicitamente há a ojeriza em relação às substâncias psicoativas (aqui não se trata de um juízo de valor quanto a possíveis benefícios encontrados em certas substâncias e em certas dosagens, apenas de uma contextualização para a leitura deste trabalho).

O objeto da postagem são as duas toneladas de drogas apreendidas na operação. As primeiras associações estão presentes no trecho “cinco vagabundos foram presos”. Insistir no maniqueísmo “bandidos” x “mocinhos” é uma estratégia que coaduna com a demarcação situacional da extrema-direita. Sem esse processo de demarcação de “quem é quem” as suas práticas discursivas perdem apelo popular. É importante, para a extrema-direita, estabelecer essa linha divisória entre os “bons” e os “maus”, para, assim, trazer aquela antiga postura maniqueísta em que as noções de “cidadão de bem” e “vagabundo” são utilizadas para justificar muitas ações políticas, culturais e sociais.

Postagem 4: Publicação no dia seguinte à vitória de Gustavo Petro e Francia Márquez, respectivamente, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Colômbia, no dia vinte de junho de 2022.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

Essa publicação ocorreu logo após o segundo turno das eleições presidenciais na Colômbia em 19/06/2022 vencidas por Gustavo Petro e Francia Márquez para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. De caráter anticomunista, reforça a retórica antissistêmica do Presidente Jair Messias Bolsonaro e a sua luta anticomunista na América do Sul.

Este discurso reaviva a antiga disputa entre EUA e União Soviética por colocar o comunismo como um elemento central da disputa política no cone sul do planeta, independentemente se essa afirmação encontra respaldo empírico ou não. Neste contexto de reavivamento de grupos de extrema-direita, manter essa dualidade entre “nós” *versus* “os comunistas” é um dos traços mais significativos da atuação de pessoas e partidos desse espectro político.

3.2 Uma motociata soteropolitana

O dia dois de julho tem um simbolismo especial para os baianos. Esse dia marca a vitória de tropas brasileiras (mais precisamente, baianas) contra os portugueses e reafirma a sua efetiva libertação territorial, social e política. Esse movimento político, social e, por que não, cultural, só pôde ser concretizado com a participação da população local, atores fundamentais para a consolidação desse processo que sedimentou a independência política do Brasil no ano de 1823, após quase um ano do célebre grito às margens do rio Ipiranga, que ficou para a posteridade como o momento (formal) da Independência política do Brasil em relação à sua antiga pátria colonizadora, Portugal.

Através da participação de pessoas que não faziam parte das forças de segurança da época, religiosas, religiosos, pequenos comerciantes locais, enfim, pessoas que não eram afeitas e/ou não estavam acostumadas com enfrentamento bélico originário de conflitos dessa natureza, empunharam armas para defender sua territorialidade, sua cultura e, o mais importante: o seu país. Desde então, o dia dois de julho é reverenciado como um movimento popular que legou ao povo baiano uma autonomia política e uma possibilidade de futuro emancipador para as pessoas que residiam nessa terra. Evidentemente, tal data passou, ao longo do tempo, a ser reverenciada como um importante marco político do estado e também do país.

Essa data costuma ser utilizada por lideranças políticas como palanque eleitoral e plataforma de campanha (ainda que – em alguns casos - de maneira velada). Até aqui, nada de novo debaixo do sol. Afinal de contas, lideranças políticas adoram posar ao lado de movimentos sociais e/ou da população em geral em datas festivas e em comemorações cívicas, de movimentos emancipatórios da classe trabalhadora e/ou popular. Mais uma vez, e ciente da repetição da expressão: nada de novo debaixo do sol.

A celebração que ocorreu no dia dois de julho de 2022 conservou alguns elementos importantes, e é possível elencar os seguintes: a) a marca do centésimo nonagésimo nono (199) aniversário da Independência do Brasil na Bahia; b) uma celebração em ano eleitoral com disputas para os cargos executivos no país, e, não menos importante, c) a presença dos principais presidenciáveis em 2022: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Jair Bolsonaro, do PL.

Os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, respectivamente o primeiro e o segundo colocado nas pesquisas de intenção de votos na data em questão participaram de manifestações de rua e aglutinaram manifestantes das suas respectivas siglas (PT e PL). Como o objetivo dessa seção é explicitar e abordar a *motociata* do então Presidente Jair Bolsonaro e dos seus apoiadores, esse fato terá destaque nesta seção em detrimento da participação dos demais candidatos, a exemplo de Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT) que também estiveram na Bahia, mais precisamente em Salvador, na supracitada manifestação em comemoração ao dois de julho.

A concentração da *motociata* com os apoiadores e a presença do (à época) Presidente Jair Bolsonaro ocorreu em um dos principais cartões postais da capital baiana: o Farol da Barra. Com as tradicionais camisetas da seleção brasileira de futebol, com carros de som entoando o hino nacional brasileiro e centenas de motocicletas, carros, bicicletas e gente andando a pé, o evento reforçou a presença do então presidente na Bahia (um estado que deu vitória ao seu adversário, Fernando Haddad, do PT, na eleição presidencial em 2018¹⁶).

A presença do então Presidente não era um fato ao acaso, tampouco demonstrava uma simpatia daquele com o motivo da manifestação cívica em questão. O fato era meramente político e intencional: modificar a sua imagem como candidato à reeleição em um estado que não lhe deu votação expressiva na eleição presidencial de 2018, e que, aliás, optou pelo seu adversário direto naquela ocasião. Na Bahia, na eleição de 2018, o candidato que ficou em primeiro lugar na votação presidencial foi Fernando Haddad, do PT.

Essa mobilização fazia parte de uma estratégia de campanha do Ex-Presidente da República para conseguir mais votos em um estado que tradicionalmente vota em peso em candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) ou de outras siglas de esquerda e/ou centro-esquerda, como o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), o Psol (Partido Socialismo e Liberdade) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), por exemplo, ainda que esses mesmos partidos políticos penem para alcançar (e eventualmente não alcançaram nas últimas eleições

¹⁶ Vide os números da votação em 2º turno para Presidente da República em 28/10/2018: 72,69% 5.484.901 votos para Fernando Haddad (PT) e 27,31% 2.060.382 votos para Jair Messias Bolsonaro (PSL). Disponível em: < <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/bahia-2turno-presidente/> > Acesso em: 03 jul. 2022.

municipais em 2012, 2016 e 2020, apenas para ficar em exemplos recentes), a prefeitura da capital baiana. Não tentarei sequer entrar no mérito dessa questão, pois, certamente, há um sem número de trabalhos abordando a questão do sucesso de partidos de esquerda em eleições estaduais na Bahia e os seus respectivos fracassos quando disputam a chefia do Poder Executivo municipal de Salvador.

Por mais que haja uma constância vitoriosa do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação às disputas para o governo do estado da Bahia, principalmente desde a eleição de outubro de 2006, tal hegemonia não é verificada na capital do estado. Certamente, tal situação dicotômica pode (se é que já não “inspirou”) trabalhos acadêmicos acerca dessa questão política, social e, quiçá, cultural. Não é a intenção deste texto conjecturar o que possa significar tais questões. Feita esta breve digressão, podemos retornar ao ponto fulcral deste tópico: a movimentação popular do dia dois de julho de 2022 na cidade de Salvador.

Para uma liderança política, qualquer que seja, participar de um dos atos mais significativos para os baianos – como é a celebração do dois de julho – funciona como uma legitimação da tradição e ainda contribui para criar uma aproximação entre ela e o eleitorado mais amplo. Ao menos em tese essa é a expectativa. É verdade que pode haver uma dissonância entre expectativa e realidade, mas, os candidatos políticos veem essas formas legítimas de manifestação popular como oportunidades de alavancar ou manter candidaturas, e, em tese, não há nada de errado com isso. Afinal, o “jogo político” ocorre dessa maneira: o candidato busca apoio popular mediante contato com eleitores para, dessa maneira, sedimentar o seu próprio espaço de poder político.

Voltando a argumentação para a presença de bolsonaristas nas celebrações do dia dois de julho em Salvador, e através de uma *descrição densa* à lá Clifford Geertz no seu célebre livro *A interpretação das culturas* (2008), é possível pormenorizar os fatos ocorridos naquele dia. A estética observada nessa manifestação específica manteve alguns elementos simbólicos observados desde as grandes manifestações de 2015 – por ocasião da pressão pela deposição da então presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016) - e são eles: 1) carros de som entoando em *looping* o hino nacional; 2) cartazes e faixas ufanistas defendendo a ditadura militar (1964-1985) e pedindo uma “intervenção militar constitucional” na chefia do Poder Executivo federal; 3) a utilização da camiseta da seleção brasileira de futebol como elemento de reafirmação da identidade e do patriotismo; 4) gritos de guerra criticando

os partidos de esquerda (mais notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT); 5) uma crítica e uma proposição de criminalização do comunismo; 6) cartazes com os dizeres “em defesa da família” (desde que ela seja composta por homem, mulher e filhos, nada de famílias monoparentais, famílias chefiadas por mulheres ou com pessoas do mesmo sexo), por exemplo. O conceito de “família” para o bolsonarismo é bem circunscrito e só abarca a presença do homem (como chefe supremo da sua família e o provedor de todos os membros), da esposa e dos filhos, todos perfeitamente alinhados aos desígnios do pai, evidentemente). Se a composição familiar não comportar esses elementos ela será descredibilizada por aquelas pessoas.

Todos esses elementos compõem um mosaico deveras conhecido – não apenas por pesquisadores e pesquisadoras do tema – mas, também, por pessoas que, por motivos alheios ao interesse desta pesquisa, não podem debruçar-se com afinco sobre as questões que povoam o universo simbólico da extrema-direita brasileira neste contexto específico. Ademais, há uma confluência simbólica em membros de um determinado grupo social, qualquer que seja ele, ou qualquer que sejam os seus interesses. Grupos buscam “homogeneizar” os seus elementos, até em um sentido expressivo-linguístico, para que todos (ou boa parte deles) “falem a mesma língua”. Tal afirmação (talvez, seja até genérica) e pode ser entendida como um “fato dado” (correndo o risco de incorrer em uma redundância) para Sociólogos e demais Cientistas Sociais. Fato.

A seguir, nas páginas seguintes, a partir de um *mapa de associação de ideias* (Spink; Lima, 2004), abordarei dois discursos proferidos no dia dois de julho de 2022, para, desta maneira, analisar os sentidos que as pessoas atribuíram à corrupção naquele momento específico. Por questões de segurança, e pela impossibilidade de registrar os discursos, eles não foram registrados em áudio, vídeo e imagem. Porém, tais discursos foram registrados em um bloco de notas durante a manifestação. Portanto, as palavras não foram perdidas e puderam ser analisadas.

Antes de apresentar os dois mapas de associação de ideias convém destacar, tal qual uma *descrição densa* (Geertz, 2008), como esse momento ocorreu. Como citado na parte introdutória deste trabalho, ainda nas suas primeiras páginas, entre as etapas metodológicas abordadas estavam presentes as entrevistas semiestruturadas com participantes do grupo Bahia Direita. Com o fito de pormenorizar ainda mais as etapas e deixar mais claro para quem vier a ler este trabalho, convém salientar algumas questões. Desde o início desta investigação, o

elemento “entrevista” sempre esteve presente como uma etapa a ser realizada, se fosse possível, evidentemente.

Assim que esta dissertação começou a ser escrita houve, em paralelo, tentativas de acessar algumas lideranças do grupo, através do *direct* do *Instagram* oficial do grupo. Nessas investidas, apenas uma liderança do grupo, que se apresentava como um dos seus vice-presidentes, conversou comigo por algumas ocasiões através do *direct*. Nessas ocasiões, ponderei sobre a necessidade de expor a minha *identidade secreta* (de Sociólogo), ao passo em que expus a intenção dos meus contatos e da minha aproximação e quais eram os meus objetivos com as entrevistas.

Quanto mais perto nos aproximávamos do dia sete de setembro de 2022, do momento mais tenso do período eleitoral, pude ver que as mensagens ficavam sem resposta e que havia um movimento (deliberado ou não) de recusa, de não-aceitação em participar de quaisquer atividades sugeridas por mim. Ao passo que, considerando o pouco tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa, somado às possibilidades disponíveis, o que foi posto para o desenvolvimento da pesquisa foi analisar postagens do grupo que, de algum modo, trouxessem elementos discursivos importantes do seu conjunto de crenças e, se possível, realizar, ao menos, duas entrevistas semiestruturadas com participantes que estivessem presentes nas comemorações/manifestações/*motociatas* do dia dois de julho de 2022, e, felizmente, foi assim que aconteceu.

No dia dois de julho de 2022, durante a *motociata* de apoiadores do então Presidente Jair Bolsonaro, realizei duas entrevistas semiestruturadas com participantes do evento e que eram membros do grupo supramencionado. As suas identidades foram preservadas e o conteúdo do registro está disponível em dois mapas de associação de ideias, meticulosamente elaborados e destacados, como é possível ver a partir da página seguinte, cada qual com as falas dos participantes e com as suas respectivas análises.

A seguir, apresentarei um mapa de associação de ideias para ilustrar os sentidos atribuídos à corrupção no evento em questão. O *mapa de associação de ideias* desenvolvido nesta pesquisa, e que é inspirado no referencial teórico de **Spink; Lima (2013)**, consiste, basicamente, na exemplificação que pode ser visualizada na tabela a seguir. Através dos tópicos “Objeto”, “Primeiras Associações”, “Explicação das Associações” e “Qualificadores da Ação”, analisei os discursos de dois

manifestantes que estavam presentes na manifestação do dia dois de julho de 2022 em Salvador, Bahia.

Esses discursos foram obtidos através de observações participantes *in loco*. Tendo em vista a impossibilidade de realização de entrevistas semiestruturadas e da gravação em áudio e imagem das pessoas que foram entrevistadas, as falas estão registradas “apenas” no mapa de associação de ideias.

Como entrevistas semiestruturadas, não houve qualquer direcionamento para que as pessoas respondessem “dessa ou daquela maneira”, e as perguntas, como a utilização da expressão “entrevistas semiestruturadas” indica, deixam em aberto para que o participante elabore por si mesmo a estruturação das suas práticas discursivas, fazendo, assim, com que haja uma fluidez argumentativa e, por conseguinte, uma diminuição na rigidez do processo dialógico de entrevista e resposta, fato rotineiro em escolhas metodológicas que utilizam do elemento “entrevista” para compor o seu mapa argumentativo. Desta forma, assim, seguem alguns dos trechos analisados e as suas respectivas contextualizações a partir dos elementos “Objeto”, “Primeiras Associações”, “Explicação das Associações” e “Qualificadores da Ação”.

Mapa de associação de ideias do participante 1

Participante 1			
O objeto	As primeiras associações	As explicações das associações	Os qualificadores da ação
“A saída do Lula da prisão”.	“Ele saiu porque o TSE e o STF quis (sic)”.	“Ele (Lula) saiu da prisão pra roubar a presidência do nosso capitão porque nosso capitão não rouba”.	“Ai, meu Deus, o que vai ser do Brasil? Com um ladrão na presidência isso aqui vai virar Venezuela (sic)”.

Fonte: O autor, 2022.

A partir dos trechos destacados no mapa do Participante 1 é possível elencarmos os seguintes elementos do seu discurso: no item “**Objeto**”, que é a situação e/ou o fenômeno descrito como “corrupto” pelo participante, vimos que, para ele, a saída do então candidato e atual Presidente da República é a definição de uma “situação corrupta”. Não quero entrar em pormenores jurídicos acerca do fato em si (a soltura do então candidato), quero, apenas destacar que ela cumpre todos os requisitos legais, caso contrário, possivelmente não teria ocorrido como transcorreu.

No segundo item, intitulado “**As primeiras associações**”, há uma explicação da pessoa para as primeiras associações mentais que ela fez para correlacionar o objeto com a corrupção. Para o Participante 1, o Presidente Lula só teve a sua liberdade política confirmada e assegurada por causa da suposta atuação direta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), atuação essa que, para esse participante, seria corrupta e feita para “favorecer os amigos”.

No item “**As explicações das associações**”, em que a pessoa explica os porquês das suas associações mentais anteriores, o Participante 1 diz que a soltura do então candidato Lula só ocorreu com um único intento: “roubar a presidência do capitão porque o capitão não rouba”. Por mais que seja difícil correlacionar a soltura de uma pessoa com a suposta ausência de corrupção de uma outra, essa foi a explicação.

Para concluir o mapa do Participante 1, no último quesito, intitulado “**Os qualificadores da ação**”, a pessoa demonstra a tonalidade afetiva da sua associação mental. É quando a pessoa mostra o seu envolvimento afetivo para classificar o objeto da maneira que ela classificou. Nesse item, esse participante relata uma preocupação com a vitória do candidato Lula, pois, para o participante, isso acarretaria em uma “Venezuelização do Brasil”, fato rotineiro das classificações mentais de figuras do bolsonarismo. Para eles, o país vizinho seria corrupto por ser de esquerda, e se o Brasil “voltar a ser de esquerda” implicaria em uma acentuação do problema da corrupção em terras brasileiras.

Mapa de associação de ideias do Participante 2

Participante 2			
O objeto	As primeiras associações	As explicações das associações	Os qualificadores da ação
“Esse negócio de corrupção é coisa da esquerda. A esquerda é que é corrupta”.	“A esquerda faz corrupção pra ajudar os amigos e ficar no poder”.	“O PT roubou mais do que todo mundo. Isso eles não diz (sic). Vê lá se em Cuba alguém pode criticar o governo? Pode nada. A ditadura não deixa”.	“A corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda. Porra, eu não sou de esquerda, eu não sou ladrão. Eu sou honesto. Tem gente honesta na esquerda? Rapaz, até tem, mas, a direita é que é honesta. Basta ver se os países mais ricos são de direita ou de esquerda. São todos de direita”.

Fonte: O autor, 2022.

No mapa de associação de ideias do Participante 2, no item “**Objeto**”, a esquerda foi definida como sinônimo de corrupção. Para grupos bolsonaristas, e nessa fala há uma confluência desse argumento, a esquerda seria um conjunto ideológico conivente e corrupto. De acordo com esse participante, a esquerda promoveria situações corruptas, não apenas em um nível de corrupção econômica, mas, em um nível de corrupção moral.

No item “**As primeiras associações**”, o participante explana que as suas primeiras associações mentais entre o objeto definido como corrupto e a corrupção fazem jus a uma convivência de pessoas de esquerda com a corrupção. Mas, mais do que isso: ele afirma que a esquerda promove corrupção com o intento de permanecer no poder político e favorecer os aliados.

Já no item “**As explicações das associações**”, o Participante 2 faz referência ao período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve na chefia do

Poder Executivo brasileiro entre janeiro de 2003 e abril de 2016, como um período em que supostamente a corrupção não encontrava limites e que não teria sido admitida pelo referido partido e pelos seus asseclas. Há, também, uma referência a Cuba, argumentando que as manifestações contrárias ao regime na ilha seriam impedidas pela “ação da ditadura” que comanda a ilha há cerca de sessenta anos.

Para concluir a contextualização do mapa de associação de ideias do Participante 2, no item “**Os qualificadores da ação**”, o participante fala que “a corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda”. Essa frase emblemática, por assim dizer, dá título a este trabalho pelo seu simbolismo para o bolsonarismo. Para esse movimento político-ideológico, “corrupção” é um conceito que só pode ser utilizado para classificar práticas e/ou pessoas de esquerda. É possível identificarmos um desengajamento moral nessa fala.

Quando o participante diz “a corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda” está fazendo uma demarcação moral em que, para ele, as pessoas e os movimentos de direita teriam uma legitimidade moral por “não serem corruptos”. É *interessante* observarmos esse movimento que associa “corrupção” e “esquerda” como se fossem gêmeos univitelinos. Após essa contextualização das falas de dois participantes retomaremos a digressão sobre a concentração da manifestação do dia dois de julho de 2022 na capital baiana.

A concentração e a manifestação do ato no dia dois de julho de 2022 duraram algumas horas, mas foi suficiente para chamar a atenção para as suas pautas, principalmente por ter contado com a presença do então Presidente Jair Bolsonaro. Especificamente sobre o ato que ocorreu na capital baiana, a sua concentração partiu do Farol da Barra passando pela avenida oceânica para áreas “mais nobres” da cidade, como Ondina e Rio Vermelho, por exemplo. A escolha do trajeto e do lugar não foram ao acaso: o importante ponto turístico (Farol da Barra) é internacionalmente conhecido por ser parte do trajeto do carnaval e por ser um ponto estratégico para o registro de imagens de eventos com grandes públicos. Assim, qualquer aglomeração que conte com esse cenário ao fundo vai despertar curiosidade e interesse em outras partes do país.

A seguir, é possível vermos mais uma publicação presente na página oficial do *Instagram* do Bahia Direita divulgando a *motociata* do dia dois de julho de 2022 e convidando os seus membros e demais apoiadores do então Presidente Jair Bolsonaro para cerrarem fileiras e demonstrarem seu apoio naquela referida ocasião.

Postagem 5: Flyer de divulgação sobre a *motociata* do dia dois de julho de 2022 em Salvador, Bahia.



Fonte: Bahia Direita/Instagram, 2022.

A publicação acima é um *flyer* (“panfleto”, em tradução livre do inglês para o português) de divulgação da *motociata* no dia dois de julho de 2022. O objetivo era mobilizar o eleitorado de Jair Bolsonaro mediante a ênfase que a sua presença traria para a manifestação. Esse *flyer* foi divulgado por seus membros no *Instagram*, mas, também no *Whatsapp*, no *Facebook* e no *Telegram*. A seguir, mais uma publicação do grupo. Desta vez, a publicação foi uma foto de Jair Bolsonaro após a sua chegada à manifestação, rodeado de seguranças a pé, apoiadores, curiosos e pessoas de veículos de imprensa, como pode ser confirmado a seguir.

Postagem 6: Imagem do então Presidente Jair Bolsonaro chegando para a *motociata* em Salvador, Bahia, mais precisamente, na Avenida Oceânica.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

A participação do então Presidente ocorreu em função da celebração do dia dois de julho (data de independência da Bahia em 02/07/1823), e para um encontro com apoiadores. Nesse dia também aconteceu uma das tradicionais *motociatas* organizadas por apoiadores do presidente. Durante a sua chegada, houve um princípio de tumulto devido a quantidade de pessoas que queriam chegar perto e foram repelidas pela sua equipe de segurança. Para os seus apoiadores, qualquer evento político que conte com a presença de Jair Bolsonaro é um evento importante e merece ser celebrado. Essa quase devoção à sua figura está no cerne do *bolsonarismo* que, conforme vimos no capítulo um deste trabalho, pode ser entendido como um sistema de crenças ajustado para atender aos desígnios do seu líder.

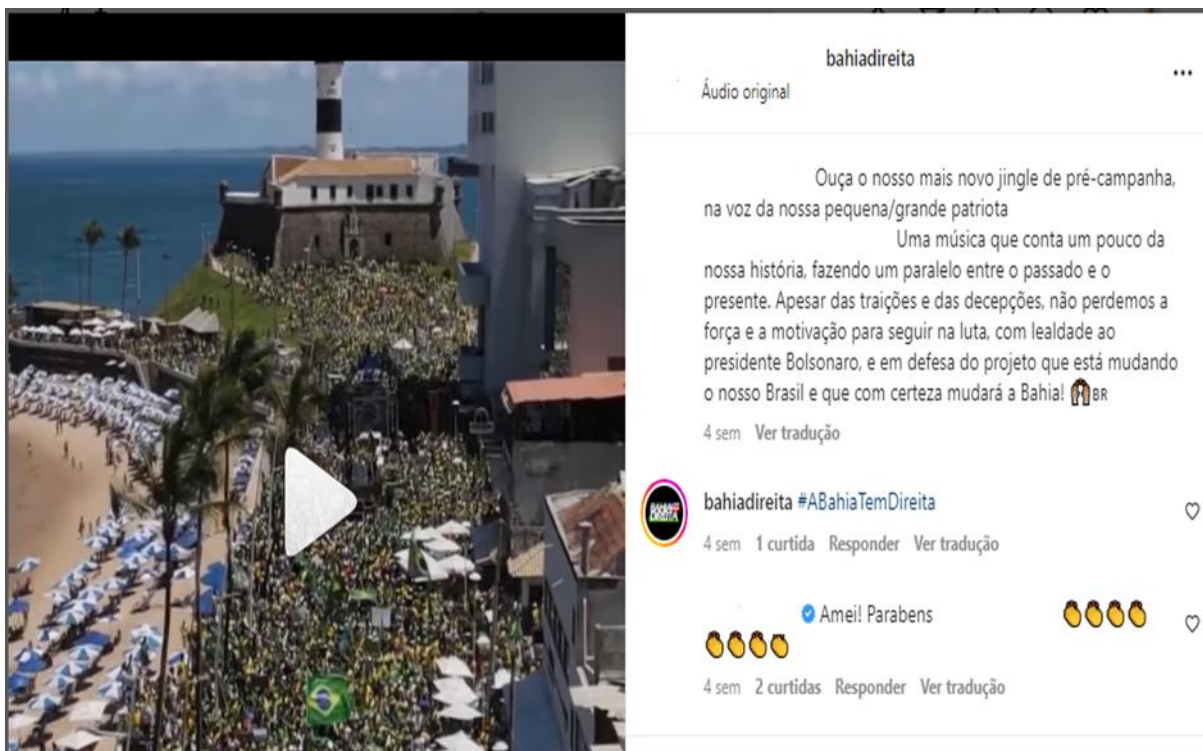
Postagem 7: Registro da chegada do então Presidente à concentração para o evento.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

A postagem acima celebrou a presença do Ex-Presidente Jair Bolsonaro em Salvador no dia dois de julho de 2022. Este registro foi divulgado na página oficial do grupo *Bahia Direita* no *Instagram*. Ao lado de Jair Bolsonaro é possível ver o então candidato do Partido Liberal (PL) ao governo da Bahia, João Roma. Apenas para pontuar: o então candidato do Partido Liberal (PL) ao governo da Bahia obteve no primeiro turno da eleição 738.311 mil votos, ficando, assim, em terceiro lugar na disputa geral para o cargo de Governador da Bahia. Apesar de ter recebido uma votação expressiva, em parte pela sua proximidade com Jair Bolsonaro, o então candidato João Roma não conseguiu votos que o garantissem na disputa para o segundo turno das eleições para o cargo de Governador da Bahia em 2022. Abaixo, como podemos observar, mais uma postagem do *Bahia Direita* sobre a *motociata* do dia dois de julho de 2022.

Postagem 8: Drone sobrevoando a manifestação perto do Farol da Barra.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

Acima, mais uma postagem no *Instagram* do grupo também no dia dois de julho de 2022. Este registro feito por drone sobrevoando a manifestação ocorreu por volta do meio-dia, momento em que a concentração atingiu o maior número de manifestantes até aquele momento. Não é possível precisar a quantidade de pessoas que estavam na manifestação no exato momento do registro porque não houve divulgação oficial dos números por parte da Polícia Militar ou do próprio Bahia Direita.

Porém, é possível inferir que algumas centenas, talvez milhares, de pessoas estavam reunidas no feriado para ver Jair Bolsonaro e fortalecer o sentimento de pertencimento grupal que manifestações dessa natureza provocam em seus participantes. Mais do que evidenciar para a opinião pública e os demais candidatos e militantes da oposição a suposta força do seu movimento, tal fato serviu para juntar forças pouco tempo antes da eleição, mais precisamente, a poucas semanas da sua realização ainda no primeiro turno.

Postagem 9: “Comparação” entre os candidatos Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL). A postagem abaixo foi publicada na página do grupo em agosto de 2022.

The graphic in the post is titled "NUNCA FOI TÃO FÁCIL ESCOLHER UM LADO" (It has never been so easy to choose a side). It compares Lula (left) and Bolsonaro (right) on seven issues:

Issue	Lula (LALAU)	Bolsonaro (BOLSONARO)
IDEOLOGIA DE GÊNERO	A FAVOR	CONTRA
IMPREENSA LIVRE	CONTRA	A FAVOR
LIVRE MERCADO	CONTRA	A FAVOR
PORTE DE ARMA	CONTRA	A FAVOR
BANDIDOS E DROGAS	A FAVOR	CONTRA
DEUS E FAMÍLIA	CONTRA	A FAVOR
ABORTO	A FAVOR	CONTRA

The post is from the user 'bahiaDireita' in the group 'Bahia'. The main text asks: "DE QUAL LADO VOCÊ ESTÁ?". Comments include:

- "Lula tá numa cara de drogado nessa publicação 😂 ou de tarado"
- "#fechafocombolsonarobr"
- "Hola tenemos servicios que te pueden llegar a interesar. En @somos_cluster te impulsamos y ayudamos a crecer en redes sociales síguenos 🚀🔥"

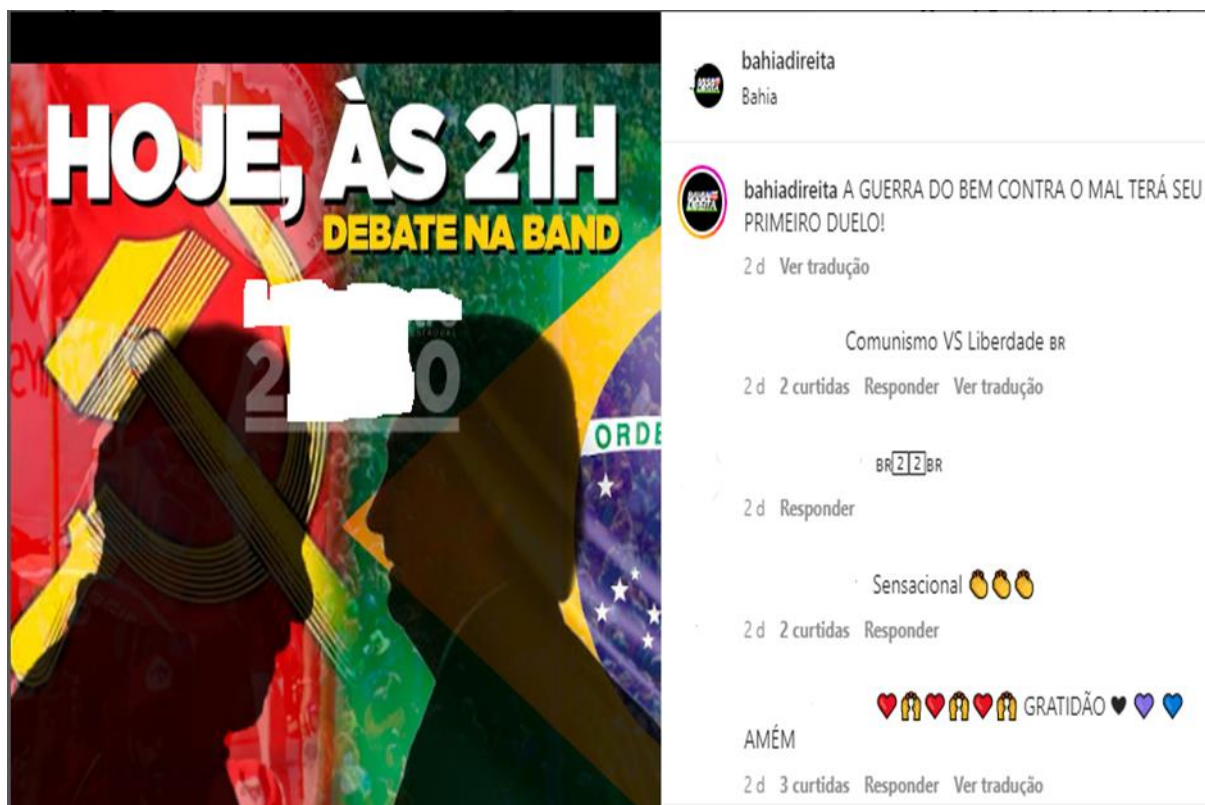
Fonte: Bahia Direita/Instagram, 2022.

Característica da publicação: promover um reducionismo e uma equivalência a partir de temas-chave, de assuntos que expressem visões de mundo e caracterizem o oponente como um ser que não comunga dos mesmos ideais, e, para além disso, classificá-lo como ser que faz o que eu não faço. Essa é uma “abordagem interessante” pois, ao atribuir ao adversário práticas que o grupo diz não fazer, sutilmente, ele atribui às suas próprias práticas um caráter ilegítimo e idôneo.

A postagem, com a pergunta “de qual lado você está?”, induz os seguidores à uma forçosa reflexão, afinal, eles precisam reafirmar constantemente quais pontos defendem (e por conseguinte são “bons”) e quais pontos a oposição (representada pelo PT e pelo então candidato Lula) representa. O caráter maniqueísta da pergunta propositiva que induz às respostas que significam separar quem defende “boas

práticas” (portanto, é um cidadão de bem), e quem não as defende (identificado, dessa forma, como um não cidadão de bem) está presente em diversas ocasiões nessas disputas discursivas.

Postagem 10: Chamamento para o debate presidencial ocorrido na emissora de televisão Bandeirantes, em agosto de 2022.



Fonte: *Bahia Direita/Instagram* (2022).

Característica da publicação: publicação feita por ocasião do primeiro debate entre os candidatos à presidência da República na Rede Bandeirantes de Televisão, no dia 28/08/2022. Caracteriza o evento como uma batalha entre “o bem e o mal”, sendo o “mal” representado pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Essa abordagem mobiliza a militância, além de manter ativa a dicotomia que marca os grupos de extrema-direita atualmente no Brasil, em uma suposta oposição moral aos grupos de esquerda.

3.3 Denúncias de corrupção no governo Bolsonaro

Uma das frases mais utilizadas pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores durante a campanha presidencial em 2018 foi: “me chama de corrupto, porra!” (em uma clara alusão ao fato de que – segundo eles – a oposição ao então candidato o classificava como homofóbico, racista, machista e xenófobo porque não conseguia atribuir à sua imagem a alcunha de corrupto). Contudo, como fatos ao longo dos anos seguintes (e mesmo antes do então congressista alçar candidatura ao Palácio do Planalto) mostraram, essa afirmação perdeu força e – até – pode ser encarada de maneira jocosa.

Mesmo durante a campanha de 2022 e alguns escândalos supostamente envolvendo a família Bolsonaro, como as suspeitas de “rachadinha” no gabinete do então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, que, à época, estava sob a gestão e os cuidados do amigo pessoal do seu pai, o ex-policial militar Fabrício Queiroz, as suspeitas envolvendo as compras de imóveis com dinheiro vivo durante toda a trajetória política de Jair Bolsonaro e alguns de seus filhos; um suposto envolvimento direto na Polícia Federal com o intuito de barrar investigações contra o hoje senador Flávio Bolsonaro, apenas para ficar em alguns poucos exemplos que foram amplamente divulgados pela mídia tradicional do país, a campanha de Jair Bolsonaro à reeleição em 2022 foi calcada em atacar desafetos classificando-os como “corruptos”.

A insistência em classificar apenas os adversários como *corruptos* é uma estratégia política que, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, remonta à algumas experiências políticas do passado, mais notadamente, aquelas à direita do espectro político como forma de fidelizar apoio político-eleitoral e manter uma blindagem moral em relação às suas pautas, demandas e ações. A seguir, podemos ver uma postagem que exemplifica bem essa estratégia no caso do bolsonarismo e em especial com a figura de Jair Bolsonaro.

Postagem 11: Enaltecendo uma suposta idoneidade de Jair Bolsonaro logo após o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que culminou com a sentença que o proíbe de disputar eleições regulares no Brasil até o ano de 2030.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2023.

No pleito de 2022, tanto a campanha do Ex-presidente quanto o seu eleitorado insistiam em classificá-lo como incorruptível, como um *outsider* (que, por mais paradoxal que seja, esteve totalmente *inside* de disputas eleitorais durante cerca de trinta anos) do sistema político-eleitoral, como alguém rejeitado pelo “sistema”, como alguém que não era bem-quisto por ter-se recusado a entrar em jogos ilícitos de disputa pelo poder. Por mais que essa construção argumentativa seja legítima e lícita dentro das disputas pelo poder, ela não encontrava ressonância se comparada aos eventos que ilustraram o mandato de Jair Bolsonaro. Avancemos um pouco.

De maneira geral, há um consenso (no ambiente acadêmico e também no saber de senso comum) de que gerir um governo certamente é uma tarefa difícil e que demanda dedicação, fiscalização e mecanismos de controle para que certas práticas

ilícitas não aconteçam. Independentemente do governo ou do contexto em questão. Isto posto, tal premissa não precisa (neste momento) de um exame mais detido.

Um dos ministérios mais cobiçados em acordos políticos entre todos aqueles que compõem a estrutura ministerial do Brasil é o Ministério da Educação (MEC). Durante a campanha presidencial de 2018 (e bem antes desse período), a extrema-direita *bolsonarista* teve uma relação ambígua com esse órgão: ao mesmo tempo em que atribuía o insucesso do sistema de ensino do país às sucessivas gestões de governos petistas (entre janeiro de 2003 e abril de 2016, quando houve o primeiro afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República através de um processo de *Impeachment* que causa discórdia e desavenças até hoje) e a um modelo supostamente baseado na perspectiva do escritor pernambucano Paulo Freire (1921-1997), ela também não deixou de desejar o comando dessa pasta para – segundo ela – *ajustar os erros do passado*. É nesse emaranhado de ideias e desejos que o governo de Jair Bolsonaro assume e aborda a questão do ensino formal no país no início do ano de 2019. No entanto, as sucessivas trocas de Ministros da Educação durante o governo de Jair Bolsonaro é uma marca confusa daquela gestão.

Com a saída de Milton Ribeiro do comando do MEC (Ministério da Educação) em março de 2022, a pasta contava – até aquele momento – com quatro nomes (se contarmos com o de Carlos Alberto Decotelli, que sequer chegou a assumir a pasta após denúncias de *inconsistências* em seu currículo acadêmico), apenas durante o mandato de Jair Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e março de 2022. Segundo **Moreira (2022, p. 1)**, “com a saída de Ribeiro, o governo Bolsonaro soma 28 trocas em ministérios. Somente na pasta da Educação, passaram nomes como o de Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Antonio Paulo Vogel (interino) e o de Carlos Decotelli, que foi anunciado, mas não chegou a empossar.”

O primeiro ministro da Educação do governo Bolsonaro foi Ricardo Vélez Rodríguez, que ficou apenas quatro meses no cargo, já iniciou a ordem de chefes da pasta com decisões polêmicas. Entre elas, Vélez pediu revisões em livros didáticos sobre a Ditadura Militar no Brasil, em que propunha trocar a forma como o período é ensinado nas escolas. Além disso, também determinou que as instituições filmassem as crianças cantando o hino nacional e que um pedido de cumprimento voluntário fosse lido no primeiro dia letivo daquele ano, com o slogan usado por Bolsonaro durante a campanha eleitoral: "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos". Ele, no entanto, desistiu da ideia da filmagem das crianças por "questões técnicas e de segurança". Outra fala bastante comentada do ex-ministro é de quando ele disse que o brasileiro parece um "canibal" quando viaja ao exterior e

"rouba coisas dos hotéis". Depois, se retratou e afirmou ter sido "infeliz" na colocação. O ex-ministro foi exonerado após enfrentar "disputa interna" dentro do próprio MEC, devido a desentendimentos entre militares e seguidores do escritor bolsonarista Olavo de Carvalho — que morreu em 24 de janeiro, aos 74 anos —, que era visto como uma espécie de 'guru' da família do presidente. (Moreira, 2022, p. 1).

Após sucessivas trocas de ministros, brigas com estudantes secundaristas, universitários e até com setores ligados à escolarização privada, o último ano do mandato de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República começou com supostas denúncias substanciais contra tudo aquilo que diziam combater: a corrupção, sobretudo no referido Ministério. Apenas tomando como exemplo o Ministério da Educação (MEC), nos primeiros meses de 2022 surgiram denúncias substanciais contra o então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, dando conta de um suposto balcão de negócios no MEC (Ministério da Educação) liderado por pastores e outras figuras públicas¹⁷, como pastores evangélicos e outras figuras religiosas importantes.

A proeminência de líderes religiosos em cargos de confiança no governo federal desde 2019 não é um fato desconhecido (um exemplo disso é a presença de figuras religiosas de prestígio perante seus asseclas, fato que pode ser ilustrado pela presença da então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, entre 2019 e 2022, que também atua como liderança religiosa). A presença de líderes religiosos em cargos de confiança (de qualquer que seja a vertente religiosa) não fere, necessariamente, a laicidade do Estado. Essa não é a questão. O que está sendo abordado aqui é a clara preferência por certos líderes em detrimento de outros, e que essa proximidade pode – supostamente – revelar contextos relacionais escusos.

Retomando a argumentação sobre o ex-Ministro da Educação, Milton Ribeiro, é possível afirmar com certa exatidão que a sua prisão¹⁸ (ainda que breve e sem esgotar todos os recursos legítimos para a ampla defesa) foi uma mácula na imagem do governo e indiretamente na imagem do Presidente Bolsonaro. A mobilização da pauta anticorrupção é uma das bandeiras mais caras ao *bolsonarismo*

¹⁷ Por que investigação sobre Milton Ribeiro e pastores foi parar no STF? BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61915677>. Acesso em: 06 jul. 2022.

¹⁸ O ex-ministro da educação foi preso pela Polícia Federal em 22/06/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/25/escandalo-do-mec-veja-a-cronologia-do-caso-que-levou-a-prisao-de-milton-ribeiro-e-ao-pedido-de-investigacao-contr-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

porque dialoga com percepções morais, do trato com a coisa pública, e ter um dos seus aliados mais próximos preso com supostas denúncias de corrupção e tráfico de influência pode enfraquecer a intensidade do seu discurso e – talvez – a coerência do mesmo.

A estratégia utilizada pelo Presidente e seus seguidores foi a de resgatar escândalos antigos (e igualmente nocivos) de seus opositores – principalmente denúncias envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), retomando, por exemplo, as seguintes máximas desde a campanha de 2018: “E o PT, hein?”, “E o Lula?”. Como uma espécie de competição de retidão ou entre o “menos pior”, a estratégia adotada por grupos de extrema-direita (entre eles o Bahia Direita) foi a de acusar opositores com o intuito de promover uma confusão entre os eleitores, deixando o cenário turvo para uma compreensão mais aprofundada dos casos mais recentes. Ao serem alvo de denúncias, a estratégia é acusar os acusadores, algo como “acuse-os daquilo que você faz, xingue-os daquilo que você é” **(Carvalho, 2004)**.

A estratégia combina resgate de denúncias antigas contra opositores e o abafamento de quaisquer eventuais casos de corrupção que envolvam o governo federal. É agir para não dar tempo para que parem dúvidas sobre a retidão dos seus membros, ao mesmo tempo que a imagem dos opositores fica em evidência com o resgate de denúncias antigas (algumas até sem validade legal).

Outro caso emblemático diz respeito ao recebimento de joias enviadas ao Brasil pelo governo da Arábia Saudita. “De acordo com a reportagem do O Estado de S. Paulo, as joias foram apreendidas quando uma comitiva do governo Bolsonaro retornava ao Brasil após uma viagem oficial à Arábia Saudita, em outubro de 2021. As peças estariam na mochila de um militar que era assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.”. **(DW, 2023, p. 1)**.

Segundo o documento da Receita Federal sobre o ocorrido no aeroporto de Guarulhos, o militar da comitiva de Bolsonaro disse não ter nada a declarar, mas, ao passar pela alfândega, um fiscal solicitou que ele colocasse sua mochila no raio-x, onde “observou-se a provável existência de joias”. A bagagem então foi revistada, e os agentes encontraram um par de brincos, um anel, um colar e um relógio com diamantes. Os objetos foram apreendidos. De acordo com o documento, o militar informou o ocorrido ao ministro Bento Albuquerque, que tentou liberar as peças alegando se tratar de um presente para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro. A Receita, porém, manteve a apreensão. No dia 14, em depoimento à PF, Albuquerque mudou sua versão e negou que tivesse conhecimento sobre o destino final das peças. De acordo com a lei, para entrar no país com mercadorias

adquiridas no exterior com valor superior a 1 mil dólares (pouco mais de R\$ 5 mil), o viajante deve declarar o bem e pagar um imposto de importação equivalente a 50% do valor do produto. Caso tenha omitido a declaração, para a liberação do bem, além do pagamento do imposto é aplicada uma multa adicional de 25% do valor. Dessa forma, para reaver as joias, Bolsonaro deveria desembolsar cerca de R\$ 12 milhões. Uma alternativa para a entrada legal das joias no Brasil, sem o pagamento de impostos, seria por meio de uma declaração do governo de que as peças eram um presente oficial para o Estado brasileiro. Nesse caso, porém, as joias passariam a ser propriedade do Estado. Segundo a reportagem, o governo Bolsonaro fez várias tentativas de recuperar as joias, mobilizando os Ministérios da Economia, Minas e Energia e das Relações Exteriores. Numa delas, em 3 de novembro de 2021, o Ministério de Minas e Energia teria pedido a intervenção do Itamaraty no caso. A Receita, porém, informou que isso só seria possível se fosse feito o pagamento do imposto e da multa. O Estado de S.Paulo afirmou ainda que o comando da Receita também tentou conseguir a liberação, mas os fiscais, que têm estabilidade na carreira, negaram o pedido. Em outra tentativa de recuperar as peças ainda em 2021, o governo Bolsonaro teria alegado que as joias seriam analisadas para incorporação "ao acervo privado do Presidente da República ou ao acervo público da Presidência da República". A justificativa aparece num documento divulgado nas redes sociais pelo ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social Fabio Wajngarten, após a revelação do caso. (DW, 2023, p. 1).

Ainda de acordo com a matéria da DW (2023, p. 1), "Um ofício do gabinete de Bento Albuquerque também de 2021 pedia a liberação dos "presentes retidos", ao alegar ser "necessário e imprescindível que seja dado ao acervo o destino legal adequado". O documento, no entanto, não menciona o destino que seria dado às joias. Poucos dias antes do fim do governo, em 28 de dezembro de 2022, outra tentativa de recuperar as joias teria sido feita. O próprio Bolsonaro teria enviado um ofício para a Receita pedindo a liberação dos bens.

No dia seguinte, um funcionário do governo foi a Guarulhos para tentar, sem sucesso, recuperar as peças, argumentando que elas não podiam ficar retidas devido à iminente mudança de governo. Segundo o jornal Folha de São Paulo, em dezembro do ano passado, Bolsonaro também teria conversado por telefone como então chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes sobre a liberação das joias. Gomes teria pressionado os servidores de Guarulhos para liberarem a entrega das peças ao ex-presidente."

Sobre o caso em tela, a postura adotada pelo Ex-Presidente e pelo seu séquito vai ao encontro de um *desengajamento moral* seletivo, buscando maneiras de tornar lícita uma prática que comprovadamente ocorreu mediante ilicitudes, ou, procurando atenuar através de eufemismos práticas perniciosas.

A dificuldade em atribuir sentidos “mais precisos” à corrupção talvez resida no fato de que ela é frequentemente encarada como uma “prática do outro”, uma situação relacional, um conceito, uma espécie de “palavra-chave” para designar adversários políticos e/ou desafetos no âmbito da vida privada. Há, também, uma inclinação em compreender a corrupção como uma prática estritamente governamental (ou feita em sua função).

Um ponto importante faz referência para um certo distanciamento de explicações de corrupção que corroborem com predicados individuais. É evidente que a corrupção é feita por e em função de pessoas, mas, atribuir a desvios morais a sua existência e permanência não agrega para análises sociológicas desse fenômeno. O interessante aqui é compreender os mecanismos pelos quais ela continua a existir e – mais precisamente – ser uma força motriz de ações políticas e de definições nesse mesmo campo.

Em uma situação como a relatada anteriormente, grupos *bolsonaristas* parecem negar as aparências, agindo de modo a disfarçar as evidências. Quando as pessoas encaram situações que *forçosamente pedem* uma ação que pareça ir de encontro aos seus pressupostos morais, frequentemente elas desenvolvem uma postura que evoca um *desengajamento moral*. Assim, é possível compreendermos que:

Disengagement of moral self-sanctions enables people to compromise their moral standards and still retrain their sense of moral integrity. [...] It is the selective suspension of morality for harmful activities that enables people to retrain their positive self-regard while doing harm. **(Bandura, 2016, p. 2-3).**¹⁹

Isso faz com que, por exemplo, ao se depararem com denúncias substanciais de corrupção envolvendo figuras estimadas, as pessoas tenham uma postura reativa, de relativizar erros antes observados *apenas* em seus detratores. O desengajamento moral faz com que aquilo que é objeto de escrutínio possa ser esquivado, deixado de lado, provoque uma ausência de ação engajada, por assim

¹⁹ **Tradução nossa:** o desengajamento das auto sanções morais permite que as pessoas comprometam seus padrões morais e ainda mantenham seu senso de integridade moral. [...] É a suspensão seletiva da moralidade para atividades nocivas que permite que as pessoas mantenham sua autoestima positiva enquanto causam danos.

dizer. Por mais que possa parecer paradoxal, o desengajamento é – na verdade – um engajamento, só que para o *outro lado*. Segundo **Bandura (2016, p. 5)**, “unless people believe they can produce desired effects by their actions, they have little incentive to act or to persevere in the face of difficulties”.²⁰

A questão de um *desengajamento moral* pode ser percebida de maneira mais incisiva quando – por exemplo – as pessoas são confrontadas com elementos que elas veem em outros grupos, mas que a sua existência em seus próprios grupos havia sido negada e/ou rechaçada. Por exemplo: quando um grupo brada contra outro sobre práticas de corrupção, mas, que ao ser confrontado com exemplos no seu entorno, ele se desengaja moralmente, deixa de atribuir uma valoração moral àquela prática específica. É como se o desengajamento moral provocasse um descolamento, um desinteresse momentâneo no objeto daquele escrutínio público.

O desengajamento moral também pode provocar uma relativização de práticas e de discursos. Aqui, é importante salientar: não se trata de encarar tal problemática a partir de um viés ancorado em um cinismo das pessoas, mas, de que o desengajamento moral é um elemento social e pessoal capaz de provocar ações prejudiciais e fazer com que as pessoas não percam seu senso de autorrespeito e autoestima, por exemplo, e que acreditam estar agindo em nome de algo honorável, muito válido, respeitoso e aceitável.

Voltaire put it well when he said, “Those who can make you believe absurdities can make you commit atrocities”. [...] Belief in the morality of a cause not only eliminates self-censure but also engages self-approval in the service of destructive exploits. What was once morally reprehensible becomes a source of positive self-valuation²¹ (**Bandura, 2016, p. 50-58**)

A linguagem eufemística também é um elemento de desengajamento moral; ela tem o poder de desengajar moralmente pessoas e grupos. Por exemplo: ao atribuir sentidos positivos a certas palavras, as ações que porventura possam

²⁰ **Tradução nossa:** a menos que as pessoas acreditem que podem produzir os efeitos desejados por suas ações, elas têm pouco incentivo para agir ou perseverar diante das dificuldades.

²¹ **Tradução nossa:** “Voltaire colocou isso bem quando disse: “Aqueles que podem fazer você acreditar em absurdos podem fazer você cometer atrocidades”. [...] A crença na moralidade de uma causa não apenas elimina a autocensura, mas também coloca a autoaprovação a serviço de façanhas destrutivas. O que antes era moralmente repreensível torna-se uma fonte de autoavaliação positiva”.

prejudicar outras pessoas acabam sendo “justificadas”, atenuadas em função desses outros significados atribuídos. Uma prática capaz de prejudicar ou de desengajar é mais facilmente levada a cabo se a sua definição é atenuada eufemisticamente.

As ideias com as quais convivemos, as categorias que usamos para expressá-las e os conceitos que buscamos formalizar são constituintes de domínios diversos (da religião, da arte, da filosofia, da ciência), de grupos que nos são mais próximos (família, escola, comunidade, meio profissional etc.) e da mídia em geral **(Spink; Menegon, 2004, p. 63)**.

Diante do exposto no parágrafo precedente é possível inferir que o desengajamento seletivo não opera evidenciando uma suposta ausência de valores partilhados ou de um cinismo arraigado; ao contrário, evidencia que as minúcias do comportamento perpassam momentos e contextos de *pequenos desengajamentos morais cotidianos*²².

[...] O desengajamento moral atua em nosso cotidiano junto a ações comuns e corriqueiras, possibilitando comportamentos que contrariam o padrão moral do indivíduo sem necessariamente infringir alguma lei. [...] É importante atentar que o fato das pessoas desengajarem-se em algumas situações não quer dizer que elas não tenham bons valores, que se comportem sempre em direções condenáveis ou não façam boas ações em outras direções. [...] É necessário que se atente para a importância de que os valores morais da pessoa que desengaja podem ser os mesmos de uma pessoa que não faria uma ação desengajada na mesma situação. **(Azzi; Corrêa, 2015, p. 215)**.

É importante salientar, com base no exposto anteriormente, que o desengajamento moral das auto sanções funciona muito mais como uma seletividade flexivelmente contextualizada do que como uma prática cínica de uma pessoa em uma situação específica. A pessoa pode engajar-se em uma situação tão logo aquilo fira preceitos que lhes são caros. Mas, isso não quer dizer que o cinismo governe a vida dessa pessoa, por exemplo. O desengajamento moral funciona como uma retração seletiva de certos valores em prol – digamos assim – de uma defesa de outros valores que estão sendo postos em xeque quando a pessoa é confrontada com uma

²² Grifo nosso.

determinada situação e tem que a ela dar uma resposta que não macule, que não borre definitivamente suas crenças.

Voltando a argumentação para o assunto primordial deste tópico, é impossível não citar a confissão que o então deputado federal Jair Bolsonaro deu para a TV Bandeirantes em 1999 em que ele assumia a prática de sonegação de impostos e outras práticas que poderiam incorrer em crimes tipificados em lei. Assim:

Conhecido por declarações polêmicas, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) já disse, ao menos duas vezes, ter cometido supostos crimes durante sua vida parlamentar. O caso mais recente envolve o recebimento de auxílio-moradia da Câmara dos Deputados mesmo sendo proprietário de um imóvel em Brasília. Ao jornal "Folha de S.Paulo", Bolsonaro disse que usava o dinheiro — cerca de R\$ 3 mil mensais —, recebido desde 1995, para "comer gente": "Como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro de auxílio moradia eu usava pra comer gente", declarou o parlamentar. Na mesma entrevista, Bolsonaro argumenta que usa o benefício para pagar condomínio e IPTU. Em outro episódio, durante entrevista concedida à TV Bandeirantes em 1999, Bolsonaro afirmou que sonegava impostos: "Eu sonego tudo que for possível". (**O GLOBO, 2018, p. 1**).

Ainda de acordo com **O GLOBO (2018, p.1)**, "as duas declarações revelam supostos crimes, que poderiam gerar processos civis, penais e tributários, segundo advogados consultados pelo GLOBO, e em caso de condenação, poderiam resultar até em suspensão dos direitos políticos por até cinco anos. No entanto, passados 19 anos, uma suposta sonegação cometida em 1999 já estaria prescrita."

Durante (principalmente) a campanha eleitoral de 2018 uma série de falas públicas do então candidato Bolsonaro vieram à tona e causaram estarrecimento em boa parte do eleitorado. No entanto, é sabido que apesar desse movimento da sua oposição ele logrou êxito na referida eleição. Uma dessas célebres frases davam conta de supostas práticas sexuais pagas com dinheiro do contribuinte, a famigerada e igualmente parafraseada, "usava o dinheiro do auxílio para comer gente".

Depois de reportagens revelarem que Jair Bolsonaro recebe, desde 1995, auxílio-moradia da Câmara dos Deputados, mesmo sendo dono de um apartamento em Brasília, o deputado se pronunciou duas vezes. Na primeira, divulgou um vídeo nas redes sociais argumentando que receber o benefício era mais barato do que usar um imóvel funcional da Câmara. Na segunda, respondeu à "Folha de S.Paulo" que usou o dinheiro para "comer gente". Na mesma entrevista, afirmou usar o benefício para pagar condomínio e IPTU.

— Como eu estava solteiro naquela época, esse dinheiro de auxílio moradia eu usava pra comer gente, tá satisfeita agora ou não? [...] Porque essa é a resposta que você merece. É a resposta que você merece [...] O dinheiro que entra do auxílio-moradia eu dormia em hotel, eu dormia em casa de colega militar em Brasília, o dinheiro foi gasto em alguma coisa ou você quer que eu preste continha: olha, recebi R\$ 3 mil, gastei R\$ 2 mil em hotel, vou devolver mil, tem cabimento isso? — disse Bolsonaro, ao responder perguntas da "Folha de S.Paulo". — Tem o valor exato, deve ser R\$ 1.500 no meu condomínio lá em Brasília. R\$ 1.500. Condomínio. Eu pago IPTU, eu não sei quanto é de IPTU. Se for ver, R\$ 300 por mês, 200. No final, equivale a essa conta. (**O GLOBO, 2018, p. 1**).

Ainda de acordo com **O GLOBO (2018, p. 1)**, “a legislação interna da Câmara prevê que a verba referente ao auxílio-moradia deve ser utilizada para esta finalidade, explica o advogado Rafael Medina, especialista em Direito Penal. Dois Atos da Mesa da Câmara regulamentam o benefício. O ato 34/1992, que estabelece o auxílio-moradia como um "reembolso mensal da despesa comprovada com moradia ou estada do deputado no Distrito Federal" e exige comprovação por meio de nota fiscal". Este ato não se refere a despesas com imóvel, como condomínio e IPTU; diz respeito a apenas diária de hotel ou aluguel de imóvel. O outro dispositivo é o ato 3/2015, que atualizou o valor do benefício para R\$ 4.253.”

Esse caso especificamente e propositadamente é ignorado pelos apoiadores do Ex-Presidente da República, e quando são confrontados com essas confissões, eles têm uma postura de relativização e – quiçá – de justificação moral dessas práticas, sendo um exemplo taxativo de desengajamento moral. O que está em jogo, na verdade, não são as práticas, mas quem as comete. O desengajamento moral costuma “anistiar” pessoas de práticas que seriam motivo de perseguição para outras, por exemplo. Sobre a confissão de sonegação de impostos:

Em entrevista ao programa "Câmera Aberta", da TV Bandeirantes, em 1999, Bolsonaro disse que sonegava impostos. Na ocasião, ele criticava o governo de Fernando Henrique Cardoso e o então ministro da Fazenda Pedro Malan. — Bobos somos nós que estamos pagando impostos. Inclusive, um conselho meu. Eu sonego tudo que for possível. Se eu puder não pagar (imposto), eu não pago. Porque o dinheiro vai para o ralo, vai para a sacanagem — disse Bolsonaro, em 1999.

À "Folha de S.Paulo", Bolsonaro disse que cometeu um deslize ao afirmar, naquele ano, que sonegava impostos e negou a prática. Casos de sonegação de impostos podem gerar processos tributários e ações penais. O crime de sonegação tem pena prevista de seis meses a dois anos de prisão e multa de até cinco vezes o valor do tributo. Porém, no âmbito tributário, uma

soposta²³ sonegação realizada em 1999 já estaria prescrita — "decaída", nos termos jurídicos: — Já existe uma súmula vinculante no STF que diz que se você sonegar o tributo e você pagar o tributo antes do Ministério Público mover uma ação, fica extinta a punibilidade. Mesmo que o crime de sonegação não estivesse prescrito, o fato é que o próprio²⁴ tributo sonegado está prescrito. Ele prescreve, ou decai, em cinco anos. De qualquer forma, a Receita não poderia mais cobrar um tributo de 1999, quaisquer tributos que sejam, fossem eles de consumo, renda, de qualquer natureza — explica o advogado Levy Reis, especialista em Direito Tributário. (**O GLOBO, 2018, p. 1**).

Nesses dois fatídicos exemplos, o que pode ser extraído a partir do “olhar teórico” escolhido é que exemplos de corrupção supostamente cometidos por Jair Bolsonaro, por membros da sua família, pelos seus asseclas, pelo seu séquito, enfim, por pessoas que comungam os mesmos preceitos ideológicos são sumariamente ignorados, atenuados, “esquecidos”, em um processo que requer um contra-ataque ainda mais feroz contra opositores com o intuito de não publicizar tais práticas, repito, supostamente cometidas pelos seus ícones, digamos assim. Fica latente que o desengajamento moral atua nesses casos como uma espécie de amortecedor, recebendo os impactos dos ataques e devolvendo-os ainda mais fortes, excluindo todas as suas possibilidades de culpabilidade, como também pôde ser verificado quando membros da família Bolsonaro foram acordados pela Polícia Federal em uma ação em maio de 2023.

As primeiras horas do dia três de maio de dois mil e vinte e três trouxeram surpresas para o Ex-Presidente da República Jair Bolsonaro e para algumas pessoas do seu entorno. Cumprindo mandados de busca e apreensão, equipes da Polícia Federal estiveram em um endereço do Ex-Presidente e, claro, tal fato mobilizou atores políticos e uma parcela considerável da população, que “acordou com a notícia” na manhã da fatídica quarta-feira. Assim:

A Polícia Federal (PF) realizou buscas nesta quarta-feira (3/5) na casa de Jair Bolsonaro e prendeu o tenente-coronel Mauro Cid Barbosa, ex-ajudante de ordens do ex-presidente. A Operação Venire foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do inquérito que investiga as “milícias digitais”. A PF apura a inserção de dados falsos sobre vacinação contra a covid-19 no sistema do Ministério da Saúde, para emissão de certificados que viabilizariam uma viagem de Bolsonaro aos

²³ Erro presente na publicação original e não corrigido para manter fiel o texto original.

²⁴ Erro presente na publicação original e não corrigido para manter fiel o texto original.

Estados Unidos. Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão em Brasília e no Rio de Janeiro, além de seis mandados de prisão. O celular de Bolsonaro teria sido apreendido, mas não haveria ordem de prisão contra ele (**BBC NEWS BRASIL, 2023, p. 1**).

Ainda de acordo com matéria da **BBC NEWS BRASIL (2023, p.1)**, "inicialmente, foi divulgado na imprensa que o celular da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro também teria sido apreendido, mas ela negou isso em sua conta no Instagram. "Hoje a PF fez uma busca e apreensão na nossa casa, não sabemos o motivo e nem o nosso advogado não teve acesso aos autos. Apenas o celular do meu marido foi apreendido. Ficamos sabendo, pela imprensa, que o motivo seria 'falsificação de cartão de vacina' do meu marido e de nossa filha Laura. Na minha casa, apenas EU fui vacinada", escreveu Michelle na rede social.

Procurada pela BBC News Brasil, a PF se manifestou afirmando que "não comenta/divulga nomes de eventuais investigados, nem se manifesta sobre investigações em andamento". Havia a expectativa de que Bolsonaro prestaria depoimento ainda na quarta-feira (3/5) sobre o caso.

Porém, o advogado Paulo Cunha Bueno disse ao jornal Folha de S. Paulo em nome do ex-presidente que Bolsonaro não irá até a PF nesta data e que um novo dia será marcado, mas só após sua defesa ter acesso aos autos do processo. "Bolsonaro vai exercer, por enquanto, o direito de ficar calado", disse o advogado ao jornal. O ex-presidente falou brevemente com jornalistas ao sair de sua casa em Brasília e, ao ser perguntado sobre as suspeitas de adulteração nos cartões de vacina, disse que "não tem nada disso". "Havia gente que me pressionava para tomar a vacina e eu não tomei. Não tomei porque li a bula da Pfizer. Não tem nada disso. Se eu tivesse que entrar (nos EUA) e apresentar o cartão vocês estariam sabendo", disse. Ele ainda confirmou que seu celular foi levado pelos policiais. "O meu foi apreendido. O meu telefone não tem senha, não tenho nada a esconder."

Fábio Wajngarten, ex-secretário de comunicação do governo Bolsonaro, foi questionado por jornalistas se Bolsonaro teria entrado nos Estados Unidos no final do ano passado apresentando um cartão de vacinação. "Vou apurar isso agora, estou indo encontrar com ele [Bolsonaro], acho que ele entrou com um passaporte como sendo presidente da República, eu não tenho essa informação, não conheço esse rito", disse Wajngarten.

Entre as seis pessoas que foram presas na operação estão o secretário municipal de Governo de Duque de Caxias (RJ), João Carlos de Sousa Brecha, o policial militar Max Guilherme Machado de Moura, e o militar do Exército Sérgio Rocha Cordeiro, estes dois ex-assessores e atuais seguranças de Bolsonaro.

Segundo a TV Globo, teriam sido forjados os certificados de vacinação de Bolsonaro, da filha dele de 12 anos, do ex-ajudante de ordens Mauro Cid Barbosa, da mulher e da filha dele. A adulteração dos dados sobre vacinação ocorreu, de acordo com a PF, entre novembro de 2021 e dezembro de 2022. O objetivo seria burlar restrições sanitárias impostas pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos. Os dados teriam sido inseridos no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) do Ministério da Saúde. A PF não divulgou quem, segundo as investigações, teria feito essa inserção.

De acordo com os investigadores, a finalidade do grupo seria “manter coeso o elemento identitário em relação a suas pautas ideológicas” e “sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a covid-19”. “As inserções falsas, que ocorreram entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, tiveram como consequência a alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante, qual seja, a condição de imunizado contra a Covid-19 dos beneficiários”, diz a PF em nota.

“Com isso, tais pessoas puderam emitir os respectivos certificados de vacinação e utilizá-los para burlarem as restrições sanitárias vigentes imposta pelos poderes públicos (Brasil e Estados Unidos) destinadas a impedir a propagação de doença contagiosa, no caso, a pandemia de covid-19.”

Entre as condutas investigadas e que podem configurar crimes estão: infração de medida sanitária preventiva; associação criminosa; inserção de dados falsos em sistemas de informação; e corrupção de menores. Segundo a PF, o nome da operação deriva do princípio “Venire contra factum proprium”, que significa “vir contra seus próprios atos” ou “ninguém pode comportar-se contra seus próprios atos”.

É um princípio base do Direito Civil e do Direito Internacional, que veda comportamentos contraditórios de uma pessoa. Durante seu governo, Bolsonaro colocou em sigilo o seu cartão de vacinação, sob o argumento de que se tratava de informação pessoal. Em várias ocasiões, ele disse que não se vacinou contra a covid-19. Depois que tomou posse, o presidente Lula determinou uma revisão dos sigilos impostos por Bolsonaro durante seus quatro anos na Presidência. Mas, em fevereiro,

a Controladoria-Geral da União informou que o órgão havia iniciado, nos últimos dias de mandato do ex-presidente, uma investigação preliminar sigilosa para apurar "adulteração do cartão de vacinação" de Bolsonaro.

"Considerando que a investigação é sigilosa e não está concluída, a CGU submeteu a matéria à avaliação de sua Consultoria Jurídica para emitir parecer quanto à viabilidade de divulgação da decisão sobre o sigilo relacionado a esse tema, por estar em curso a apuração correcional", informou a CGU na época, ao justificar o fato de não ter derrubado o sigilo sobre o cartão de vacinação".

Indícios apontam para uma suposta participação do Ex-Presidente Jair Bolsonaro em um esquema que fraudou informações sigilosas em bancos de dados públicos. De acordo com **Schreiber (2023b, p. 01)**, "o crime de inserção de dados falsos em sistemas de informação, também chamado de peculato digital, está previsto no artigo 313-A do Código Penal. Ele estabelece pena de dois a doze anos de prisão e multa para o funcionário que se aproveitar do seu acesso a sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública para inserir dados falsos ou alterar dados corretos buscando vantagens para si ou para outros.

"A pessoa que fornece os dados pode responder como coautora ou partícipe, dependendo de quanto contribuiu para o crime", nota artigo sobre o tema do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Segundo a investigação da PF, a inserção dos dados falsos foi realizada por meio da Prefeitura do município de Duque de Caxias (RJ). No caso de Bolsonaro, por exemplo, foram inseridas informações de que o ex-presidente teria sido vacinado naquele município com doses da Pfizer em 13 de agosto e 14 de outubro do ano passado. No entanto, o relatório da PF diz que não há qualquer comprovação que o presidente tenha estado em Duque de Caxias no dia 13 de agosto, quando cumpriu agenda no município do Rio de Janeiro. Já no dia 14 de outubro, Bolsonaro teve agenda curta em Duque de Caxias, sem registro de que tenha sido vacinado nessa data, apontou a investigação.

Também não há evidências de que a filha de Bolsonaro estivesse naquele município nas datas em que teria sido vacinada (24 de julho e 13 de agosto de 2022), segundo as informações suspeitas registradas no sistema do Ministério da Saúde. "Além disso, cabe destacar que LAURA BOLSONARO, com 11 anos de idade, residia à época dos fatos, obviamente, com seus pais na cidade de Brasília/DF, não fazendo

qualquer sentido ter que se deslocar até o município de Duque de Caxias para se vacinar”, nota o relatório da PF.

O delegado do caso, Fábio Shor, destaca ainda como evidência de fraude o grande tempo transcorrido entre a suposta vacinação e o registro da aplicação das doses no sistema, realizado por João Carlos Brecha, secretário de Governo de Duque de Caxias. “Os dados relativos a JAIR BOLSONARO e LAURA BOLSONARO foram inseridos em 21/12/2022 no intervalo entre 18h59min e 23h11min”, nota o relatório, ou seja, cerca de dois a cinco meses após as supostas datas de imunização”.

Após a publicação de tais eventos, como era esperado, a base aliada do Ex-Presidente tratou de abafar e minimizar o impacto político que essas notícias poderiam causar. Em uma clara prática de desengajamento moral, aliados políticos buscaram blindar Jair Bolsonaro e expurgar qualquer culpabilidade que pudesse recair sobre ele. É consenso em eventos dessa natureza o seguinte fato: Jair Bolsonaro é sempre previamente inocentado pelos seus asseclas, ainda que ele possa, em suas próprias palavras, confessar um envolvimento seu em determinadas práticas.

3.4 Sete de setembro de 2022: expectativa e apreensão

Em sete de setembro de 2022 o Brasil comemorou o seu ducentésimo aniversário de independência política de Portugal. Desde 2019, com o início do mandato do Ex-Presidente Jair Bolsonaro, a data ganhou um significado singular para grupos de extrema-direita. Como manifestada exaltação de um patriotismo poucas vezes demonstrado anteriormente por esses grupos, a data tornou-se um momento para demonstração da sua adesão popular e como reafirmação do seu poder e prestígio. As cores, os símbolos nacionais e, principalmente, a bandeira brasileira ficaram marcados como símbolos de um período histórico de ascensão de grupos de extrema-direita, de uma exaltação de um passado autoritário e irreal em seus supostos aspectos positivos. Como invólucros de um passado mítico, que personifica belos ideais patrióticos, o aspecto visual também é uma marca distintiva desse fenômeno.

Assim, a camiseta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) passou, a partir das manifestações de rua de 2015, a simbolizar devoção aos grupos políticos

de extrema-direita e, também, como uniforme que fez com que muitos compatriotas ficassem envergonhados de usá-la. De símbolo de torcida para a seleção brasileira de futebol em eventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol, para marcar e simbolizar um comportamento que – em muitos casos – lembra o de seres que vagueiam como bovinos sem perceber o fim iminente.

Por mais que o trecho anterior pareça uma tentativa jocosa de brincar com certos elementos, limitar-me-ei a afirmar que se trata apenas de uma analogia. E, em um movimento quase que de assalto, a bandeira brasileira passou a simbolizar afeição às práticas que têm no autoritarismo saudosista da ditadura militar o seu mais bem acabado canal de manifestação. É importante salientar o seguinte fato: nem sempre foi assim. Os simbolismos em torno dos signos nacionais adquiriram feições significativas ao longo da última década, período em que houve um fortalecimento de sentimentos que desembocaram em uma *antipolítica* generalizada. Voltemos para o sétimo dia de setembro de 2022.

O sétimo dia de setembro de 2022 era aguardado com expectativa (e apreensão) tanto por grupos que apoiavam o Presidente da República, quanto por grupos que desaprovavam o seu mandato. Pairavam no ar ameaças à uma normalidade democrática, de que fosse possível uma espécie de “autogolpe” perpetrado pelo chefe do Executivo nacional, com a conivência das Forças Armadas (mais notadamente do Exército Brasileiro). Para além de uma retórica em torno dessa pauta, a ameaça parecia (e era) real e (felizmente para a democracia brasileira) não logrou êxito no dia da Independência do país.

Falando agora especificamente sobre a manifestação de apoio ao Ex-Presidente na capital baiana, e a atuação do grupo *Bahia Direita*. Em Salvador, a manifestação em comemoração ao sete de setembro de 2022 ocorreu no gramado do Farol da Barra, importante ponto turístico da cidade. O evento ocorreu durante toda a manhã e mobilizou diversos participantes, de entusiastas das armas de fogo, cristãos conservadores com a bandeira de Israel a defensores da monarquia, mais precisamente, da figura de Dom Pedro II, que foi o último Imperador do Brasil entre 1840 e 1889, com a bandeira imperial em mãos, tremulando-a junto da bandeira brasileira. A seguir, a primeira foto registrada durante o momento em que estive junto dos manifestantes na manhã daquele sete de setembro.

Foto 1: Manifestantes bolsonaristas em frente ao Farol da Barra no dia sete de setembro de 2022



Fonte: O autor, 2022.

Esta imagem mostra o início da concentração dos militantes, a sua organização e a mobilização para o trajeto a ser percorrido. Como de costume, a camiseta principal da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é o elemento visual de maior destaque. A cor amarela é reconhecida de longe, não apenas pela sua tonalidade única, mas como um símbolo de uma era de diferenciação social no Brasil. Usá-la naquele momento era quase que um símbolo social de apoio ao Ex-Presidente da República, daí a recusa de algumas pessoas em usá-la, com receio de ser confundido e identificado como pertencente ao “grupo dos bolsominions”.

A seguir, mais uma postagem da página do Bahia Direita no *Instagram* sobre o dia sete de setembro de 2022. Desta vez, diferentemente da manifestação que ocorreu no dia dois de julho de 2022, que contou com a presença de Jair Bolsonaro em Salvador, os manifestantes não viram de perto o seu líder; mas, mesmo assim, expuseram *totens* do Ex-Presidente em locais estratégicos como forma de “vê-lo de perto”, nem que seja em uma montagem de papelão prensado, tinta e números para votação eleitoral.

Postagem 12: Totem do ex-Presidente Jair Bolsonaro estrategicamente colocado em frente ao Farol da Barra.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

A instalação de *totens* de figuras políticas serve para aproximar os eleitores, criar um clima de proximidade com aquela figura pública que não está figurando presencialmente no evento específico. Em torno dele, as pessoas se aglomeram para posar pra fotos, que depois serão publicadas nos aplicativos de interações, tais como *Instagram*, *Facebook*, *Telegram* e *Whatsapp*. A representação visual criada pelo totem serve para aumentar um sentimento de pertencimento grupal, e essa percepção de coesão social reforça os laços entre os membros de um grupo. Grupos políticos necessitam reavivar o sentimento de pertencimento coletivo, para, assim, manterem coesas as “células” que os compõem.

Reafirmando a importância do sétimo dia de setembro de 2022, pode-se afirmar que a menos de um mês do primeiro turno da eleição presidencial, essa data era encarada como um “tudo ou nada”, como uma última tentativa de manter de pé um governo que – segundo todas as pesquisas de intenção de votos – não teria êxito na eleição vindoura e, como pudemos testemunhar, foi exatamente o que aconteceu no pleito de 2022.

A vinte e cinco dias do primeiro turno para a eleição que iria eleger – entre outros cargos – o Presidente da República, o (à época) atual ocupante da cadeira presidencial no Palácio do Planalto, em manifestação em Brasília, entoou coros de

“imbrochável” (sic), como uma forma de reafirmação da uma suposta virilidade, e como afirmação de uma masculinidade que não pode (segundo o que ele pensa e exprime) deixar de ser firme, sempre agindo de maneira dura para com as tentativas de contestá-la. Afinal de contas, em seus próprios termos, “homem que é homem não dá uma fraquejada”. A seguir, mais um registro feito por mim durante as manifestações do dia sete de setembro de 2022 em Salvador, ainda no início da chegada dos manifestantes.

Foto 2: Concentração, no gramado do Farol da Barra, de apoiadores do então Presidente Jair Bolsonaro no dia sete de setembro de 2022.



Fonte: O autor, 2022.

Como é possível identificar, as tradicionais camisetas amarelas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) deram o tom e a identidade visual primordial que compôs a aquarela naquela manifestação. Homens, mulheres, curiosos de ambos os gêneros, transeuntes e “outros” estão identificados no registro acima. A tomada e o enquadramento da foto, estrategicamente tirada sem evidenciar os rostos das pessoas presentes, também é uma preocupação com a integridade das mesmas e do próprio autor deste trabalho, seguindo, assim, preceitos básicos de ética em um trabalho acadêmico.

A imagem a seguir é de um *story* da página oficial do *Bahia Direita* no Instagram no dia sete de setembro de 2022. A imagem reflete um encontro de apoiadores de Jair Bolsonaro na cidade de Antas, no interior baiano. Com o intuito de contextualizar a presença da imagem identificada abaixo, destaco que ela foi capturada através de um “print” na página do grupo Bahia Direita durante as manifestações do dia sete de setembro de 2022 na cidade de Antas, que fica no interior da Bahia, a uma distância de cerca de 345km da capital, Salvador.

Por ocasião das manifestações do dia sete de setembro de 2022, diversos apoiadores do então Presidente da República estiveram reunidos em muitas cidades da Bahia, não apenas na capital, Salvador. A concentração e a *motociata* realizadas, ambas, na cidade de Antas contaram com centenas de apoiadores do então candidato, como é possível identificar na imagem a seguir.

Postagem 13: *Story* da página do grupo Bahia Direita durante o dia sete de setembro de 2022.



Fonte: *Bahia Direita*/Instagram, 2022.

A seguir, mais dois registros feitos por mim por ocasião das manifestações do dia sete de setembro de 2022. Tais registros foram feitos por volta das nove horas da manhã, apenas para detalhar ainda mais a informação. No primeiro deles vemos a concentração popular dos manifestantes e também de trabalhadores de limpeza urbana; no segundo, vemos um manifestante com a bandeira do Brasil Império, logo abaixo da primeira foto, na página seguinte. Um adendo: a proximidade de grupos monarquistas com o bolsonarismo segue uma tendência de repudiar movimentos democráticos e com um viés republicano, alegando que a monarquia seria uma experiência política mais vantajosa para o país.

Na primeira foto, alguns pequenos grupos começaram a se formar esperando as orientações que viriam de trios elétricos que estavam estrategicamente posicionados para passar as coordenadas que deveriam ser seguidas por aquelas pessoas. Ainda neste início, a canção *Bolsonaro vai vencer a guerra*, de autoria de Tales Volpi, que era conhecido como o *DJ Reaça*, falecido aos vinte e seis anos de idade em 2019, foi entoada diversas vezes para animar e servir como *grito de guerra* dos participantes.

Foto 3: Concentração de manifestantes por volta das nove horas da manhã do dia sete de setembro de 2022 na Avenida Oceânica, em Salvador, Bahia.



Fonte: O autor, 2022.

Foto 4: Manifestante com bandeira do Brasil Império durante manifestação do dia sete de setembro de 2022 na Avenida Oceânica, em Salvador, Bahia.



Fonte: O autor, 2022.

Após as contextualizações das manifestações do dia sete de setembro tanto em Salvador quanto em Brasília e em São Paulo (nestas últimas duas cidades, muito brevemente, reconheço), abordarei no penúltimo tópico deste último capítulo as posturas de Jair Bolsonaro, do Bahia Direita e de seus seguidores após a consolidação do resultado do pleito de 2022.

Penso ser importante salientar que não se trata de um sobrevoo que vai de Salvador, pegando escala na capital federal e posteriormente na capital paulista, evidentemente que não; tampouco é um desvio do tema central deste capítulo. Penso, sim, que não dá para ignorar em uma abordagem, em um nível nacional, ao menos, a postura do Ex-Presidente da República, ainda que este trabalho esteja circunscrito a um movimento baiano, por exemplo.

Mesmo que este trabalho, e este capítulo principalmente, abordem as práticas discursivas e as posturas do grupo Bahia Direita, simplesmente não dá para ignorar alguns fatos que ocorreram fora do eixo deste trabalho, a saber, algumas manifestações ainda no final do ano de 2022 e, posteriormente, já me antecipando, aos fatídicos episódios do dia oito de janeiro de 2023, como veremos no último tópico deste capítulo. Tais fatos conservam uma importância sobremaneira e não devem ser ignorados em uma contextualização que leve em conta os fatos ocorridos por e em

função do pleito de 2022, mesmo que os “objetos” não estejam presentes nesses episódios.

3.5 O pós-eleição

A seguinte sentença certamente pode ser dita sobre as eleições de 2022 e ainda assim guardar concordância mesmo entre “os diferentes”: essa eleição figura (e certamente figurará) como a mais significativa para o Brasil desde as eleições de 1989. Mais do que um recurso retórico para dar ênfase ao que é dito, os números (esses argumentos quantitativos “isentos” de motivações humanas) mostram isso. No primeiro turno do pleito de 2022, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL) alcançaram, precisamente, 91.63% dos votos válidos no primeiro turno das eleições realizadas em dois de outubro de 2022, e obtiveram 48,43% e 43,20% respectivamente²⁵, e esse é o maior percentual já registrado pelos dois primeiros candidatos em uma eleição no país desde a célebre disputa de 1989.

Em números, atos, fatos, palavras e (infelizmente) episódios de violência com motivação política, estava exemplificado o que os números cristalizavam: não havia espaço para uma “terceira via” efetivamente competitiva, e a chamada “polarização” estava mais exacerbada do que nunca no país. Estava claro para o eleitorado majoritário do país e para os pesquisadores do tema, que a eleição seria decidida entre o candidato do PT e o candidato do PL. Ademais, essa percepção vinha sendo maturada pela população e pelos analistas da temática desde que o então Ex-Presidente Lula (PT) saiu da prisão em oito de novembro de 2019.

Retornando para o pleito de 2022, segundo **Duchiade (2022)** em matéria publicada em O GLOBO, a votação do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados em muitos estados no último domingo (02/10/2022)²⁶ surpreendeu eleitores pela discrepância entre o que apontavam as pesquisas de intenções de voto na véspera e o resultado nas urnas, repetindo uma sistemática que vem ocorrendo em outros países: o desempenho da direita foi bem melhor do que mostravam as sondagens.

²⁵ Dados disponíveis em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 09 out. 2022.

²⁶ Grifo nosso para destacar a data.

A despeito da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições presidenciais do Brasil no dia trinta (30) de outubro de 2022²⁷, tal fato acendeu uma série de alertas na esquerda nacional, evidenciando que o bolsonarismo não apenas não está enfraquecido, mas, conseguiu eleger figuras importantes com o aval do Ex-Presidente da República, a exemplo dos/das seguintes candidatos/candidatas: Damares Regina Alves²⁸ (Republicanos/DF), Teresa Cristina Correa da Costa Dias²⁹ (PP/MS), Magno Pereira Malta³⁰ (PL/ES), Sergio Moro³¹ (União/PR).

Para além de um baque em setores que acreditavam piamente em uma vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já no primeiro turno do pleito de 2022 (algo que nunca ocorreu na história republicana do país, considerando as eleições de 1989 a 2018 como marco temporal referencial), a eleição de figuras importantes para o *bolsonarismo* e de remanescentes da *Operação Lava Jato* diz uma coisa: o eleitorado nacional (mais notadamente no Sul e no Sudeste) conserva (correndo o risco de ser redundante) elementos conservadores que ainda estão bastante arraigados. Para além de uma mobilização em torno de propostas de governo e ideias para os rumos de um país, fica translúcido que a mobilização dos afetos (amor e ódio, principalmente) foi determinante para um quadro tão inesperadamente (diriam alguns) caótico.

O esperado prolongamento da decisão para o segundo turno sobre quem seria o novo Presidente da República Federativa do Brasil a partir de janeiro de 2023 também implicou em um tensionamento político e social sobre aspectos significativos desse período histórico do país. Ademais, o acirramento em torno das duas candidaturas, e um certo maniqueísmo (presente em todas as eleições, ousou dizer)

²⁷ O resultado do segundo turno do pleito de 2022 para a Presidência da República, realizado no dia 30 de outubro de 2022 teve os seguintes percentuais: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 50,90% dos votos válidos (60.345.999) e Jair Messias Bolsonaro (PL) com 49,10% (58.206.354). Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 31 out. 2022.

²⁸ Votação da referida candidata, eleita pelo Distrito Federal com 714.562 votos, disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/votacao-nominal;e=546;cargo=5;uf=df;mu=97012>. Acesso em: 06 out. 2022.

²⁹ Votação da referida candidata, eleita pelo Mato Grosso do Sul com 829.149 votos, disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/candidatos-eleitos;e=546;cargo=5;uf=df>. Acesso em: 06 out. 2022.

³⁰ Votação do referido candidato, eleito pelo Espírito Santo com 821.189 votos, disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/candidatos-eleitos;e=546;cargo=5;uf=df>. Acesso em: 06 out. 2022.

³¹ Votação do referido candidato, eleito pelo Paraná com 1.953.188 votos, disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/candidatos-eleitos;e=546;cargo=5;uf=df>. Acesso em: 06 out. 2022.

em torno de algumas pautas e posturas fizeram com que a expectativa em torno do segundo turno fosse equiparada (aqui vai uma analogia futebolística) à uma final de Copa do Mundo de Futebol, em que os dois times têm condições semelhantes de vitória e o desenlace fica em aberto.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno do pleito de 2022 foi histórica, independentemente de todas as preferências e/ou discordâncias políticas envolvidas. Permitam-me tentar esmiuçar tamanha assertiva. A sua vitória na citada eleição foi histórica por várias razões: 1) a quantidade de votos obtidos pelo então candidato foi a maior da história republicana do Brasil (60.345.999)³²; 2) é a primeira vez que um ex-presidente da República Federativa do Brasil, após seus mandatos, retorna ao cargo através do voto desde a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889; 3) pela primeira vez desde as eleições de 1989 que um Presidente eleito (no caso, o Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro) perdeu a disputa pela reeleição; 4^a) é a primeira vez que, após enfrentar processos judiciais que o levaram à prisão³³, um Ex-Presidente da República volta ao cargo pela vontade popular expressada em sufrágio, entre outras razões que não cabem neste tópico desta dissertação. Dito isso, avancemos um pouco.

Não é exagero colocar o pleito de 2022 como – talvez – o mais movimentado, polarizado e disputado da história republicana do Brasil. Para além de argumentos numéricos que auxiliem nessa afirmativa como, por exemplo, a pequena diferença percentual entre os dois presidenciáveis no segundo turno, as manifestações populares antes, durante e depois desse pleito nos dão pistas de que tal afirmativa tenha – de fato – coerência e sustentação factual para além de escolhas terminológicas de quem a escreve.

Por outro lado, é importante ressaltar que a democracia e a institucionalidade brasileira estavam funcionando (ainda que necessitando de reparos pontuais, como um automóvel que se move, mas que precisa de reparos constantes para que a sua funcionalidade não seja comprometida), e isso foi expresso no processo e no resultado das eleições de 2018, e agora também em 2022. A priori, é importante salientar que qualquer um que tivesse sido o vencedor do pleito de 2022

³² Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 31 out. 2022.

³³ Não é objetivo desta dissertação discutir tecnicamente (ou mesmo politicamente) as razões que culminaram em um fato que é de conhecimento geral; apenas, citar tal fato para que ele auxilie na ilustração do argumento em questão.

(para o cargo de Presidente da República, especificamente) teria a sua legitimidade resguardada e a sua atuação deveria ser respeitada, uma vez mais, independentemente de preferências e/ou discordâncias políticas envolvidas.

Um quadro como aquele expressado na votação do dia trinta de outubro de 2022, nas manifestações políticas e populares, na convergência de setores da sociedade civil e de figuras – até – antagônicas pode apontar pistas para se compreender tal fenômeno. Se partirmos para uma análise que leve em conta o percentual dos dois candidatos e a sua diferença ínfima, poderíamos (talvez) inferir que se tratam de mobilizações populares “parecidas”, que guardam muitas similaridades e, também, particularidades semelhantes (a construção dessa sentença pode parecer à primeira vista problemática, mas reitero que há um esforço de torná-la mais inteligível nas linhas seguintes).

Findado o pleito de 2022 uma parte significativa do país viu estarecida algumas das seguintes demonstrações a serem mencionadas: 1) um eleitor do Presidente Jair Messias Bolsonaro agarrado ao para-choque de um caminhão na cidade pernambucana de Caruaru³⁴; 2) transeuntes cantando o Hino Nacional para um pneu em meio à uma rodovia fechada em virtude de manifestações *descontentes* (para dizer o mínimo) com o resultado da eleição sacramentado no dia trinta de outubro de 2022; 3) eleitores do então candidato Jair Bolsonaro, após o segundo turno do pleito de 2022, colocaram seus celulares sobre as suas cabeças com o intuito de fazer contato com alguma suposta vida extraterrestre que pudesse auxiliar nas questões políticas do Brasil naquele contexto, apenas para ficar em alguns poucos exemplos.

Segundo matéria de **Duarte (2022)**, as imagens mostram o momento em que os manifestantes fecham a rodovia e, com o pneu no centro da pista, cantam o Hino Nacional. Alguns apoiadores usaram capa de chuva e casacos fechados para aguentar o tempo frio no município. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INM), há um alerta de onda de frio na região.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que o único ponto parado no Estado é por conta de uma retenção preventiva na BR-376, em Tijucas do Sul. A

³⁴ Matéria sobre o eleitor do Presidente Jair Bolsonaro, flagrado agarrado a um caminhão na cidade de Caruaru/PE. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/11/04/conhecido-como-patriota-do-caminhao-bolsonarista-que-viajou-pendurado-fala-pela-primeira-vez-sobre-video-que-viralizou-fui-muito-exposto.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2022.

retenção seria para evitar acidentes na serra. Outros bloqueios são feitos pelos Brasil por apoiadores de Bolsonaro que não aceitam o resultado das eleições do domingo, 30. Várias vias foram bloqueadas nos últimos dias por *bolsonaristas* para questionar a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou multa de até R\$ 100 mil para quem obstruir as BRs e autorizou o uso da Polícia Militar para liberar os locais.

Alimentados com uma dieta baseada em *fake news* conspiracionistas sobre o sistema eleitoral nacional, contra os opositores e até contra líderes de outras nações, os apoiadores de Jair Bolsonaro (ou uma parte significativa deles) marchou em direção à história protagonizando momentos que estarão sendo mencionados no futuro como algo realmente extraordinário e singular.

Em uma tentativa de fustigar o processo eleitoral e suas instituições legitimamente instituídas para a sua realização e fiscalização, esses grupos pretendiam transformar a sua derrota em vitória, admoestando qualquer possibilidade de aceitação do resultado do pleito, com o intuito de minar a confiança da população no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e no STF (Supremo Tribunal Federal), órgão que há tempos está na mira (quase que de maneira literal) de grupos *bolsonaristas*.

Uma ideia que é verificada no *bolsonarismo* é a seguinte: qualquer institucionalidade adquire o sentido de *sistema*, e essa forma de mobilização popular age de maneira a penetrar nesse sistema, ainda que não acredite nele e/ou na sua legitimidade, por exemplo. Nesse sentido, a institucionalidade política brasileira é caracterizada como um sistema, organização essa que (supostamente) repele a adesão de grupos *bolsonaristas*. Assim, o dito “sistema” supostamente inviabilizaria a entrada e a permanência de figuras autoproclamadas “de direita”, mesmo que as suas prerrogativas sejam enquadradas no espectro extremo do lado direito.

Na verdade, o que há é uma tentativa de estabelecer práticas que seriam inconstitucionais, e não logrando êxito, o que há é uma tentativa de acusar esse mesmo sistema de ser *complacente* com os “outros” (os adversários do bolsonarismo, a tal “velha política” composta por partidos que compuseram a estrutura do Poder Executivo nacional desde a redemocratização) e indiferente e atroz com os *bolsonaristas*.

Dessa maneira, o Supremo Tribunal Federal (STF), bem como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são vistos e encarados como empecilhos ilegítimos do bolsonarismo, entaves que – supostamente – favorecem seus aliados e punem seus

detratores. Há um jogo contraditório: por um lado, grupos *bolsonaristas* não reconhecem a legitimidade dos órgãos anteriormente citados; e por outro, tentam subverter essa mesma (correndo o risco de ser redundante) ordem instituída. Dito de outro modo: eles não creem e aceitam a legitimidade de órgãos que organizam o pleito nacional, mas “submetem-se” aos seus desígnios para participar do jogo político, por exemplo.

Quando uma pessoa ou um grupo critica uma determinada postura de uma instituição qualquer, eles agem direcionando suas contestações para pessoas bem específicas, no caso em tela não é diferente, e o alvo favorito é o atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes. Aqui cabe uma breve digressão acerca do ingresso desse ministro na Suprema Corte do país.

Natural da cidade de São Paulo (SP), Alexandre de Moraes nasceu no dia 13 de dezembro de 1968. Em 1990, graduou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – Universidade de São Paulo (USP) –, onde também concluiu o doutorado em Direito do Estado, em 2000, e obteve a livre-docência em Direito Constitucional, em 2001. É professor associado da USP, tendo exercido a chefia do Departamento de Direito do Estado, no biênio 2012-2014.

Alexandre de Moraes também exerce o magistério na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde é professor titular pleno, na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e na Escola Paulista da Magistratura, além de ser professor convidado em diversas escolas da magistratura, do Ministério Público, de procuradorias e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Desde 1991, quando ingressou na carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, atuou em diversos órgãos públicos, tendo tomado posse no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em março de 2017, passando a ocupar a vaga aberta em decorrência do falecimento do ministro Teori Zavascki. Foi empossado como membro substituto do TSE em abril do mesmo ano. **(TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2022).**

É fato notório que o referido ministro não foi indicado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para assumir a vaga aberta a partir do falecimento do ex-ministro Teori Zavascki em 2017, nem tem com ele “objetivos escusos” – por assim dizer. No entanto, esses fatos são irrelevantes para que o mesmo seja caracterizado como um agente em nome do PT para – segundo grupos *bolsonaristas* – minar a atuação do então Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Ao agir enquanto garantidor do

processo eleitoral, ele é identificado como a personificação do “sistema”. Não irei entrar nos meandros das suas decisões judiciais. Creio que existam trabalhos mais qualificados e especificamente voltados para esse fim.

O que podemos inferir é que as suas decisões e posturas são rechaçadas pela quase totalidade dos grupos *bolsonaristas*. Mais do que *persona non grata*, o ministro é encarado como um inimigo declarado. Dentre as várias ideias fixas com as quais *bolsonaristas* enxergam a realidade e os processos político-ideológicos (um eufemismo fez-se necessário neste trecho), certamente, a ideia de que haveria um conluio entre diversas autoridades para minar as possibilidades de vitória do (então) Presidente Jair Bolsonaro esteve presente mesmo antes do período formal de disputa eleitoral em 2022, algo que pode ser identificado como manifestação de uma *dissonância cognitiva*.

Mesmo tendo participado de todas as eleições regulares desde o início dos anos 1990³⁵, ajudado a inserir três filhos em cargos legislativos (Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro) a ideia de que o tal “sistema” iria minar suas chances de permanência na chefia do Executivo nacional povoou boa parte dos pensamentos do Ex-Presidente Jair Bolsonaro. Mais do que uma ideia fixa, ela tornou-se uma crença que não encontrava ressonância em qualquer que fosse a empiria escolhida como contexto.

Após o pleito de 2022 e a sua consequente não reeleição, essa ideia de que o pleito teria sido fraudado foi levada a cabo pelo próprio Jair Messias Bolsonaro, por muitos dos seus correligionários, pelos seus filhos e por boa parte da “mídia bolsonarista”, que consistia e ainda consiste em canais no *youtube* responsáveis por dar uma “envernizada” na imagem do Ex-Presidente e dos feitos do seu mandato. Essa forma de agir não é nova e frequentemente é utilizada pelos mais variados governos, da esquerda à direita. Sem a atribuição de qualquer juízo de valor, é possível inferir que ter veículos de comunicação que sejam *muy amigos* do governo da ocasião para dar a ele uma base de sustentação é tão frequente quanto andar para frente, principalmente com o advento das plataformas de redes sociais nestas primeiras décadas do século XXI.

³⁵ Mais precisamente, Jair Bolsonaro foi parlamentar na Câmara Federal (em Brasília/DF) durante o seguinte período: 1º de fevereiro de 1991 a 1º de janeiro de 2019. Antes desse período, ele foi vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre 1º de janeiro de 1989 e 1º de fevereiro de 1991.

Sobre o questionamento acerca da lisura do processo eleitoral brasileiro, principalmente durante o mandato do Ex-Presidente Jair Bolsonaro, em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) agiu para torná-lo ainda mais transparente para a sociedade brasileira, com chamamentos públicos para acompanhamento das famigeradas auditorias nas urnas eletrônicas, essa crítica, ou melhor, essa acusação de fraude só pode denotar uma coisa: deslegitimar o processo para que o mesmo perca credibilidade social e – dessa maneira – os vencedores (ou alguns deles) não teriam legitimidade social para assumir os cargos que lhes foram concedidos pela população. Tão logo o pleito findou, as acusações de fraude começaram.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, entraram com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pedir a anulação de votos feitos em modelos de urnas UE2009, UE2010, UE2011, UE2013 e UE2015 no segundo turno das eleições de 2022. A alegação é de que houve “desconformidades irreparáveis de mau funcionamento” nesses modelos. Assinada pelo advogado Marcelo Luiz Ávila de Bessa, a representação cita o laudo técnico de auditoria feito pelo Instituto Voto Legal (IVL), contratado pelo PL, que teria constatado “evidências contundentes de mau funcionamento de urnas eletrônicas”. (**CNN BRASIL, 2022, p. 1**).

Ainda de acordo com matéria da **CNN BRASIL (2022, p. 1)**, “os supostos problemas teriam sido registrados nos arquivos “logs de urna”, que configuram “verdadeiro código de identificação da urna eletrônica”.

“Todas as urnas dos modelos de fabricação UE2009, UE2010, UE2011, UE2013 e UE2015 apontaram um número idêntico de LOG, quando, na verdade, deveriam apresentar um número individualizado de identificação”, afirma a representação. Os modelos em questão somam 352.125 urnas.

“Nos arquivos que não contêm o código de identificação da urna eletrônica correto, é impossível correlacionar, univocamente, os dados ali registrados com os eventos realmente ocorridos no mundo fático, sejam eles votos ou intervenções humanas”, diz o documento.

“A falta de uma adequada individualização dos documentos essenciais emitidos pelas urnas e as graves consequências daí decorrentes colocam em xeque, de forma objetiva, a transparência do próprio processo eleitoral.”

“Apenas as urnas eletrônicas modelo UE2020 é que geraram arquivos LOG com o número correto do respectivo código de identificação”, afirma a representação. Este modelo mais recente tem 224.999 urnas, o que representa 40,82% do total de urnas usadas nas eleições.

Com a manutenção apenas dos votos dados nas urnas UE2020 e a anulação dos demais, a representação alega que Bolsonaro venceria a eleição para presidente, sem citar cálculos dos resultados na eleição para os governos estaduais que estavam em disputa no segundo turno.

Todos os modelos de urnas eletrônicas também foram usados no primeiro turno das eleições deste ano, que valeram para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado estadual e deputado distrital.”

Uma coisa chama a atenção com essa prática: as urnas eletrônicas foram instituídas e utilizadas pela primeira vez no Brasil nas eleições municipais de 1996, e desde então, Jair Bolsonaro participou de todas as eleições tendo logrado êxito em absolutamente todas elas. Então, o que levava, o que embasava tamanha suspeita sobre um processo em que ele era partícipe há mais de vinte anos? A resposta pode indicar uma coisa em especial: conveniência. Quando as eleições tiveram um resultado positivo para o então candidato, o “sistema” funcionava; na vez em que o resultado não foi o esperado, esse mesmo “sistema” não funcionava. Algo como: se eu ganhei, o “sistema” é bom; se eu perdi, o “sistema” é mau. Sobre a utilização das urnas eletrônicas, segue uma breve cronologia:

O TSE institui Comissão de Reforma da Legislação Eleitoral (e subcomissão de informática). A subcomissão de informática é composta por representantes das seguintes instituições: Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás e Ministérios da Aeronáutica, Marinha e Exército. As Comissões avaliaram vários protótipos. Três representantes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul participaram, em 1995, da comissão de informatização do voto no TSE. A partir das discussões do grupo, o TRE-RS firmou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e duas empresas de informática para o desenvolvimento de um protótipo de urna eletrônica. O produto construído foi acondicionado em uma maleta robusta e de fácil transporte. Era composto por teclado e monitor sensível ao toque. Além disso, trazia bobina de papel integrada e um microterminal do mesário. Essas ideias foram incorporadas nas especificações do primeiro edital de licitação de aquisição da urna eletrônica. (Durante as³⁶) Eleições Municipais de 1996. Foram utilizadas urnas eletrônicas nos municípios com mais de 200 mil eleitores, além da cidade de Brusque/SC, correspondendo a,

³⁶ Grifo nosso.

aproximadamente, 30% do eleitorado nacional.” (**JUSTIÇA ELEITORAL, 2023, p. 1**).

Todo esse movimento foi consolidando-se como um marco da democracia brasileira e – até – um exemplo de lisura e transparência aos olhos de instituições e países estrangeiros. Ainda de acordo com a página do site oficial da **JUSTIÇA ELEITORAL (2023, p. 1)**, “eleições gerais de 1998. Foram utilizadas urnas eletrônicas nos municípios com mais de 40 mil eleitores. Eleições municipais de 2000. Primeira eleição 100% informatizada”. Isso quer dizer que, desde as eleições municipais do ano 2000 que as eleições brasileiras são realizadas através de votações inseridas nas urnas eletrônicas, e que a longevidade do processo indica lisura, fiscalização interna e externa e aceitação dos seus resultados.

E, também, isso significa que, em 2022, havia pouco mais de duas décadas que o atual sistema de votação estava em vigor no Brasil, tempo suficiente para uma consolidação social de um sistema que até então não dava sinais de exaustão ou de *pouca lisura*, por assim dizer.

SPRINZAK (1986; 1990) mostrou que os terroristas, tanto com políticas de esquerda ou de direita, ao invés de se desenvolverem de uma vez para tornarem-se radicais, o fazem gradualmente. O processo de radicalização envolve um gradual desengajamento das sanções morais pela conduta violenta. Começa com esforços pró-sociais para mudar determinadas políticas sociais e oposições a oficiais que estão intencionados a manter as coisas como estão. O amargar fracassos para atingir a mudança social e os confrontos hostis com as autoridades e polícia levam à crescente desilusão e alienação do sistema como um todo. As batalhas escalonadas culminam em esforços terroristas para destruir o sistema e seus governantes desumanizados. (**Sprinzak, 1986;1990 apud Bandura, 2015, p. 47**).

Ao tomarmos como exemplo esse fato para corroborar uma noção de que agências belicosas estão no âmago do bolsonarismo enquanto manifestação coletiva, novamente podemos inferir que há uma postura que parece contraditória: por um lado, estão (ou estavam, melhor dizendo) na chefia do Poder Executivo, instância máxima da estrutura política brasileira; e por outro, julgavam-se contra um referido “sistema” que dificultava e que era “capaz” de boicotar e/ou dificultar a ação do Presidente da

República, por exemplo. Por mais paradoxal que seja, o entendimento e as agências das pessoas estavam estruturados daquela maneira.

O comportamento humano não pode ser inteiramente compreendido apenas em termos de fatores estruturais sociais ou de fatores psicológicos. [...] As orientações ideológicas das sociedades modelam a forma das justificativas morais, sancionam práticas prejudiciais e influenciam quais membros da sociedade tendem a ser colocados em grupos desvalorizados **(Bandura, 2015, p. 56-57)**.

Tomando como base tal abordagem e centrando a análise do fenômeno do desengajamento moral vislumbrado a partir de grupos *bolsonaristas*, o desengajamento moral pode funcionar como “barras flexíveis” que não são borradas tão facilmente. Destarte, tal analogia funciona como (obviamente) uma analogia, uma maneira de explicar a partir de exemplos outros, que não se furtem – até – de elementos lúdicos.

Outro ponto importante alude para o fato de que a linguagem – ou melhor, a “narrativa” (termo utilizado a exaustão por figuras proeminentes do bolsonarismo com um sentido de “fábula” ou de “enganação”) passa por processos eufemísticos, em que o seu significado é atenuado através de termos (supostamente) mais brandos. Para o *bolsonarismo*, e não apenas para esse *movimento* (chamemos dessa forma), mas, para apoiadores do Ex-Presidente estadunidense, Donald Trump, para apoiadores do hoje candidato à Presidência da Argentina, Javier Milei, e para outros expoentes da extrema-direita neste período histórico, a palavra “narrativa” é utilizada por eles para designar um discurso falacioso e falso dos seus adversários políticos.

A linguagem em voz passiva sem um agente serve como uma outra ferramenta autoexonerativa. Os rodeios verbais criam a aparência de que os atos repreensíveis são o resultado do trabalho de forças ocultas, ao invés de pessoas. [...] A pessoa que desempenha o papel desaparece. **(Bandura, 2015, p. 179)**.

Com a ida do então Presidente Jair Bolsonaro para os Estados Unidos (antes mesmo do último dia formal do seu mandato), houve uma confusão de entendimentos entre o seu séquito, que ora o apoiava, ora rechaçava a sua postura,

classificando-a como “covarde”. O bolsonarismo é um movimento que reúne elementos anteriores à presença de Jair Bolsonaro, mas, ao mesmo tempo, é um movimento político que precisa da atuação da sua figura central para a mobilização do seu grupo de séquitos.

3.6 O oito de janeiro de 2023 e algumas implicações posteriores

Côncio de um esforço em caracterizar os episódios ocorridos em Brasília no dia oito de janeiro de 2023 a partir do que eles são, e não como os seus detratores ou os seus apoiadores o definem, é possível caracterizá-los como movimentos que almejavam subverter a ordem política e institucional do país após o não reconhecimento da derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de outubro do ano anterior.

Para além de contestações saltares em um processo eleitoral democrático, o que houve foram episódios escatológicos, de depredação do patrimônio público, de violência contra figuras representativas do Estado, como a Polícia Militar do Distrito Federal e a Guarda Municipal, e contra o governo recém eleito e com apenas uma semana de efetiva ação política legal. Dando prosseguimento, é possível, a priori, contextualizarmos aqueles episódios da seguinte maneira:

Os sucessos de 8 de janeiro, em que uma multidão de possíveis golpistas³⁷ depredou os prédios do conjunto da Praça dos Três Poderes e, em especial, o Palácio do Supremo Tribunal Federal e da Alvorada, sugerem fortemente um componente revolucionário no bolsonarismo, guiando-nos à hipótese do reacionarismo ser seu componente fundamental, pondo-o à extrema-direita (**Santos; Maciel-Baqueiro, 2023, p. 172**).

Apoiadores do Ex-Presidente Jair Bolsonaro estavam acampados em frente a diversos quartéis do Exército brasileiro desde o dia trinta de outubro de 2022,

³⁷ Definição compatível com os arts. 359-L e 359-M do Código Penal, referentes aos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, condutas penais tentadas que se amoldam às praticadas pela turba, conforme hipótese levantada pelos inquéritos conduzidos pela Polícia Federal.

data que – ao menos “simbolicamente” - sacramentou o fim do pleito de 2022. A partir de falas, ações, ameaças (e também negligências, como ficou exposto após o desenrolar dos acontecimentos), ficava – no mínimo – aparente que algo poderia ocorrer e desestabilizar o novo governo a tomar posse no primeiro dia de 2023.

Um exemplo ocorreu em Brasília, ainda em dezembro de 2022, quando houve um quebra-quebra na cidade no dia da diplomação do Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e alguns dias depois, com a tentativa, por parte de alguns bolsonaristas, de explodir bombas na rodoviária da capital federal. A exemplo do que ocorreu na capital dos Estados Unidos em seis de janeiro de 2021, o que houve no Brasil em oito de janeiro de 2023 foi uma tentativa, ainda que fracassada, de tomada do poder mediante um golpe de Estado ou, ao menos uma tentativa de golpe de Estado. Agressões contra os prédios institucionais, contra as pessoas que estavam encarregadas de realizar a sua proteção, contra o governo recém eleito, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, configuravam uma tentativa de sublevação do regime político em voga nos dois países. Havia uma intencionalidade bastante evidente: desestabilizar a estrutura institucional e política por meio de agressões físicas recorrentes. Sobre a depredação:

Na área atingida, são tombados os edifícios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal, do Museu da Cidade e do Espaço Lucio Costa, além da Praça dos Três Poderes e seus bens integrados. Os acervos de bens móveis expostos nesses espaços, como quadros, esculturas e murais, são supervisionados, administrados e protegidos por diferentes órgãos da administração pública federal e distrital”. (IPHAN, 2023, p. 4).

Enquanto estavam agindo na Praça dos Três Poderes, centenas de pessoas fizeram *lives* nas plataformas de redes sociais (principalmente no *Instagram* e no *Youtube*) para mostrar o que estavam fazendo, expondo seus rostos, seus nomes, o que faziam e de onde eram, em uma clara demonstração de dissonância cognitiva, quando o que se crê não encontra respaldo na realidade que, por exemplo, entendia o ato de quebrar os prédios como uma construção de uma outra alternativa política. Por mais que os sentidos que eles atribuíssem ao que estavam fazendo fossem “nobres”, tais atitudes não passavam de crimes tipificados em leis, e isso não deve ser entendido como um juízo de valor aqui descrito.

Esse é um ponto interessante sobre a *dissonância cognitiva* e o *desengajamento moral*: por mais que a pessoa ou o grupo veja e assimile o que está fazendo como uma ação eivada de “nobreza”, “bondade” e “honestidade”, essa mesma ação pode não encontrar respaldo algum na realidade e ser classificada de maneira completamente contrária, e, também, definida até como criminosa, como nos atos de oito de janeiro e nos processos judiciais que se seguiram a esse fato. A realidade mostrava, assim, que o entendimento acerca daqueles atos classificava-os como repugnantes e perpetrados com interesses vis. Assim:

O bolsonarismo não alarga fronteiras e nem pretende preservar instituições: o rastro de destruição deixado por bolsonaristas em janeiro de 2023 na praça dos Três Poderes tem inaudito simbolismo para o reacionarismo. Pelo contrário: jamais envergonhou-se de querer um Brasil à imagem e semelhança de seu credo populista, que defende a purga das estruturas democráticas como remédio de combate à esquerda. Ademais, o próprio conservadorismo, quando com ele o bolsonarismo se depara, é repentinamente jogado à esquerda e chamado de comunista. Há, necessariamente, incompatibilidade entre o reacionarismo e o conservadorismo. Não é o caso do bolsonarismo isolado quanto ao avanço da extrema-direita no mundo. O avanço político da extrema-direita é um fenômeno global e com ramificações distintas em cada país. No caso brasileiro, a extrema-direita tem por meta impor sua vontade em detrimento dos consensos construídos, agindo de forma reacionária quanto aos costumes e inovando, com relação às do passado, em seu individualismo mercadológico. Não são os únicos elementos da extrema-direita brasileira, mas são úteis para compreendê-la, sobretudo em suas distinções quanto ao conservadorismo tradicional (**Santos; Maciel-Baqueiro, 2023, p. 175**).

Após os acontecimentos ocorridos naquele domingo, que começou até de maneira bucólica, como mais um dia para encontros familiares, idas às praias, *pra ir com a família no Jardim Zoológico dar pipoca aos macacos*³⁸, inúmeras pessoas foram detidas, indiciadas e levadas para dois centros de detenção, o Centro de Detenção Provisória II, no Complexo da Papuda; e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como "Colmeia". Sobre essas apreensões:

Segundo o STF, 2.151 pessoas foram presas em flagrante a partir do dia 8 de janeiro em Brasília, tanto nos atos que levaram à depredação das sedes

³⁸ Trecho da canção “Ouro de Tolo”, que foi escrita, cantada e lançada por Raul Seixas no álbum “Krig-há, bandolo!” há cinquenta anos, em 1973. Só para registrar que essa canção é uma das mais significativas da carreira do artista e também é uma das preferidas dos seus fãs.

dos Três Poderes, quanto no acampamento bolsonarista em frente ao quartel general do Exército. Após a identificação, 745 pessoas foram liberadas imediatamente, incluindo maiores de 70 anos, idosos com problemas de saúde e mulheres que estavam acompanhadas de filhos menores de 12 anos nos atos. Atualmente, 251 pessoas (66 mulheres e 185 homens) continuam presas preventivamente — situação em que ainda não há condenação, mas a Justiça avalia que o acusado deve permanecer detido para garantir a ordem pública ou porque a liberdade dele pode trazer perigos, entre outros motivos listados pelo Código de Processo Penal. De acordo com o STF, permanecem nesta condição aqueles acusados de crimes mais sérios. Em linhas gerais, o caminho que levou presos em janeiro a se tornarem atualmente réus foi o seguinte: a PGR conduziu os inquiridos, fazendo investigações em parceria com a Polícia Federal, e ofereceu denúncias contra manifestantes ao STF. As denúncias, então, foram julgadas como procedentes ou não pelo STF — nos casos em que elas foram aceitas, os investigados passaram a ser réus em ações penais que correm na Corte. Um levantamento da BBC News Brasil a partir de comunicados do STF chegou ao número de pelo menos 1.291 denúncias oferecidas pela PGR e aprovadas pela Corte (**Alvim, 2023, p. 1**).

Alguns meses após o fatídico oito de janeiro, alguns acusados começaram a ser julgados pelo cometimento de eventuais crimes, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) no início do mês de setembro de 2023. Esses acontecimentos foram marcados por uma repetitiva reafirmação, por parte dos seus advogados, de que os acusados estavam agindo de “maneira correta”, que as suas ações deveriam ser atenuadas porque a motivação que guiava tais atitudes era tão somente um suposto amor desmedido à pátria. Tal postura pode evidenciar o seguinte ponto: ao reafirmar a legitimidade das ações dos acusados, as suas defesas incorrem em um mecanismo de *desengajamento moral*, ao mesmo tempo em que buscam atenuar suas práticas mediante o exercício de uma *linguagem eufemística*.

Durante tais julgamentos houve situações que foram classificadas por algumas pessoas como “absurdas”, a exemplo da “confusão literária” que fez o advogado Henry Waldir Kattwinkel, que confundiu a obra “O pequeno príncipe”, de Antoine de Saint-Exupéry, com a obra “O príncipe”, de Nicolau Maquiavel, datada do século XVI, ao dizer “como diz ‘O Pequeno Príncipe’, os fins justificam os meios”. Essa frase é atribuída ao autor da obra do século XVI como uma espécie de justificativa momentânea e contextual para que se chegue a determinados fins almejados. Porém, tal frase é, na verdade, do poeta romano Ovídio.

Confusões literárias e citações erradas à parte, para concluir esta breve contextualização dos episódios do dia oito de janeiro de 2023, podemos afirmar tais pontos como entendimentos sobre o ocorrido: a) houve um movimento para atenuar as práticas de bolsonaristas pegos e presos naquele dia; b) houve uma argumentação

esdrúxula de que as pessoas que invadiram os prédios naquele domingo eram, na verdade, infiltrados e manifestantes de esquerda que foram para lá com o intuito de *macular a imagem de uma manifestação pacífica*; c) os e as parlamentares ligados(as) mais fortemente ao Ex-Presidente Jair Bolsonaro estavam, agora, cobrando que houvesse uma clemência, pedindo “direitos humanos” para os *manifestantes* (para usar um eufemismo).

Todas as suas argumentações (e com o grupo Bahia Direita não foi diferente) eram no sentido de minimizar, atenuar, negar e esconder tais práticas cometidas “pelos seus”. Por mais que houvesse uma postura pública que dissesse “vamos punir os eventuais responsáveis, não vamos passar pano para ninguém”. Na prática, o que foi verificado foram acentuados processos de *desengajamento moral* para minimizar o ocorrido e uma *dissonância cognitiva* para continuar defendendo a legitimidade daquelas práticas.

A “dissonância cognitiva” é um desconforto psicológico resultante do embate entre duas cognições distintas. A pessoa tende a racionalizar de modo a tornar consonante o que crê com o que se vê no mundo externo. Se o que a pessoa acredita não é reforçado por uma cognição externa, haverá um processo de dissonância cognitiva, e a pessoa buscará maneiras para dirimir o desconforto gerado.

Quando se impõe formar uma opinião ou tomar uma decisão, certa dissonância é quase inevitavelmente criada entre a cognição da ação empreendida e aquelas opiniões ou conhecimentos que tendem a apontar para uma ação diferente. [...] Dois elementos são dissonantes se, por uma razão ou outra, não se ajustam entre si. Podem ser incoerentes ou contraditórios, os padrões culturais ou do grupo podem ditar que não se harmonizam e assim por diante. [...] *Se dois elementos são dissonantes entre si, a magnitude da dissonância será uma função da importância dos elementos.* Quanto mais esses elementos forem importantes ou de valor para a pessoa, maior será a magnitude da dissonância entre eles. [...] O estabelecimento de uma realidade social pela obtenção do acordo e apoio de outras pessoas é um dos principais métodos pelos quais uma cognição pode ser mudada quando as pressões para mudar estão presentes. É fácil ver que, quando tal apoio social é necessário, a presença de dissonância e as consequentes pressões para mudar algum elemento cognitivo conduzirão a uma variedade de processos sociais (**Festinger, 1975, p. 14-21-23-28**).

Quando há um choque entre o que se crê acreditar e o que se vê na realidade como algo completamente oposto àquela informação anterior, o que há são

propensos processos que neguem as aparências e disfarcem as evidências, em uma, quase, simbiose entre *desengajamento moral* e *dissonância cognitiva*.

Antes de concluir, penso ser necessário reafirmar a importância de abordar os eventos ocorridos em Brasília no dia oito de janeiro de 2023 neste trabalho. Por mais que este trabalho esteja circunscrito à uma realidade que leve em conta uma atuação de um grupo bolsonarista no estado da Bahia, qualquer trabalho que aborde o bolsonarismo e que foi escrito após (e talvez até um pouco antes) o dia oito de janeiro não consegue simplesmente ignorar tais manifestações tendo em vista a magnitude dos seus atos e as decorrências daquelas situações. Por mais que um determinado trabalho sobre o bolsonarismo seja restrito a um exemplo contextual e até distante fisicamente e geograficamente da capital federal, ao menos uma menção aos fatos do dia oito de janeiro de 2023 deve ser feita, até como uma maneira de mostrar consonância entre as situações.

De uma maneira sistemática, aqueles atos ocorridos em Brasília no segundo domingo de 2023 não foram rechaçados por parlamentares ligados ao Ex-Presidente Jair Bolsonaro, por outras lideranças políticas alinhadas ao seu ideário ou por outros grupos de apoiadores espalhados pelo país. O que houve foi uma tentativa de atenuar as práticas e até de justificá-las mediante argumentos de que aquelas pessoas estavam *lutando pelo seu país*.

No caso aqui abordado, o exemplo do grupo Bahia Direita, o que houve, a princípio, foi uma tentativa de enquadrar aquelas pessoas que no dia oito de janeiro de 2023 destruíram os prédios públicos na categoria de “infiltrados da esquerda” ou que estavam lá agindo a mando de lideranças do governo federal. Tais associações não foram comprovadas nas investigações policiais sobre aqueles fatos. Depois, o que houve foi um movimento crescente que tentava minimizar a gravidade daqueles fatos e até, solicitando que as pessoas deixassem as prisões com base em uma clemência cristã ou, então, com base em um direito humano basilar à liberdade que estava sendo violado.

Esse movimento coaduna um sentimento que converge *desengajamento moral* e *dissonância cognitiva* ao mesmo tempo, em uma espécie de combo que vai ao encontro de um reforço de uma ideia de que as suas concepções acerca da realidade, ou melhor, de aspectos desta devam ser forçosamente distorcidos para que possam ser inseridos na sua cosmovisão, em uma espécie de prática totalizante da realidade para os seus fins justificados.

Por fim, nos meses seguintes, algumas investigações começaram para apurar as eventuais responsabilidades pelos atos perpetrados no dia oito de janeiro de 2023 na capital do país, a exemplo da Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a *CPI dos atos antidemocráticos* e da *Operação Lesa Pátria*, capitaneada pela Polícia Federal (PF), também apurando eventuais responsabilidades de mando, organização, execução e isenção de pessoas durante os atos praticados naquele fatídico dia oito de janeiro de 2023.

Após e/ou concomitantemente a essas investigações, ocorreram outras com o intuito de investigar uma suposta fraude nos cartões de vacinação do Ex-Presidente Jair Bolsonaro e da Ex-Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro. Durante esse período foram produzidas por grupos *bolsonaristas* inúmeras postagens de caráter irônico para descredibilizar as investigações e também para mobilizar todos os seus partícipes (é possível fazer tamanha afirmação porque, como foi observado em outras situações semelhantes, esse movimento político precisa reafirmar o seu senso de pertencimento mediante reforços afetivos entre os seus membros).

Desta maneira, acerca desse fato, houve uma tentativa de desdenhar da situação por parte de grupos bolsonaristas, prática também verificada em ações do Bahia Direita, como exemplifica a postagem a seguir. Antes de verificarmos a postagem seguinte, é necessário dizer o seguinte sobre o seu conteúdo: a) utiliza da figura de uma figura de linguagem como a ironia para afirmar que o Presidente Lula (PT) não seria honesto e, ao mesmo tempo, indica que a mera suposição acerca da idoneidade do Ex-Presidente Jair Bolsonaro é uma prática torpe e sem sentido; b) traz o seu “antagonista perfeito” para a postagem, sempre com o intuito de estipular uma divisão clara entre duas pessoas que representariam dois movimentos ideológicos distintos e contrastantes, que não compartilhariam nenhuma familiaridade, seja discursiva, seja prática.

Trazer “o outro” para tentar se proteger, como uma espécie de escudo, que utiliza de um suposto exemplo de prática do inimigo para tirar o foco de si mesmo é uma prática recorrente em grupos bolsonaristas em pleitos que disputaram e também no exercício de mandatos conquistados legitimamente, há que se reconhecer tal fato. Após essas digressões, vamos à postagem na página seguinte, que ilustra bem as palavras ditas nas linhas anteriores.

Postagem 14: Esta postagem minimiza as investigações acerca de uma suposta alteração ilegal em dados de vacinação do cartão do Ex-Presidente Jair Bolsonaro. Postagem feita em maio de 2023.

Instagram

bahiadireita

CARTÃO DE VACINA FALSIFICADO

COVID-19 Vaccination Record Card

Please keep this record card, which includes medical information about the vaccines you have received.

Por favor, guarde esta tarjeta de registro, que incluye información médica sobre las vacunas que ha recibido.

LULA NÃO É LADRÃO

Last Name First Name MI

Date of birth Patient number (medical record or IIS record number)

Vaccine	Product Name/Manufacturer Lot Number	Date	Healthcare Professional or Clinic Site
1 st Dose COVID-19		mm / dd / yy	
2 nd Dose COVID-19		mm / dd / yy	
		mm / dd / yy	
		mm / dd / yy	

BAHIA DIREITA

AJUDE A ENDIREITAR A BAHIA, SIGA:

@BAHIADIREITA @BAHIADIREITA T.ME/BAHIADIREITA

/BAHIADIREITA @BADIREITA /BAHIADIREITA

Curtido por [redacted] e outras pessoas

bahiadireita ENCONTRADO O CARTÃO FALSIFICADO DE BOLSONARO!

Ver todos os 6 comentários

Há 16 minutos · Ver tradução

Fonte: Bahia Direita/Instagram, 2023.

Na próxima e última seção deste trabalho, toda a argumentação proposta será retomada para proceder às considerações finais. A escolha dos termos “considerações finais” em vez do termo “conclusões” dialoga justamente com a ideia exposta desde o início deste trabalho: o conhecimento emerge a partir de contextos dialógicos e não pode ser amarrado e “concluído” porque, de fato, ele nunca pode ser concluído e estará sempre em um eterno processo de fazer e desfazer, começar e recomeçar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando às considerações finais desta dissertação, e argumentando sobre toda a lógica especificamente presente no caso do *bolsonarismo*, é possível inferir que essa forma de mobilização política e social vê o Partido dos Trabalhadores (PT) como um deus: onipotente, onipresente e onisciente. A sua construção argumentativa perpassa elementos que caracterizam o partido citado como se tal agremiação fosse responsável por emoldurar estratégias globais de organização da esquerda, influenciar e decidir os rumos de instituições – inclusive daquelas que não são brasileiras – e mobilizar qualquer coisa para perpetuar-se no poder.

Em que pese a obviedade de todo partido político ter o seu projeto de poder – isso está na própria gênese do que é ser um partido político - esse partido brasileiro dificilmente conseguiria atuar da forma como os bolsonaristas confabulam. Outro ponto a ser destacado: a institucionalidade brasileira é encarada como um entrave ilegítimo para todos aqueles grupos que, na esteira das grandes manifestações que ocorreram no país ao longo dos últimos dez anos, enfeixam uma postura discursiva e sociopolítica de extrema-direita.

Por mais que figuras de lideranças desses grupos (e com o *Bahia Direita* não é diferente) afirmem respeitar a institucionalidade política e jurídica do país, o que ocorre é um desejo sistematicamente confirmado pela ação repetitiva que visa descredibilizar e minar a confiança popular nas instituições do país, a exemplo das sucessivas investidas discursivas e físicas contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o próprio Congresso Nacional. Assim:

A extrema-direita, reacionária e revolucionária — no contexto em que deseja demolir as estruturas de Estado para construir um novo velho, à sua imagem e semelhança — vê as práticas sociais de modo hierarquizado. O mando e a obediência, enquanto posições, são dados e definidos, imutáveis, sendo pela sua manifesta vontade definida, convergindo voluntarismo, supressão da vontade coletiva quando não puser impor, ela mesma, a vontade da maioria, e os parâmetros morais por ela definidos e buscados em um passado distante como ideais para a nação. [...] A extrema-direita não pretende conservar estruturas, mas mudá-las radicalmente enquanto reação ao fantasma do comunismo, no terreno do imaginário, e ao petismo, no terreno da concretude (Santos; Maciel-Baqueiro, 2023, p. 192).

Voltando para a pergunta de partida desta investigação, ela almejava responder e compreender como eram produzidos os sentidos de corrupção em um grupo específico. Sobre este ponto, e de acordo com o que foi exposto ao longo de todo este trabalho, podemos depreender os seguintes aspectos: 1º) a produção de sentidos de corrupção do grupo analisado ocorre mediante um processo de socialização primária e secundária (pegando por empréstimo esses conceitos da argumentação de Peter Berger & Thomas Luckmann), em que os seus participantes, favorecidos pela proximidade e fortalecidos pelos vínculos de confiança e reciprocidade, criam um ambiente propício para o fortalecimento de uma linguagem comum de entendimento.

2º) A corrupção econômica é um elemento que está subordinado à corrupção moral. Dito de outra maneira: se o fenômeno ou a situação é feita por um correligionário, ela ganha outros sentidos, podendo ser atenuada, ou, justificada como prática política para que outras sejam evitadas; 3º) uma prática ou um correligionário jamais terá sobre si um sentido corrupto, por mais que exemplos fáticos afirmem isso.

A produção de sentidos de corrupção no grupo em questão ocorre da seguinte maneira: os participantes unem-se por laços de socialização primária e secundária, confiam na informação recebida, tomam como verdadeira toda premissa elaborada pela sua coletividade, ao mesmo tempo em que elaboram elementos semelhantes para falar dos mesmos fenômenos e/ou das mesmas situações.

Todo o processo de socialização primária e secundária ocorre mediante encontros presenciais e, principalmente, trocas de mensagens nos aplicativos *Whatsapp*, *Telegram*, *Facebook* e *Instagram*. As mídias digitais funcionam como elementos que replicam as ideias e as mensagens do grupo, além de funcionarem como canais seguros para divulgação e compartilhamento de ideias, ações e sentidos sobre alguns fenômenos políticos. As mídias digitais alargaram os processos iniciais de socialização primária e secundária, fortalecendo-os mediante as sucessivas investidas e replicações das mesmas ideias que, fossem percebidas pelas pessoas ou não, deveriam ser aceitas para que houvesse uma linguagem comum de entendimento entre elas.

Porém, é preciso salientar algumas questões importantes. A primeira delas diz respeito à uma suposta passividade das pessoas do grupo e/ou de *bolsonaristas* em geral. Quando aqui há a afirmação de que a produção de sentidos ocorre sempre através de uma prática repetitiva e dialógica, não está ocorrendo uma defesa de uma

passividade pessoal, como se essas pessoas não estivessem em uma agência ordenada e objetivada. O que ocorre nesta argumentação é a identificação de que processos de *dissonância cognitiva* e *desengajamento moral* são elementos presentes em toda a ação discursiva e prática de grupos *bolsonaristas*.

Da mesma maneira que uma pessoa não produz sentidos somente a partir da própria experiência e das próprias ideias, um elemento que evidencie a coesão de uma coletividade para que a sua expressão seja sempre unívoca também está identificado nos exemplos anteriormente citados. A coletividade produz sentidos dialogicamente, e esses sentidos, por mais que pareçam turvos, esdrúxulos, ignóbeis para outras formas de sociabilidade, eles ordenam uma experiência a partir da racionalidade dos grupos que produziram seus sentidos.

Isso, porém, não significa uma classificação valorativa que indique “bem” ou “mal” e “certo” ou “errado”. Todos os grupos humanos produzem sentidos o tempo todo sobre as mais variadas situações e os mais variados fenômenos. O que está sendo argumentado neste trabalho vaticina a seguinte ideia: compreender como ocorre o intrincado processo de produção de sentidos de um grupo (seja ele qual for) requer um esforço em olhar as situações descritas através de outro prisma, de outra, ou de outras lógicas de racionalidade, e isso, de modo algum, deve ser entendido como uma contemplação que tudo aceita e/ou concorda.

Antes de qualquer outra coisa, uma investigação sociológica deve, assim penso, responder às demandas que estão postas sem fazer pré-julgamentos ou tomar o sintoma por indício, o indício por fato, o fato por julgamento e o julgamento por condenação. Também é preciso salientar que não se trata de uma posição imagética e superada que pregue uma espécie de análise dos *fatos sociais como coisas*, mas, de compreender que o esforço em identificar causas e características de um fenômeno ou de uma situação é esforço mais profícuo do que é o *fazer científico*.

Desta maneira, para proceder às considerações finais deste trabalho, recapitulo os seguintes pontos: 1º) verificou-se que a produção de sentidos de corrupção para o grupo perpassa um processo dialógico para que as práticas discursivas sejam elementos que funcionem em uníssono, para que os membros e participantes *falem a mesma língua*; 2º) a corrupção só é aceita e/ou tem o seu sentido pejorativo atenuado se tal prática tiver sido feita por um correligionário que comunga da mesma cartilha ideológica; 3º) a corrupção econômica está subordinada à corrupção moral.

Um exemplo desse último aspecto: quando houve investigações sobre o então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, ainda no primeiro semestre de 2022, dando conta de um suposto balcão de negócios no MEC (Ministério da Educação), em que bíblias com a foto do então Ministro teriam sido entregues para pastores amigos e aliados e, ainda com envolvimento de barras de ouro para liberação de recursos públicos, houve quem desse a seguinte justificativa: “ah, pelo menos não é dinheiro que está indo pra viado (sic), pra maconheiro das universidade (sic)”.

Esse processo, para além de ser encarado como cinismo puro e simples, enseja uma manifestação de um desengajamento moral, em que as pessoas e os grupos deixaram de engajar-se em uma pauta que era valorativa para eles em prol de uma relativização de preceitos morais, no caso, os supostos desvios de recursos públicos, desde que esses mesmos recursos fossem para “causas nobres”, no caso, para pastores defensores do Ex-Presidente da República.

Concluindo, podemos afirmar que tanto o desengajamento moral quanto a dissonância cognitiva são “sintomas” presentes no *bolsonarismo*. Porém, tal percepção não invalida a agência objetiva das pessoas. Argumentar que as suas produções de sentidos são marcadas por dissonância cognitiva e desengajamento moral não implica em uma patologização das práticas discursivas do grupo em tela; não de todo. Antes, significa reconhecer que esses elementos são mais comuns do que se pode imaginar, e que, identificar a ocorrência de um desengajamento moral em práticas discursivas é um caminho profícuo para acessar as suas lógicas, por mais que essas lógicas não sigam uma “racionalidade” aparente, principalmente se forem analisadas por certas “lentes de análise”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Academia Brasileira de Letras**, 2023. Vocabulário Ortográfico. Disponível em: <https://www.academia.org/nossa-lingua/vocabulario-ortografico>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Academia Brasileira de Letras**, 2023. Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://servbib.academia.org.br/dlp/verbete.xhtml?entrada=altura>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ABREU, Jonas Modesto. Comportamento político violento e o avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. **Crítica e sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016. (p. 88-121).

ALCÂNTARA, Valderí de Castro; PAIVA, André Luiz de; PRADO, José Willer do; VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. Sentidos de corrupção entre #ForaDilma e #NãoVaiTerGolpe: Formações discursivas e interdiscursividade em um recorte no Twitter. **FAROL – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Volume 7 – Número 18 – pp. 317-372 – abril 2020 – DOI: 10.25113/Farol. V. 7i18.4412. Belo Horizonte – Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade/FACE/UFMG – ISSN 2358 – 6311. <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol>

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, V 38 n 01, 185-213, jan. – abr. 2019.

ALVIM, Mariana. Excesso ou justiça? As denúncias e polêmicas sobre as prisões dos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro. **BBC NEWS BRASIL**. São Paulo. 02. ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5155ndxvelo>. Acesso em: 26 set. 2023.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record, 2010. (p. 59).

AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

AVRITZER, Leonardo. Índices de percepção da corrupção. *Em*: AVRITZER, Leonardo [et al]. **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (p. 423-427)

AVRITZER, Leonardo & FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Texto para discussão, 32, 2011, p. 1-40.

AZEVEDO, Reinaldo. Cansei lota Praça da Sé: contra a vontade organizadores, manifestantes gritam “Fora Lula”. **VEJA**, 2007. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/cansei-lota-praca-da-se-contra-a-vontade-organizadores-manifestantes-gritam-fora-lula>. Acesso em: 12 jun. 2023.

AZZI, Roberta Gurgel; CORRÊA, Warley Guilger. Mecanismos de Desengajamento moral em ação: discussão a partir de exemplos brasileiros. *Em*: BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; TOGNETTA, Luciene (orgs). **Desengajamento moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015. (p. 195-219)

BANDURA, Albert. **Moral Disengagement**: how people do harm and live with themselves. New York: Worth Publishers, 2016. (Chapters 1 and 2).

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; TOGNETTA, Luciene (orgs). **Desengajamento moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015. (Capítulos 1, 4 e 5).

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. (Introdução, capítulos 1 e 2).

BENEVIDES, Maria Victória. **Udn e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro**. 1980. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BEZERRA, Marcos Otavio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. (Capítulo I)

BLASI, Bruno Gall de. Como citar e referenciar leis nas normas ABNT. **TECNOBLOG**, 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/como-citar-leis-nas-normas-abnt/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BOLSONARO PEDE AO TSE ANULAÇÃO DE VOTOS EM PARTE DAS URNAS DAS ELEIÇÕES DE 2022. **CNN BRASIL**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-pede-ao-tse-anulacao-de-votos-em-parte-das-urnas-nas-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 31 mai. 2023.

BRASIL. Emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Brasília, DF: **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm#:~:text=82%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20passam%20a%20vigorar%20com%20a%20seqinte%20reda%C3%A7%C3%A3o%3A.&text=%C2%A7%205%C2%BA%20O%20Presidente%20da,para%20um%20%C3%BAnico%20per%C3%AADodo%20subseq%C3%BCente. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 05 out. 1988.

BREIT, Eric. Discursive contests of corruption: The case of the Norwegian alcohol monopoly. **Culture & Organization**, 17(1), 2011, p. 47-64.

BRILHANTE USTRA, C. A. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 13. ed. Brasília, DF: Editora Ser, 2016.

BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo**: política e democracia no mundo digital. 1. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2021.

CABRAL, Eduarda. “Patriota do Caminhão”: bolsonarista que viajou pendurado fala sobre vídeo que viralizou; ‘Fui muito exposto’. **G1**. Caruaru. 04, nov. de 2022. Caruaru e Região 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/11/04/conhecido-como-patriota-do-caminhao-bolsonarista-que-viajou-pendurado-fala-pela-primeira-vez-sobre-video-que-viralizou-fui-muito-exposto.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2022.

CALENDÁRIO ELEITORAL – Eleições. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral/calendario-eleitoral>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo**: atualidades inculturais brasileiras. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CARVALHO, O. L. P. DE. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2013.

CARVALHO, Olavo de. Nós e eles, ou: a dupla moral. **Olavo de Carvalho.org**, 2004. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/nos-e-eles-ou-a-dupla-moral/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: Contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, V. 23 N.2, p. 75-122, Mai./Ago. 2018.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. **Direitas no Brasil contemporâneo**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 13, n. 2. dezembro 2018. ISSN 2318 – 101 x (on-line) ISSN 1809 – 5968 (print).

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. O Brasil dos Bacharéis: um discurso liberal udenista. **Lua Nova**, São Paulo, 107: 263-304, 2019.

CHALOUB, Jorge. Os resquícios de 1964: populismo e udenismo no debate político atual. **Revista Insight Inteligência**, ano XVII, nº 65, 2014.

COMO O PAI DE FERNANDO COLLOR MATOU UM COLEGA SENADOR DURANTE SESSÃO NO CONGRESSO. **O GLOBO**, 19 de maio de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/05/como-o-pai-de-fernando-collor-matou-um-colega-senador-durante-sessao-no-congresso.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2023.

CONHEÇA O CURRÍCULO DO MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Junho/conheca-o-curriculo-do-ministro-alexandre-de-moraes>. Acesso em: 25 dez. 2022.

CRONOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL. **JUSTIÇA ELEITORAL**, 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/cronologia-da-informatizacao-do-processo-eleitoral.html>. Acesso em: 31 mai. 2023.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. – São Paulo: Vestígio, 2019.

DA SILVA, W. T.; SUGAMOSTO, A.; ARAUJO, U. I. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cultura y religión**, v. 15, n. 1, p. 180–222, jun. 2021.

DECLARAÇÕES DE BOLSONARO SOBRE SONEGAÇÃO E AUXÍLIO-MORADIA PODERIAM RESULTAR EM PROCESSOS. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 12 de jan. de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/declaracoes-de-bolsonaro-sobre-sonegacao-auxilio-moradia-poderiam-resultar-em-processos-22281301>. Acesso em: 01 jun. 2023.

DIBAI, Priscilla. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização**: o caso de Jair Bolsonaro. Dissertação (Mestrado – Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018. (Capítulo 3 – A direita radical no Brasil)

DUARTE, Júlia. Bolsonaroistas cantam Hino Nacional para pneu no Paraná. As imagens mostram o momento em que os manifestantes fecham a rodovia, colocam o pneu no centro da pista e cantam o hino nacional. **O POVO**. 03, nov. de 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/eleicoes-2022/2022/11/03/bolsonaristas-cantam-hino-nacional-para-pneu-no-parana.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DUCHIADE, André. Estimar votos de eleitores da direita desafia pesquisas no Brasil e no exterior; entenda. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 09, out. de 2022. Política/Eleições 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/estimar-votos-de-eleitores-da-direita-desafia-pesquisas-no-brasil-e-no-exterior-entenda.ghtml>. Acesso em: 09 out. 2022.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ENTENDA O CASO DAS JOIAS ENVOLVENDO BOLSONARO. **DW BRASIL**, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/entenda-o-caso-das-joias-envolvendo-bolsonaro/a-64919662>. Acesso em: 26 mai. 2023.

FARIA, José H. Análise de discurso em estudos organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, 5(2), 2015, p. 51-71

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; MESSENERG, Debora. Um espectro ronda o Brasil (à direita). **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25.1, 2018, p. 1-12.

FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. 2. ed. Stanford, CA: Stanford University Press, 1962.

FESTINGER, L. **Teoria da Dissonância Cognitiva**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1975.

FILGUEIRAS, Fernando. Sociedade civil e controle social da corrupção. Em: **Debate**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 14-28, dez. 2011.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

GALLEGO, Esther Solano [et al]. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GALLEGO, Esther Solano. A mentira nas redes e o empoderamento da direita no Brasil. Em: SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho (orgs). **Algoritarmos**. 1. ed. São Paulo, BR, Valencia, ES: Tirant lo Blanch, 2020. (p. 440-453).

GERBAUDO, P. **The mask and the flag: populism, citizenism and global protest**. New York: Oxford University Press, 2017. (Chapters 1 and 3).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUERRA, Alexandre [et al]. **Poder e corrupção no capitalismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017. (Capítulos 7, 8, 9 e 10).

HAMLIN, Cynthia. Peter Berger: esboço de uma biografia intelectual. **Que Cazzo é esse?!!**. Recife, 17 fev. 2016. Disponível em: <https://quecazzo.blogspot.com/2016/02/peter-berger-esboco-de-uma-biografia.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) - Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **RELATÓRIO PRELIMINAR VISTORIA DE BENS CULTURAIS AFETADOS POR VANDALISMO PRAÇA DOS TRÊS PODERES – BRASÍLIA/DF**. Brasília, 2023. 50p.

IORIS, Rafael R. Trump e a crise da sociedade norte-americana: as eleições de 2018 – significados e perspectivas. **Revista Tempo do Mundo, RTM**, v. 5, n.1 267-284, 2019.

KOERNER, Andrei & SCHILLING, Flávia (2015). O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. *Em*: Sebastião V. Cruz, André Kaysel & Gustavo Codas (Org.), **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. (p. 75-90).

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**. São Paulo. Ed. Boitempo. 2016.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o ressentimento dos argentinos. *Em*: I Seminário Internacional Regional de Estudos Interdisciplinares: CONDIÇÃO HUMANA E MODERNIDADE NO CONE SUL DE AMÉRICA LATINA, 06. 2002, Florianópolis-SC. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**: UFSC, 2002, p. 1-18.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018. (Capítulos 4, 5 e 8).

LOWENTHAL, David. **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. Viking, 1997, p.ix.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo, SP: Editora Contracorrente, 2022.

MACIEL-BAQUEIRO, Lucas Mariano; SANTOS, Michael Alessandro Ferreira dos. Dois caminhos da dissonância cognitiva no bolsonarismo: narcisismo coletivo e desengajamento moral. **Ideias**, [S. l.], v. 14, n. 00, p. e023003, 2023. DOI: 10.20396/ideias.v14i00.8671896. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8671896>. Acesso em: 3 abr. 2023.

MAITINO, Martin Egon. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25.1, 2018, p. 111-134.

MANFREDINI, Luiz. Lições da história. **Vermelho: a esquerda bem informada**, Brasília, 25 ago. 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/licoes-da-historia/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. *Em*: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. (p. 77-131).

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. *Em*: **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. (p. 81-134).

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (p. 251).

MANZONI, Alexandre. AS FACES DO SENTIDO NA SOCIOLOGIA DE PETER BERGER E THOMAS LUCKMANN. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. Revista do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú. 2020, p. 186-191.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake News e violência digital. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MISES, Ludwig Von. **Marxismo desmascarado**. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2015. (Capítulos I, II e V)

MOISÉS, José Á. **Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo**. LASA (Latin American Studies Association) Congress, Rio de Janeiro. 2009.

MONNERAT, Alessandra; SARTORI, Caio. Vendas de livros de Olavo de Carvalho triplicam desde eleição. **TERRA**, 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-desde-eleicao.5f4fed92faac1982162fe68d7531b39bj4qmjwee.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 20 (1), 2019, p. 152-172.

MOREIRA, Leticia. Relembre quais foram os ministros da Educação do governo Bolsonaro. **ÚLTIMO SEGUNDO**, 2022. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-03-31/relembre-ministros-educacao-governo-bolsonaro-polemicas.html>. Acesso em: 26 mai. 2023.

NASCIMENTO, Milton; VELOSO, Caetano. Paula e Beбето. **“Minas”**. Brasil, 1975.

OLIVEIRA, J.S.d.; FIGUEROO BENÍTEZ, J.C. ‘Dog Whistle’ en los discursos de Jair Bolsonaro y Santiago Abascal a través de Youtube. *En* R. Zugasti Azagra, R. Mancinas-Chávez, S. Pallarés-Navarro, N. Sánchez-Gey Valenzuela (Coords.), **Contenidos, medios e imágenes en la comunicación política** (pp. 170-189). Madrid: Fragua. 2022.

O QUE SE SABE SOBRE OPERAÇÃO DA PF QUE FEZ BUSCAS NA CASA DE BOLSONARO. **BBC NEWS BRASIL**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gv897e5z1o>. Acesso em: 05 mai. 2023.

O QUE É HOMESCHOOLING E COMO FUNCIONA? 8 BENEFÍCIOS EM RELAÇÃO ÀS ESCOLAS. **BRASIL PARALELO**, 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-e-homeschooling>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. 1ª ed. Campinas: Vide Editorial, 2016. (p. 57-141).

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 19, p. 26-45, 1987.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

POLICIAL BOLSONARISTA AUTOR DE TIROS QUE MATARAM PETISTA NO PARANÁ DEVE SER OUVIDO NESTA QUINTA (15). **G1 PR e RPC FOZ DO IGUAÇU**, 15 de setembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/09/15/policial-bolsonarista-autor-de-tiros-que-mataram-petista-no-parana-deve-ser-ouvido-nesta-quinta-15.ghtml>. Acesso em: 18 mai. 2023.

POR QUE INVESTIGAÇÃO SOBRE MILTON RIBEIRO E PASTORES FOI PARAR NO STF? **BBC NEWS BRASIL**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61915677> Acesso em: 06 jul. 2022.

PRADO, Jean. Como fazer referência bibliográfica de site nas normas ABNT. **TECNOBLOG**, 2018. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

REIS, Fábio Wanderley. Corrupção, cultura e ideologia. *Em*: AVRITZER, Leonardo [et al]. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (p. 328-334).

RESULTADOS PARA GOVERNADOR NA BAHIA EM SALVADOR (BA). **GAZETA DO POVO**, 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-bahia/salvador-ba/governador/> Acesso em: 16 jun. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE NA BAHIA NO 2º TURNO. **GAZETA DO POVO**, 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/bahia-2turno-presidente/> Acesso em: 03 jul. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA SENADOR NO DISTRITO FEDERAL NO 1º TURNO DA ELEIÇÃO DE 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/votacao-nominal;e=546;cargo=5;uf=df;mu=97012>. Acesso em: 06 out. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA SENADOR NO MATO GROSSO DO SUL NO 1º TURNO DA ELEIÇÃO DE 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/candidatos-eleitores;e=546;cargo=5;uf=df>. Acesso em: 06 out. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA SENADOR NO ESPÍRITO SANTO NO 1º TURNO DA ELEIÇÃO DE 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022.

Disponível em:

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/candidatos-eleitos;e=546;cargo=5;uf=df>. Acesso em: 06 out. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA SENADOR NO PARANÁ NO 1º TURNO DA ELEIÇÃO DE 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022. Disponível em:

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/divulga/candidatos-eleitos;e=546;cargo=5;uf=df>. Acesso em 06 out. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO 1º TURNO DA ELEIÇÃO DE 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022. Disponível em:

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 09 out. 2022.

RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO 2º TURNO DA ELEIÇÃO DE 2022. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, 2022. Disponível em:

<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 31 out. 2022.

REZENDE, Constança. Weintraub: ‘não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro’. **UOL**, 14, junho de 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quer-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

RISÉRIO, Antonio. **Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária**. 1ª ed. — Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021. (Introdução; capítulos 1, 2 e 3)

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. **A CORRUPÇÃO COMO INSTRUMENTO DISCURSIVO DO POPULISMO**. In: X Congresso Lationamericano de Ciencia Política. Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey (ITESM), 2019.

ROSA, Pablo Ornelas; BRAGA, Tatiane; ÂNGELO, Vitor de. Novíssimas direitas, pós-verdade e “estética da zoeira”. **Psicologia Política**, Vol. 22, n. 53. pp. 123-142. 2022.

ROSA, Pablo Ornelas; ÂNGELO, Vitor Amorim de; BRAGA, Tatiane. Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: uma análise da guerra cultural.

Simbiótica. Revista Eletrônica, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 187–216, 2021. DOI: 10.47456/simbitica.v8i2.36384. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36384>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ROSA, Pablo Ornelas. Etnografia nas plataformas digitais: *Um diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira* e sua articulação com o sistema de justiça criminal. Em: BORDIN, Marcelo. **Metodologias de pesquisa qualitativa no sistema de justiça criminal**. 1. ed. Pelotas, RS: Adentro e Através, 2022. (p. 49-72).

ROSA, Pablo Ornelas; SOUZA, Aknaton Toczek; CAMARGO, Giovane Matheus. Perspectividade política e produção de desinformação nas eleições brasileiras de 2018. **Agenda Política**. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Volume 8, Número 3, p. 163-190, setembro-dezembro, 2020.

ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption and government**. Causes, consequences and reform. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RUSSO, Renato; VILLA-LOBOS, Dado; BONFÁ, Marcelo. Metal contra as nuvens. **Legião Urbana “V”**. Brasil, 1991.

RUSSO, Renato; ROCHA, Renato; VILLA-LOBOS, Dado; BONFÁ, Marcelo. Quase sem querer. **Legião Urbana “Dois”**. Brasil, 1986.

RUSSO, Renato. Índios. **Legião Urbana “Dois”**. Brasil, 1986.

SALATI, Paula. Escândalo no MEC: veja a cronologia do caso que levou à prisão de Milton Ribeiro e ao pedido de investigação contra Bolsonaro. **G1**. Rio de Janeiro, 25, jun. de 2022. Política 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/25/escandalo-do-mec-veja-a-cronologia-do-caso-que-levou-a-prisao-de-milton-ribeiro-e-ao-pedido-de-investigacao-contrabolsonaro.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Leonardo Lima. **Ascensão de Bolsonaro ao governo**: um estudo de caso de uma cidade do interior da Bahia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021. (Capítulos II e III).

SANTOS, Michael Alessandro Ferreira dos; MACIEL-BAQUEIRO, Lucas Mariano. “Abaixo à ditadura da realidade”: conceituando os mitos do bolsonarismo. Em: CRUZ, Danilo Uzêda da. **O Brasil Pós Eleições 2022**: para pensar os desafios e problemas logo à frente. Salvador: Pinaúna, 2023. (p. 171-195).

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. Editora Ática, 1994.

SCHREIBER, Mariana. Que crimes Bolsonaro pode ter cometido caso se confirme falsificação do certificado de vacina contra covid. **BBC NEWS BRASIL**. Brasília, 04 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c883k4kkzpio>. Acesso em: 05 mai. 2023.

SCHUTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**: uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SCHUTZ, Alfred. Sobre múltiplas realidades. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, p. 13-47, Abril de 2019.

SEIXAS, Raul. Ouro de tolo. “**Krig-há, bandolo!**”. Brasil, 1973.

SHALDERS, André. 'Weintraub é pior que Véllez', diz Tábata ao pedir impeachment de ministro da Educação. **BBC NEWS BRASIL**. Brasília, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51394423>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SILVA, Daniella Motta da. A direita radical: os casos do “Bolsonarismo” e do Partido “Chega”. **Revista Neiba**, Cadernos Argentina – Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 11, 2022. DOI: 10.12957/neiba.2022.68573e68573 | ISSN: 2317-3459. (p. 1-23).

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. I. São Paulo, SP: Editora Nova Cultural, 1996.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose M. Práticas discursivas e produção de sentido, p. 1-21. *Em*: SPINK, M.J (org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano**. Aproximações Teóricas e Metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013 [Edição online], disponível em: www.bvce.org acesso em 10 Ago 2015.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. *Em*: SPINK, M.J (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: Aproximações Teóricas e Metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e Visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. *Em*: SPINK, M.J (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: Aproximações Teóricas e Metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. (p. 63-93).

SPERB, Paula. Após protestos, Santander fecha exposição sobre diversidade. **VEJA**, 12 de setembro de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/rio-grande-do-sul/apos-protesto-do-mbl-santander-fecha-exposicao-sobre-diversidade>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SPRINZAK, E. (1986). **Fundamentalism, terrorism, and democracy**: The case of Gush Emunim underground. Paper presented at the Woodrow Wilson Center, Washington, D.C., September.

SPRINZAK, E. (1990). “The psychopolitical formation of extremem left terrorism in a democracy: The case of the Weathermen”, *In*: REICH, W. (ed) **Origins of terrorism: psychologies, ideologies, theologies, states of mind**. Cambridge, England: Cambridge University Press, pp.65-85.

SOARES, Bernardo (Fernando Pessoa). **Livro do Desassossego**. São Paulo: Montecristo Editora, 2012. (p. 40).

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *Em*: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: LeYa, 2015. (Parte I: capítulos 1 e 5).

TELES, Helcimara. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula** – PUC SP – No. 19 – Primeiro Semestre de 2016 – p. 97-125.

TUTERS, M. Cultural Marxism. Journal for contemporary philosophy, *In special issue*: Marx form the Margins: A Collective Project, from A to Z. v. 38, n. 2, p. 32–34, 2018.

VANDENBERGHE, Frédéric. Debaixo do Dossel Sagrado: Peter Berger (1929-2017). **BLOG DO LABEMUS – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE TEORIA E MUDANÇA SOCIAL**. 02 de outubro de 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/10/02/debaixo-do-dossel-sagrado-peter-berger-1929-2017-por-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no mundo atual. *Em*: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André e VELASCO E CRUZ, Sebastião. **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 13-48.

WINK, Georg. **Brazil, land of the past**: the ideological roots of the New Right. Cuernavaca: Bibliotopía, 2021. (Chapters 6, 7, 8).

XAVIER, Roseane Silva. **A corrupção como elemento do discurso**: grupos de protesto contra a corrupção em redes sociais virtuais no Brasil recente. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017. (Capítulos 5 e 6).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MICHAEL ALESSANDRO FERREIRA DOS SANTOS

“A corrupção é da esquerda e eu não sou de esquerda”: a produção de sentidos de corrupção de um grupo bolsonarista durante o pleito de 2022

**Salvador, BA
2023**